

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ – UFPA
NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS – NAEA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
DO TRÓPICO ÚMIDO – PPGDSTU

CIRIA CRISTIANE DA ROSA

A AGRICULTURA PRATICADA NO ESPAÇO URBANO: O caso do
bairro Almir Gabriel em Marituba – PA

Belém
2023

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ – UFPA
NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS – NAEA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
DO TRÓPICO ÚMIDO – PPGDSTU

CIRIA CRISTIANE DA ROSA

**A AGRICULTURA PRATICADA NO ESPAÇO URBANO: O caso do
bairro Almir Gabriel em Marituba – PA**

Projeto de dissertação apresentado ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre Planejamento do Desenvolvimento Socioambiental.

Área de Concentração: Desenvolvimento Socioambiental.

Orientador: Prof. Dr. ^o Ricardo Theophilo Folhes

Belém
2023

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a)
autor(a)

R788a ROSA, Ciria Cristiane da.
A AGRICULTURA PRATICADA NO ESPAÇO URBANO :
O caso do bairro Almir Gabriel em Marituba - PA / Ciria
Cristiane da ROSA. — 2023.
138 f. : il. color.

Orientador(a): Prof. Dr. Ricardo Teophilo Folhes
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará,
Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-
Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico
Úmido, Belém, 2023.

1. Marituba. 2. Agricultura Urbana. 3. Almir Gabriel.
4. Urbanização. I. Título.

CDD 300.722

CIRIA CRISTIANE DA ROSA

**A AGRICULTURA PRATICADA NO ESPAÇO URBANO: O caso do
bairro Almir Gabriel em Marituba – PA**

Projeto de dissertação apresentado ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Planejamento do Desenvolvimento.
Área de Concentração: Desenvolvimento Socioambiental.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Ricardo Theophilo Folhes

Orientador – NAEA/UFPA

Prof. Dr. Danilo Araújo Fernandes

Examinador Interno – NAEA/UFPA

Prof. Dr. Harley Silva

Examinador Externo – PPGE/UFPA

Prof. Dr. Raul da Silva Ventura Neto

Examinador Externo – PPGAU/UFPA

AGRADECIMENTOS

A inteligência suprema desse universo por me mostrar caminhos e oportunidades de estudar e concluir essa fase da minha vida;

A todos os brasileiros e brasileiras que através dos pagamentos dos seus impostos possibilitaram-me a concessão de bolsas de estudos pelo CNPq;

A todas as realizações e conquistas que obtive por meio de cursar um mestrado em uma Instituição como o NAEA.

Ao corpo docente do NAEA pelas aulas sensacionais ao longo do meu período de mestrado;

Aos colegas que conheci no NAEA, por juntos compartilharmos os mesmos desafios nessa etapa;

Ao meu orientador, professor Ricardo Folhes, que tenho um grande carinho e admiração;

Ao grupo de estudos DADESA pelos intercâmbios de conhecimentos;

A minha mãe por sempre me amar incondicionalmente, apoiar e incentivar nos estudos;

Ao Be a Leader por todo o conhecimento da terapia holística ao longo dessa jornada;

A terapeuta holística Ingrid Scardoa, suas palavras mudaram o direcionamento da minha vida

Aos agricultores de Marituba que tive a oportunidade e o privilégio de conhecer durante a pesquisa de campo;

A equipe pitbull da SEDAP pelos esclarecimentos;

A todas as fontes de conhecimento que tive acesso para elaborar e produzir esse estudo.

RESUMO

Marituba é um município localizado na Região Metropolitana de Belém, Estado do Pará. Nos anos de 2006 a 2017 foi realizado o censo agropecuário, nesse período de 11 anos ocorreu um declínio de 65 % das unidades de produção familiar. Essa redução está associada a inúmeros fatores como: o envelhecimento dos agricultores, a falta de interesse dos mais jovens, a ausência de políticas públicas e de assistência técnica e extensão rural. Além desses aspectos, houve um aumento populacional no município. A agricultura que é desenvolvida no município abastece os mercados da capital paraense e se caracteriza como pequenos lotes – sítios ou quintais agroflorestais – os quais os agricultores desenvolvem uma variedade de cultivos, dentro das zonas urbanas. O Almir Gabriel é um bairro, que antes era uma fazenda e passou por um processo de ocupação, durante a demarcação do lugar foram divididos os lotes de produção agrícolas e as áreas destinadas à moradia. Então, o estudo tem por seguinte questionamento: com a expansão da urbanização no bairro, os lotes e terrenos agrícolas estão deixando de desenvolver a agricultura em função de outras formas de uso e conversão do solo do espaço urbano? Para responder a essa indagação procurou-se atingir o objetivo geral: compreender como a produção do espaço urbano afeta as atividades agrícolas no município de Marituba - PA; quanto aos específicos: levantar informações acerca dos aspectos territoriais, urbanos e das características da agricultura urbana em Marituba; verificar as ações desenvolvidas pelas instituições que tratam sobre a agricultura no município; identificar as percepções dos agricultores do bairro Almir Gabriel acerca da urbanização que ocorre na localidade. Quanto aos procedimentos metodológicos, trata-se de uma pesquisa com abordagem qualitativa, com uso de métodos quantitativos descritos nas tabelas e gráficos, consultas a bibliografias e documentos, além de entrevistas semiestruturadas com agricultores e gestores públicos. Os resultados indicam que muitos agricultores deixaram e estão deixando de produzir nos lotes agrícolas, as áreas foram vendidas e incorporadas em um processo de especulação imobiliária e há um avanço da urbanização das áreas demarcadas à agricultura, causando danos ambientais.

Palavras-chave: Marituba; Agricultura Urbana; Almir Gabriel; urbanização.

ABSTRACT

Marituba is a municipality located in the Metropolitan Region of Belém, State of Pará. From 2006 to 2017 years, an agricultural census was carried out, during this period 11 years there has been a decline of 65% of family production units. That reduction is associated with numerous factors such as: the aging of farmers, lack of interest from younger people, lack of public policies and of technical assistance and rural extension. In addition to these aspects, there was an increase population in the municipality. The agriculture that is developed in the municipality supplies the markets of the capital of Pará and is characterized as small lots – sites or agroforestry backyards – in which farmers develop a variety of crops within urban areas. Almir Gabriel is a neighborhood that used to be a farm and went through an occupation process, during the demarcation of the place agricultural production plots and areas intended for housing were divided. So, the study has the following question: with the expansion of urbanization in the neighborhood, lots and agricultural land are failing to develop agriculture due to other forms of land use and conversion of urban space? For To answer this question, we sought to achieve the general objective: to understand how the production of urban space affects agricultural activities in the city. the specifics objectives are: To get information about territorial aspects, urban areas and the characteristics of urban agriculture in Marituba. To Check the actions developed by institutions dealing with agriculture in the municipality. To identify the perceptions of farmers in the Almir Gabriel neighborhood about the urbanization taking place in the locality. As for the methodological procedures, this is a research with a qualitative approach, with use of methods quantitative data described in tables and graphs, consultations with bibliographies and documents, in addition to semi-structured interviews with farmers and managers public. the areas were sold and incorporated into a process of real estate speculation and there is an advance in the urbanization of space demarcated to agriculture, causing environmental damage.

Keywords: Marituba. Urban Agriculture. Almir Gabriel. Urbanization.

LISTA DE FIGURAS:

Figura 1	- Localização dos cemitérios	54
Figura 2	- Cadastros Ambientais Rurais declarados no município de Marituba – PA	69
Figura 3	- Quantitativo dos últimos Censos Agropecuários.....	70
Figura 4	- Produtores de Orgânicos de Marituba.....	71
Figura 5	- Quintais dos Participantes.....	73
Figura 6	- Croqui da Ocupação <i>Che Guevarra</i> feita pelo senhor Sardinha.....	98
Figura 7	- Imagem do bairro Almir Gabriel.....	107

LISTA DE FOTOGRAFIAS:

Fotografia 1	- Situação dos Resíduos Sólidos no entorno da Fazendinha Nova Esperança.....	72
Fotografia 2	- Oficina de Aproveitamento Integral dos Alimentos....	76
Fotografia 3	- Capacitação do Projeto Quintais Produtivos.....	77
Fotografia 4	- Artesão beneficiado pelo subprojeto.....	78
Fotografia 5	- Divulgação das Edições da Feira.....	80
Fotografia 6	- SEDAP nas escolas.....	91
Fotografia 7	- Igarapé nas proximidades da Área Agrícola.....	103
Fotografia 8	- Muro na área dos lotes agrícolas.....	106
Fotografia 9	- Momento de comercialização das plantas ornamentais	109
Fotografia 10	- Produção de pimenta-do-reino	110
Fotografia 11	- Placa da COPSANT.....	114
Fotografia 12	- Terreno usado para hidroponia na COPSANT.....	115

LISTA DE GRÁFICOS:

Gráfico 1	- Faixa etária da população entre os anos de 2000 a 2010	51
Gráfico 2	- Escolaridade do Produtor.....	59
Gráfico 3	- Condição do Produtor em Relação às terras	60
Gráfico 4	- Condição Legal do Produtor	60
Gráfico 5	- Faixa Etária do Produtor.....	61
Gráfico 6	- Sexo do Produtor	61
Gráfico 7	- Assistência Técnica	62
Gráfico 8	- Repasse de recursos do PNAE ao município de Marituba, estado do Pará, de 2010 a 2017.....	64
Gráfico 9	- Financiamentos e Empréstimos.....	70

LISTA DE MAPAS:

Mapa 1	- Vias com pavimentação.....	52
Mapa 2	- Tipologias de Sistema de Esgoto.....	52
Mapa 3	- Áreas atendidas com redes de abastecimento de água.....	53
Mapa 4	- Áreas com riscos geotécnicos.....	54
Mapa 5	- Localização dos Agricultores Familiares de Marituba – PA	55
Mapa 6	- Endereços Rurais	56
Mapa 7	- Estabelecimentos Agropecuários	57
Mapa 8	- Endereços Urbanos	58
Mapa 9	- Áreas de Proteção Ambiental	86

LISTA DE TABELAS:

Tabela 1	- Grupos Produtivos dos Agricultores de Marituba, 2018....	64
Tabela 2	- Distribuição das atividades dos agricultores.....	65
Tabela 3	- Preço dos Produtos	65
Tabela 4	- Principais Frutíferas nos quintais agroflorestais do bairro São Francisco.....	66
Tabela 5	- Plantas Florestais do bairro São Francisco.....	67
Tabela 6	- Plantas Medicinais e Aromáticas.....	67
Tabela 7	- Plantas Ornamentais dos agricultores de Marituba.....	68
Tabela 8	- Quantidade de Público a ser assistido	75
Tabela 9	- Atividades Agrícolas do PROATER 2019.....	77
Tabela 10	- Arranjos Produtivos Agrícolas.....	78
Tabela 11	- Subprojetos do PROATER 2021.....	79
Tabela 12	- Organizações Associativas de Marituba.....	80
Tabela 13	- Organizações contempladas pelo subprojeto da Compostagem	81
Tabela 14	- Projeto Recuperação de Áreas Degradadas e/ou alteradas.....	93

LISTA DE SIGLAS:

APA	–	Área de Preservação Ambiental
AUP	–	Agricultura Urbana e Periurbana
BPA	–	Batalhão de Polícia Ambiental
CA	–	Censo Agropecuário
CAF	–	Cadastro Nacional da Agricultura Familiar
CAR	–	Cadastro Ambiental Rural
CEASA	–	Central de Abastecimento do Pará
CESEFE	–	Centro Socioeducativo Fazenda Nova Esperança
CEPAL	–	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CNEFE	–	Cadastro Nacional de Endereços para fins Estatísticos
CNPO	–	Cadastro Nacional dos Produtores Orgânicos
DAP	–	Declaração de Aptidão ao Pronaf
EMATER	–	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
EBIA	–	Escala Brasileira de Insegurança Alimentar
EMBRAPA	–	Empresa Brasileira de Pesquisas em Agropecuária
FAO	–	Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura
IBGE	–	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDERFLOR-Bio	–	Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará
INCRA	–	Instituto Nacional de Colonização da Reforma Agrária
IPTU	–	Imposto Predial Territorial Urbano
ISAN	–	Insegurança Alimentar e Nutricional

IDH	–	Índice de Desenvolvimento Humano
MAPA	–	Ministério do Abastecimento e Agropecuária
MST	–	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
OMS	–	Organização Mundial da Saúde
ONG	–	Organização Não – Governamental
PAA	–	Programa Aquisição de Alimentos
PANCS	–	Plantas Alimentícias Não Convencionais
PDT	–	Plano Diretor Participativo
PEAPOS	–	Política Estadual de Agroecologia, Produção Orgânica e da Sociobiodiversidade
PMCMV	–	Programa Minha Casa Minha Vida
PMM	–	Prefeitura Municipal de Marituba
PRA	–	Programa de Regularização Ambiental
PNATER	–	Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária
PRONAF	–	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
REVIS	–	Refúgio de Vida Silvestre Metrópole da Amazônia
SEBRAE	–	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SEDAP	–	Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e da Pesca
SEMMA	–	Secretaria Municipal de Meio Ambiente
SENAC	–	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAR	–	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SICAR	–	Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural

UC – Unidade de Conservação

SUMÁRIO:

1	INTRODUÇÃO	17
1.1	Problema de pesquisa	18
1.2	Objetivos	19
1.2.1	Objetivo Geral	19
1.2.2	Objetivos Específicos	20
1.3	Justificativa	20
1.4	Referencial Teórico-metodológico	22
1.4.1	Reflexões teóricas acerca do espaço urbano nas cidades	22
1.4.2	Métodos e Técnicas de pesquisa	26
1.4.1.1	<i>Pesquisa Documental</i>	26
1.4.1.2	<i>Entrevistas Semiestruturadas</i>	28
1.5	Estrutura da dissertação	29
2	A IMPORTÂNCIA DA AGRICULTURA EM ÁREAS URBANAS: O CASO DE MARITUBA	31
2.1	A agricultura urbana e periurbana: conceito, definição, relevâncias e temas estudados	31
2.2	Os quintais e a Agricultura Urbana	35
2.3	A Agricultura Urbana no âmbito familiar	38
2.4	A contribuição da Agricultura Urbana para a segurança alimentar	40
2.5	Aspectos e características das experiências acerca da Agricultura Urbana e Periurbana nos municípios da Região Metropolitana de Belém	42
2.6	As experiências de Agricultura Urbana de Marituba e as transformações no espaço urbano	46
3	A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO E A AGRICULTURA URBANA EM MARITUBA	49
3.1	Aspectos socioterritoriais e urbanos do município	51
3.2	Características socioeconômicas da agricultura de Marituba	55
3.3	Ações Institucionais para agricultura no município.....	71
3.3.1	O projeto quintais produtivos agroecológicos em áreas urbanas	71
3.3.2	Políticas públicas desenvolvidas pela EMATER no município	74
3.3.3	A Secretaria Municipal de Desenvolvimento da Agricultura, Aquicultura, Abastecimento e Pesca (SEDAP) de Marituba	82
3.3.4	Ações para o ordenamento agrário da cidade.....	93
4	A AGRICULTURA URBANA EM MARITUBA: O CASO DO BAIRRO ALMIR GABRIEL	96
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	121
	REFERÊNCIAS	123

APÊNDICES	134
APÊNDICE A: ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA COM OS TÉCNICOS DA SEDAP	135
APÊNDICE B: ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA COM OS AGRICULTORES	136

1 INTRODUÇÃO:

A Agricultura Urbana (AU) é uma atividade desenvolvida nas áreas urbanas e periurbanas das cidades e envolve o manejo da agricultura, aquicultura, extrativismo, pecuária e psicultura. Nas cidades, a AU tem a potencialidade de proporcionar à população de baixa renda inúmeros benefícios: geração de trabalho, emprego e renda, alimentação, educação ambiental e o bem-estar terapêutico, entre outros (ORSINI, 2013).

As áreas urbanas das cidades são locais situados dentro do perímetro urbano; já as periurbanas são espaços localizados no entorno das áreas consideradas urbanas, uma zona de transição entre a paisagem do rural e do urbano, a qual pode também se modificar com a expansão da urbanização (MACHADO; MACHADO, 2002).

Nas cidades, os espaços urbanos são áreas e/ou locais públicos ou privados os quais não são formas estáticas, e que passam por processos de transformações na paisagem. Dentro desses lugares há sujeitos sociais inseridos que os utilizam de inúmeras formas e produções (LEITE, 2004).

A produção do espaço urbano é um fenômeno que ocorre nas cidades, cujas áreas podem ter um “valor de troca” aos interesses empresariais e políticos, os quais, determinam as suas finalidades e funcionalidades: para quem e o que servirá, quem o habitará, como permanecerá e como será utilizado. Porém, também surgem movimentos de oposições e contrariedades dos mais desfavorecidos às ações implementadas ou as que serão realizadas pelos grupos dominantes, pois para os mais pobres, o espaço urbano possui o seu “valor de uso” (LEFEBVRE, 2001).

Desta forma, a AU, pode ser afetada pelos interesses majoritários dos “agentes modeladores” que são os atores institucionais detentores do poder econômico e influentes nas políticas das cidades, pois pelo fato da atividade agrícola ser desenvolvida nas áreas urbanas, os espaços urbanos (público e/ou privado) representam possibilidades de ganhos financeiros ao mercado imobiliário, ou seja, um “valor de troca” (CARLOS, 2013; LEFEBVRE, 2001).

AUP pode proporcionar um “valor de uso” nos espaços urbanos, pois a atividade possibilita aos habitantes, principalmente à população de baixa renda,

ganhos não somente econômicos, mas alimentares, sociais, culturais, ambientais, etc. (CARLOS, 2013; LEFEBVRE, 2001).

Os benefícios proporcionados pela AU tornam a atividade fundamental, pois oferece a possibilidade de beneficiar os produtores e os consumidores. No entanto, para seu desenvolvimento, a AU necessita de formulações e fomento das políticas públicas, já que essa apresenta um enorme potencial ao ser incluída no planejamento urbano dos municípios (RUAF, 2006).

1.1 Problema de pesquisa

O presente estudo visa propor uma análise sobre a AU, no município de Marituba, localizado na Região Metropolitana de Belém (RMB), Estado do Pará. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2021, Marituba contava com uma população estimada em 135.812 habitantes¹, em sua maioria de baixa renda, pois 42,4% dos indivíduos obtêm uma receita de meio salário mínimo (IBGE, 2021).

No município ainda há produções agrícolas sendo desenvolvidas. O Censo Agropecuário (CA) realizado pelo IBGE em 2006 revelou que existiam 142 unidades de produção familiares no município, porém, em 2017, o ente municipal contava com 51 unidades de produção, ou seja, em um período de aproximadamente uma década, foi registrada uma queda de 91 estabelecimentos familiares² (IBGE, 2017).

Apesar do declínio percentual de 65% das unidades de produção familiar em 11 anos, a AUP de Marituba ainda é desenvolvida em nove bairros: Almir Gabriel, Bairro Novo, Bela Vista, Campina Verde, Nova União, Santa Clara, São Francisco, São Pedro e Uriboça. A atividade é realizada nos quintais dos agricultores familiares, cujas dimensões variam entre aproximadamente 500 m² a três hectares (SILVA, 2019; REIS *ET AL*; 2019).

Com o avanço da urbanização, propriedades que outrora eram unidades familiares de produção e que foram abandonadas ou se tornaram obsoletas passam a ter outros usos e ocupações do solo. Então, nessa dinâmica a paisagem, gradualmente, transforma-se no espaço urbano com a predominância de construções para fins de moradias, empreendimentos empresariais, locais de diversão e lazer (MORAES, 2019).

A Lei municipal n.º 483 de 13 de novembro de 2020 que “dispõe sobre a atualização do Plano Diretor Participativo do Município de Marituba, o sistema e processo de planejamento e gestão do desenvolvimento urbano” considera que todo espaço municipal é urbano por apresentar “conjuntos de particularidades referentes a padrões paisagísticos e urbanísticos de ocupação, dos problemas e potencialidades urbanas”. Essa legislação na “seção V” trata do “Desenvolvimento Rural” no artigo 18:

O poder executivo estimulará e apoiará o desenvolvimento das atividades rurais com o objetivo de promover o desenvolvimento econômico e social, ampliando a oferta de trabalho, emprego e renda e elaborando o Plano de Desenvolvimento Rural de Marituba... (MARITUBA, 2020).

A elevada densidade demográfica 1.047,44 hab./km², o baixo nível de renda observados no município e a extensão urbana do município orientam o interesse dessa pesquisa em compreender o fenômeno das práticas de agricultura em relação à produção do espaço urbano e metropolitano (IBGE, 2010).

Em Marituba, o bairro Almir Gabriel, foi formado a partir da ocupação da Fazenda Santo Amaro, nesse contexto, foi dividido entre as áreas destinadas à urbanização e os lotes agrícolas, todavia por diversos fatores: agricultores que estão ficando idosos, venda dos terrenos, falta o interesse dos filhos a continuar com a atividade e principalmente a ausência de fomento e incentivo do poder público à agricultura, corroboram para o declínio da atividade.

Então, diante disso, para entender os fatores relacionados à AU dentro do espaço urbano na cidade, o questionamento que norteia essa pesquisa é: “com a expansão da urbanização no bairro Almir Gabriel em Marituba, os lotes e terrenos estão deixando de desenvolver a atividade agrícola em função de outras formas de uso e ocupação do solo no espaço urbano?”

1.2 Objetivos:

1.2.1 Objetivo geral: compreender como a produção do espaço urbano afeta as atividades agrícolas no município de Marituba - PA

1.2.2 Objetivos específicos:

- Levantar informações acerca dos aspectos territoriais, urbanos e das características da agricultura urbana em Marituba – PA.
- Verificar as ações desenvolvidas pelas Instituições que tratam sobre a agricultura no município.
- Identificar as percepções dos agricultores do bairro Almir Gabriel acerca da urbanização que ocorre na localidade.

1.3 Justificativa:

A origem de Marituba remonta a uma cidade com vocação agrícola, pois a fundação desse ente municipal está associada a construção da Estrada de ferro Belém – Bragança, cujas obras iniciaram no final do século XIX. Havia uma parada da estação ferroviária no até então vilarejo de Marituba, o qual, naquele momento, tinha terras disponíveis e desocupadas. Então, o governo provinciano do Grão – Pará resolveu estimular a imigração europeia para colonizar os territórios ao longo da ferrovia, assim os primeiros povos a chegar foram os espanhóis, franceses e italianos, os quais tinham como principal atividade econômica a agricultura (IBGE, 2021).

O território de Marituba já pertenceu a Ananindeua e Benevides, mas no ano de 1994 adquiriu autonomia administrativa. A lei complementar n.º 14, de 8 de junho de 1973 estabeleceu “as regiões metropolitanas de São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador, Curitiba, Belém e Fortaleza”. Com a criação das regiões metropolitanas, Belém e Ananindeua, inicialmente, compuseram a RMB. Posteriormente, a lei complementar n.º 27, de outubro de 1995 instituiu a RMB e outros municípios foram integrados: Marituba, Benevides, Santa Bárbara e Santa Izabel do Pará (IBGE, 2021; BRASIL, 1973; PARÁ, 1995).

Marituba, de acordo com Motta e Mata (2008) é uma cidade de médio porte e cidades brasileiras como essa desde as décadas de 1970, 1980 e 1990 apresentaram um crescimento populacional maior do que as metrópoles. Essa expansão urbana municipal está associada a um processo de ocupação por parte da

população de baixa renda. Quanto a ocupação, essa ocorreu pela necessidade de moradias juntamente com os interesses políticos e empresariais que elaboraram meios de obterem ganhos mútuos, pois estavam envolvidos no incentivo à prática de apropriação das propriedades as quais estavam desocupadas, para posteriormente demarcarem os lotes a serem liquidados (QUEIROZ, 2019; MERCÊS *ET AL*, 2021).

O processo de ocupação de Marituba também está relacionado com as relações dos agentes detentores do capital – construtoras, imobiliárias, entre outras – que através dos projetos de regularização fundiária urbana puderam se beneficiar das intervenções do poder público na produção do espaço urbano dos municípios de Belém e Ananindeua. A mudança do *status quo* de uma cidade que outrora era informal à legal eleva os custos de vida, logo àqueles que não conseguem arcar com a permanência no local ao qual habitam, tendem a procurarem outros lugares para viverem, portanto, Marituba foi uma alternativa à população segregada dos entes municipais da RMB (BEZERRA; CHAER, 2020; QUEIROZ, 2019).

Marituba, além de receber à população de baixa renda que vieram de Belém, Ananindeua, de outros municípios paraenses e Estados brasileiros, também recebeu atividades consideradas tóxicas e perigosas, que causam riscos e impactos ambientais, tais como o cemitério e o aterro sanitário (QUEIROZ, 2019).

As intervenções realizadas na produção dos espaços urbanos de Belém e Ananindeua segregou os mais pobres e essa configuração também não congrega mais lugares destinados a operação dessas atividades que tiveram legislações ambientais favoráveis e flexíveis para sua implementação e execução em Marituba. Os cemitérios estão localizados próximos das zonas urbanas e dois desses nas Áreas de Preservação Permanente (APA), já o aterro, este foi instalado dentro de um espaço que antes possuía uma cobertura florestal em uma APA³ (QUEIROZ, 2019; MORAES, 2019).

Em Marituba, a maioria da população carece de serviços de infraestrutura: sistema de esgoto, abastecimento de água, transporte público, pavimentações das malhas viárias e áreas vulneráveis aos alagamentos, principalmente, nos meses mais chuvosos do “inverno amazônico”, quando há o aumento do volume e da intensidade das chuvas (MERCÊS *ET AL*, 2021).

O município vem passando pelo processo de valorização imobiliária, a partir dos anos de 2010 foi beneficiado pelas obras do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) e o espaço urbano da cidade foi modelado pelos condomínios decorrentes da política habitacional. Além dessas residências, em Marituba, loteamentos para fins de moradia estão sendo comercializados para indivíduos que possuem um maior poder aquisitivo e propriedades estão em especulação imobiliária (QUEIROZ, 2019).

Então, diante dessas transformações que ocorreram e estão ocorrendo no espaço urbano da cidade, que demandam pelas parcelas dos solos seja para fins de moradia ou para outras atividades e serviços, a AUP é uma atividade que nessa dinâmica do crescimento e expansão da urbanização está sob risco pela necessidade de conversão das “antigas propriedades” para outros empreendimentos.

O avanço da mancha urbana não é somente o único fator que ameaça a AU de Marituba, pois outras razões culminam com a descontinuidade da atividade, como o interesse da família na continuidade e manutenção agrícola, acesso às políticas públicas, Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) entre outros que conjuntamente corroboram para o desaparecimento (SILVA, 2019).

Apesar dos riscos da AUP, a atividade agrícola de Marituba é descrita pelo IBGE como produção “agropecuária” e ainda representa – embora em pequena parcela – um dos principais Produtos Internos Brutos (PIB) da economia do município, portanto, pode ser potencializada com políticas de apoio e fomento (IBGE, 2021).

1.4 Referencial Teórico-metodológico:

1.4.1 Reflexões teóricas acerca do espaço urbano nas cidades

A cidade é algo que existe desde os tempos imemoriais e em diversas partes no mundo. Durante a história da humanidade, a cidade vem passando por transformações e modificações não somente geográficas, mas sociais, culturais, políticas, ambientais, entre outras (BAHIA, 2012).

Na Grécia antiga, os espaços das cidades eram locais de reuniões onde os cidadãos de direitos exerciam a democracia e tomavam decisões que reverberavam nos seus territórios. Nesse contexto, a cidadania era exercida somente pelos homens considerados livres, mulheres e os escravizados não faziam parte desse grupo (SOUZA, 2010).

No continente europeu, durante a idade medieval a dinâmica populacional era que a maioria dos habitantes vivia nos campos desenvolvendo atividades agrícolas, mas as cidades desempenhavam um papel fundamental nas relações comerciais e também como centro das decisões políticas (LEFÈBVRE, 2001).

Durante esse período do desenvolvimento da industrialização, a cidade manifesta o fenômeno do “urbano”, que está relacionado à urbanidade, ao ato da vida social, pois as cidades tornam-se centros culturais e de informação, logo manifestando lugares de reuniões e de encontros. A centralidade é um elemento característico de maior destaque na realidade urbana (LEFÈBVRE, 2016).

O urbano não existe sem um “centro”, então com a expansão da urbanização, nas cidades ocorre o processo de segregação, desigualdades sociais, que produzem a periferização, os subúrbios e as favelas, lugares onde os mais pobres e excluídos passam a residir (LEFÈBVRE, 2016; 2001).

Na Europa, com o advento da industrialização, várias cidades foram transformadas por uma lógica do planejamento urbano que priorizou as áreas centrais, oferecendo equipamentos e bens públicos às classes sociais dominantes e distanciando os mais desfavorecidos dos espaços urbanos, então esses sujeitos sociais foram não somente morar nas periferias, subúrbios ou favelas, mas nos locais distantes desses serviços. Além disso, passaram a habitar nos lugares longínquos dos seus trabalhos, logo consumiam e dispendiam tempo de deslocamento até as suas residências, portanto, não restavam momentos de usufruírem da vida urbana que a cidade oferecia (LEFÈBVRE, 2016).

Essa lógica do planejamento urbano europeu reverberou nas metrópoles dos países colonizados e os efeitos ainda perduram até a atualidade, pois à população de baixa renda, por morarem nos lugares distantes dos equipamentos públicos pouco ou raramente usufruem esses espaços, já que ainda existem custos dos deslocamentos (BAHIA, 2012).

O direito à cidade é uma reivindicação que os mais pobres necessitam fazer contra a lógica segregacionista do planejamento urbano, pela participação na vida social dos espaços urbanos e também melhores condições de habitabilidades nos locais onde residem (LEFÈBVRE, 2001).

As ideias de Lèfebvre (2001) sobre o direito à cidade tiveram influências em vários momentos históricos do século XX e nas mais diversas cidades do mundo todo, pois a partir dos anos 1960 surgem movimentos de reivindicações onde os sujeitos sociais ocupam os espaços urbanos para fins de manifestar suas indignações contra obras propostas pelos agentes modeladores que possuem maior poder e influência política no espaço urbano (HARVEY, 2014).

Esses movimentos de contrariedades e oposições geraram resultados, porém o direito à cidade cada vez mais pertence àqueles que detêm os monopólios do capital sobre o espaço urbano, então apesar das conquistas significativas das manifestações, os agentes modeladores produtores dos empreendimentos imobiliários aprenderam com essas experiências e buscam cooptações e soluções de modo que os seus interesses sempre prevaleçam sobre as decisões políticas das cidades (HARVEY, 2014).

Nas cidades, não obstante do que ocorre nas “terras” – propriedades do meio rural – quando um estabelecimento possui um valor, o qual é possível ser especulado como um ativo para futuras trocas financeiras, nos espaços urbanos, os imóveis estão suscetíveis a essa mesma ocorrência, pois os detentores de poder imobiliário com a congruência do Estado, por vezes, agem com coercitividade, assim promovem a espoliação, um fenômeno que através dos dispositivos jurídicos existentes gera a exploração e a expulsão daqueles desfavorecidos que não conseguem arcar com os custos de permanência no lugar (HARVEY, 2014).

As cidades com as ações dos agentes imobiliários e de em uma outra lógica de planejamento urbano sob o viés de “espetáculo” se transformaram em lugares que através do uso dos meios de publicidade e *marketing* favorece atividades como o turismo, locais onde a cultura é um bem de consumo, onde ocorre uma reinvenção cujo objetivo da produção do espaço urbano é proporcionar experiências únicas e exclusivas aos consumidores (HARVEY, 2014; AMENDOLA, 2000).

O planejamento urbano apesar de ser um instrumento utilizado pelo Estado para favorecer os interesses do capital, este pode servir como um dispositivo

democrático para implementar as reivindicações dos mais desfavorecidos das ações políticas (SOUZA, 2010).

Um dos mecanismos do planejamento urbano brasileiros que poderia ser utilizado à AUP seria a proteção e o incentivo às atividades agrícolas através da criação de espaços específicos destinados a serem preservados, além disso, a implementação, assistência técnica e o acesso ao crédito. Esses dispositivos, se devidamente fossem aplicados poderiam desestimular “à urbanização e a desruralização” dos municípios (SOUZA, 2010).

A população que desenvolve as atividades agrícolas nas cidades pode exercer seus direitos nas decisões políticas que impactam suas permanências nos seus territórios. Então, esses sujeitos sociais, conjuntamente, têm a capacidade e o poder de propor ao planejamento urbano mais inclusivo que corrobore até mesmo para um desenvolvimento de uma escala local específica (SOUZA, 2010; RUAF, 2006)

O planejamento urbano, de acordo com Souza (2010) não se restringe exclusivamente na perspectiva reducionista a qual os cidadãos são meros consumidores dos espaços urbanos, mas sujeitos sociais com a potencialidade de mudar à cidade através do exercício da cidadania e da democracia, inclusive o Brasil é um exemplo de como a participação popular conquistou direitos à cidade.

O direito à cidade no caso brasileiro está mais relacionado ao direito à moradia, pois além do Estado priorizar as áreas centrais no planejamento urbano das metrópoles, com o advento da industrialização, nos anos 1930, a população que saía do campo rumo às cidades passou a habitar e expandir as periferias, então moraram nos lugares onde não possuíam uma segurança jurídica da posse dos imóveis, logo eram os mais fragilizados pelas imposições políticas que suscitava revoltas (CARLOS, 2013).

Então, entre as conquistas dos movimentos sociais resultaram: nas leis, políticas habitacionais e na regularização fundiária urbana. Embora os movimentos sociais tenham obtido conquistas significativas, acabam por outro lado, em determinados momentos, sendo cooptados pelo Estado (CARLOS, 2013).

Os movimentos sociais, de acordo com Souza (2010) se tornaram ativismos políticos, pois para mudar a cidade é necessária a constante participação popular de modo que as leis sejam devidamente efetivadas e aplicadas. Essa mudança é

possível através da justiça social e da qualidade de vida urbana, já que com esses dois mecanismos, os mais desfavorecidos podem adquirir sua consciência enquanto cidadãos e não apenas adquirirem esse exercício durante as eleições.

A AUP pode ser atividade que se fosse incluída no planejamento urbano das cidades beneficiaria à população de baixa renda, pois promoveria a justiça social e a qualidade de vida urbana, já que a discussão acerca da atividade “traz consigo o debate sobre a pobreza e as desigualdades sociais e o desemprego como efeitos do desenvolvimento do capitalismo” (VINHOLI; MARTINS, 2012).

Nas cidades, de acordo com Lefèbvre (2001) por mais que o desenvolvimento do capitalista permeie várias localidades, ainda existem lugares que conservam elementos do rural, as “ilhas de ruralidade” e também espaços ociosos, abandonados ou obsoletos que poderiam ser aproveitados para fins de AUP, que se de fato fosse implementadas ações e dispositivos legais seria um exercício do direito à cidade, principalmente, à população mais marginalizada (MELLO, 2019).

1.4.2 Métodos e Técnicas de pesquisa

Em relação a metodologia adotada no presente estudo foram utilizados os seguintes métodos e técnicas: a pesquisa documental e as entrevistas semiestruturadas. Ambas, para fins de coletar as informações referentes a temática da AU em Marituba e sobretudo descrever aspectos relevantes das narrativas dos agricultores do Almir Gabriel.

1.4.2.1 *Pesquisa Documental*

Quanto aos procedimentos metodológicos adotados na presente pesquisa trata-se de uma abordagem predominantemente qualitativa, com a utilização de métodos qualitativos através das pesquisas bibliográficas com consultas a “livros, monografias, dissertações, periódicos” e materiais audiovisuais; além disso, adotou-se também os métodos quantitativos descritos através das tabelas e gráficos (MARCONI; LAKATOS, 2003).

As fontes documentais revelam aspectos históricos de um determinado período e/ou contexto que busca descrever um fenômeno, por meio, das narrativas,

percepções e observações de quem o redige e esteve vivenciando uma realidade de um passado recente ou distante.

Diante disso, ao verificar os documentos torna-se imprescindível *“lookthroughthem, andnotsomuchatthem”*, portanto, os pesquisadores ao analisar as fontes documentais, mais do que ler o documento é necessário confrontar, comparar com outros registros, para compreender a dimensão do fenômeno estudado (LOWENKRON; FERREIRA, 2014).

A pesquisa documental, de acordo com Lakatos e Marconi (2003) tem por característica que “a fonte de coleta de dados está restrita aos documentos, escritos ou não”. Os documentos podem ser legislações, relatórios, iconografias, fontes estatísticas, entre outras.

Foram consultadas legislações municipais de Marituba e leis federais, as quais estão correlacionadas a agricultura, agricultura familiar e temáticas referentes à cidade. Tais regulamentações possibilitam a compreensão sobre a dinâmica agrícola do município, a qual está predominantemente inserida no espaço urbano.

Nesta presente pesquisa foram utilizados relatórios elaborados pelo escritório local da EMATER de Marituba, os quais estão disponíveis no *site* da Instituição. No endereço eletrônico encontram-se os documentos realizados entre os anos de 2018 a 2021. Para o estudo foram selecionados os de 2019, pois nesse registro mostram as ações implementadas no triênio de 2016 a 2019; no de 2021 foi observado que algumas das políticas públicas locais permaneceram, outras foram iniciadas.

Iconografias como mapas foram utilizadas para descrever as características territoriais e urbanísticas do município; tabelas contendo as produções dos agricultores estão descritas neste presente estudo, são fontes secundárias já foram elaboradas por outros pesquisadores em três localidades de Marituba: Almir Gabriel, São Francisco e Uriboça. Além disso, fotografias registradas nos jornais eletrônicos e durante a pesquisa de campo também foram registradas.

No capítulo quatro alguns desses elementos foram elaborados os quais descrevem as características socioeconômicas e territoriais do município, para isso foi consultada a base de dados do IBGE, que contém informações sobre o censo agropecuário de Marituba, então, o levantamento sobre os agricultores do município foi adaptado através dos gráficos.

As fontes estatísticas descrevem amostras que compreendem uma parcela da população, segundo Lakatos e Marconi (2003) essas informações são realizadas periodicamente, há custos na sua execução, em sumo, às instituições que estão financiando. Apesar dos resultados significativos nesses bancos de dados, no intervalo de tempo, mudanças podem ocorrer na sociedade, o que pode divergir das descrições apresentadas da pesquisa, assim como as amostras obtidas podem não registrar um fenômeno como o todo presente na população.

Diante disso, o censo agropecuário de Marituba realizado entre os anos de 2006 a 2017 revelou uma queda dos estabelecimentos familiares de produção de 142 a 51. Entretanto, com uma consulta a um jornal eletrônico da prefeitura municipal, uma matéria de 2021 publicou que há mais de 200 unidades familiares de produção no município (MARITUBA, 2021).

A partir dessa informação constata-se a necessidade de juntar diferentes fontes documentais, compará-las e verificar possíveis descrições as quais não foram abrangidas ou que já foram identificadas ou necessitam ser complementadas, cujo no momento da realização de um levantamento estatístico não foi evidenciado.

1.4.2.2 *Entrevistas Semiestruturadas*

Outro método utilizado nesta pesquisa foram as entrevistas semiestruturadas, pois, durante as incursões de campo no bairro do Almir Gabriel foram entrevistados nove agricultores, essa amostra foi obtida através do método bola de neve, ou seja, por meio das indicações de cada entrevistado.

Diante disso, é possível que na localidade possa ter o dobro ou mais de agricultores além dos definidos na amostra, apesar de que vem ocorrendo a diminuição dos produtores que ainda desenvolvem a atividade agrícola, inclusive, dois dos entrevistados somente a praticam por subsistência, embora, já tenham, no passado, experiências com a comercialização. Em decorrência disso, para totalizar dez entrevistados, foi incluído um produtor do bairro do *Decouville*.

As entrevistas semiestruturadas para Richardson (2014) “permitem o máximo de liberdade e aprofundamento” quando guiadas pelo pesquisador, então foi feito o uso de uma “entrevista não diretiva”, pois permitiu que o entrevistado desenvolvesse “suas opiniões e informações da maneira que ele estimar conveniente”,

portanto, “o entrevistador desempenha apenas funções de orientação e estimulação”.

Assim, as entrevistas foram sendo conduzidas por temas explorados no roteiro e guiado através de conversas, de modo que os entrevistados tivessem permissão e liberdade para abordar outros aspectos além das perguntas propostas previamente, todas essas entrevistas foram gravadas e depois transcritas.

A técnica da entrevista semiestruturada guiada pelo entrevistador possibilita aprofundar aspectos colocados, espontaneamente, pelos entrevistados e também o esclarecimento das suas ideias, retoma alguns temas ressaltados e evita repetições desnecessárias do pesquisador (RICHARDSON, 2014).

Além das entrevistas com os agricultores do Almir Gabriel e com um produtor do *Decouville*, foram entrevistados técnicos da SEDAP do município através de uma reunião conjunta a qual ocorreu no dia 13 de junho na sede da Instituição. A seleção ao escolher os técnicos da SEDAP foi por ter um conhecimento prévio da engenheira agrônoma e obter maiores informações acerca das ações desenvolvidas, já que a organização pública não possui um *síte* onde são divulgados e publicados todos os seus trabalhos sobre assistência técnica e extensão rural.

No município há um outro arranjo institucional para agricultura, a EMATER, todavia, a organização divulga desde 2019 os seus trabalhos desenvolvidos no município, porém, apesar dessas informações, ao longo das pesquisas bibliográficas, as produções acadêmicas mencionavam pouca atuação na extensão rural do município. Além disso, procurei um extensionista em janeiro de 2022, que, inicialmente, tive contato; mas, posteriormente, não tive mais retorno.

1.5 Estrutura da Dissertação

A presente pesquisa, além da introdução que corresponde ao capítulo um, está estruturada nos seguintes capítulos por.

O capítulo dois tem por título “A importância da agricultura em áreas urbanas: o caso de Marituba” e está dividido em sete tópicos os quais destacam os aspectos relevantes sobre a agricultura urbana, como a definição, conceito, experiências no Brasil e no mundo e também a relação entre a agricultura e a segurança alimentar, a agricultura familiar no âmbito urbano, além de ressaltar a necessidade de estímulos

à atividade; além disso, também descreve as experiências agrícolas na região metropolitana de Belém até relacioná-las com as atividades desenvolvidas em Marituba.

O capítulo três tem por título: “A produção do espaço urbano e a agricultura urbana em Marituba” e neste é realizado um levantamento das bases de dados do IBGE para fins de descrever os aspectos populacionais, urbano e territoriais de Marituba, sobretudo são utilizadas as informações das características socioeconômicas da agricultura familiar do município dispostas no censo agropecuário de 2017.

Neste capítulo são analisadas algumas ações institucionais realizadas pelas organizações de incentivo, fomento e estímulo à agricultura do município, pois como a agricultura representa uma parte significativa das receitas do ente municipal há duas Instituições presentes: a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará (EMATER) no Escritório Local (ESLOC) de Marituba e da Secretaria Municipal de Desenvolvimento da Agricultura, Aquicultura, Abastecimento e Pesca (SEDAP) do município.

O capítulo quatro é intitulado: “Uma área agrícola em Marituba: o caso do Almir Gabriel” e analisa uma área agrícola específica do município, o bairro do Almir Gabriel, o qual, antes da sua ocupação era uma fazenda, e após esse processo ocorreu uma divisão entre as áreas destinadas para fins de moradia e para fins agrícolas. Atualmente, ainda existem agricultores que desenvolvem a atividade na área, embora esteja ocorrendo o abandono por diversas razões. A urbanização na localidade vem avançando às áreas que foram destinadas para agricultura e o espaço vem passando por uma nova configuração. Além disso, nesse capítulo são destacadas as observações empíricas do lugar e ressaltadas as percepções dos agricultores sobre essas mudanças.

Por último segue as considerações finais, a qual a pergunta de pesquisa da dissertação procura ser respondida e que as conclusões dos capítulos são apresentadas, assim ressaltando a importância da atividade agrícola que necessita de mais incentivo e apoio mediante as conversões de uso da terra.

2 A IMPORTÂNCIA DA AGRICULTURA URBANA EM ÁREAS URBANAS:

2.1 A agricultura urbana: conceito, definição, relevâncias e temas estudados

O conceito de AU, de acordo com Almeida e Costa (2014) ainda se encontra em construção, pois as temáticas que envolvem a atividade podem ser analisadas por diferentes perspectivas nas cidades e não somente associada às contribuições que esta pode agregar na vida dos indivíduos pauperizados.

Desde os anos 2000 a AU também já apresentava interesses de negócios dos setores empresariais da sociedade que detêm capitais para investimentos nas tecnologias de modo que tornem mais eficiente a produção de alimentos, assim como a otimização dos espaços disponíveis nas cidades, como exemplo, Paris, a capital francesa no ano de 2020 inaugurou a maior “fazenda urbana” da Europa⁴ (FOLHES *Et Al*, 2021).

A AU converge para os seguintes movimentos: o primeiro é a fixação de agricultores familiares localizados nos espaços urbanos, os quais residem nas cidades, há tempos, e, vem desenvolvendo e mantendo as suas produções agrícolas; o segundo são grupos sociais insurgentes que se apropriam dos espaços disponíveis nas cidades, os quais estão abandonados e obsoletos, então esses indivíduos o utilizam para implantação e implementação do desenvolvimento da atividade agrícola urbana (MELLO, 2019).

Quanto a esse aspecto da apropriação dos espaços urbanos disponíveis na cidade, a atividade é uma estratégia de sobrevivência dos grupos sociais que estão as margens das sociedades e os quais vivem nas periferias das cidades, na condição de segregação socioespacial. Esses indivíduos usam e ocupam as propriedades públicas e/ou privadas para fins de promoção da AU, assim utilizam os locais desocupados, mas que estão sem nenhuma destinação social (ALMEIDA; COSTA, 2014; MELLO, 2019).

Ambos os movimentos convergentes sobre a AU revelam que embora as transformações ocorram nos espaços urbanos com o avanço da urbanização, a atividade pode ser um instrumento de modificação dos espaços urbanos, o que a torna um elemento essencial à mudança do mesmo (MELLO, 2019).

A principal finalidade da AU praticada por esses sujeitos sociais é uma produção para o autoconsumo, segurança alimentar, aumento da diversidade alimentar, possibilidade de comercialização dos excedentes de produção, formação de um microclima no entorno das residências, possibilidade de exploração das plantas medicinais, entre outras relevâncias (ROESE, 2003).

Por definição a AU é uma atividade que integra e interage com as cidades e que envolve diversos arranjos na sua cadeia de produção, ou seja, desde os produtores aos transportadores e ao consumidor final. Porém, nem toda atividade agrícola possui integração e interação com as cidades, pois há determinados cultivos que são destinados a outros consumos e consumidores. Quanto à localização entre urbano e periurbano, isto está associado às áreas intraurbanas (dentro das cidades) ou periurbanas (no entorno das cidades), respectivamente. (MOUGEOT, 2000; AQUINO; MONTEIRO, 2005).

A AU difere-se da agricultura convencional desenvolvida no meio rural, pois nas cidades os produtores costumam fazer adaptações necessárias devido à ausência de uma maior disponibilidade de espaço. Enquanto, nas propriedades rurais as áreas de cultivo são superiores as da zona urbana (AQUINO; MONTEIRO, 2005; ROESE, 2003).

Outro fator considerável é que na agricultura existente nas zonas rurais o uso do solo é quase que específico para essa finalidade, já na AU ocorre a competição – por razões exógenas – dos usos dos solos com outras atividades não agrícolas (AQUINO; MONTEIRO, 2005).

Esses outros interesses em relação ao uso e ocupação do solo pela AU são de acordo com Folhes *Et Al* (2021) a especulação imobiliária, a gentrificação, a mercantilização do solo entre outros, os quais somados com os interesses dos setores privados e com os governos locais tendem a inibir a atividade desenvolvida ou com a potencialidade de realização pela população local.

Com a expansão da urbanização, determinadas localidades das cidades tendem a ter uma valorização imobiliária, fato que culmina para elevação dos preços dos imóveis, inclusive propriedades rurais que outrora eram unidades de produção familiares tornam-se endereços de outros empreendimentos empresariais (MELLO, 2019).

Com relação às agendas políticas, na quase totalidade, priorizam os agricultores familiares que estão no campo; enquanto na AU as políticas, frequentemente, são mínimas, inexistentes ou vagas e por vezes não são pautas dos interesses políticos vigentes (ROESE, 2003).

Nos municípios, nas áreas consideradas periurbanas, as atividades agrícolas, por vezes, estão inseridas dentro das categorias da agricultura familiar, onde os proprietários dos imóveis podem ter uma área extensa que os possibilita uma diversidade de cultivo, além do acesso às políticas públicas de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), fomento e crédito, desde que sejam assistidos pelo poder público local.

Nas áreas intraurbanas dos municípios as pessoas cultivam praticamente para o autoconsumo e a subsistência, geralmente, com poucos recursos disponíveis, limitados, assim como os estímulos e incentivos. Contudo, ainda nas cidades de acordo com Folhes *Et Al* (2021) há grupos que promovem a aproximação entre os produtores e os consumidores nas chamadas Comunidades que Sustentam a Agricultura (CSA), esses atores sociais buscam garantir a soberania e segurança alimentar dos participantes envolvidos, além de trabalharem para construir condições de permanência nas cadeias locais de produção.

A implementação da AU no planejamento urbano e territorial das cidades apresenta os seguintes obstáculos para a implementação: alto valor dos imóveis e dos impostos; com a expansão da urbanização sobre áreas rurais, as legislações municipais são alteradas e a delimitação dos perímetros urbanos são modificadas; a demanda por solo urbano para fins de moradia; conflitos acerca do uso dos solos para outros usos (ALMEIDA; COSTA, 2014).

A AU poderia ser uma atividade cada vez mais estratégica dos governos locais, pois a FAO (Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura) estima que no ano de 2030, 80% da população mundial viverá nas cidades, logo isso demandará políticas de habitação, emprego e renda, infraestrutura, principalmente, aos mais socialmente vulneráveis (ORSINI, 2013).

A AU, não é um fenômeno recente, segundo Corrêa *Et Al* (2020), durante a segunda guerra mundial, alguns países europeus incentivavam a população através das capacitações de cultivo e manejo agrícola. Além disso, os governos locais também forneciam insumos agrícolas, para que os habitantes cultivassem seus

próprios alimentos e não dependessem tanto dos mercados locais, já que eles seriam afetados pela impossibilidade dos envolvidos na cadeia de produção transportarem os mantimentos e os próprios consumidores de saírem para adquiri-los.

A maioria dos países europeus apresentam significativamente um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) alto, de acordo com Corrêa *Et Al* (2020) o enfoque dessas nações com esse parâmetro no que se refere à AUP está associada: a criação e manutenção das hortas comunitárias, ao bem-estar da população local, a mitigação dos impactos ambientais causados pela contaminação e poluição do uso e ocupação do solo.

Nos Estados Unidos, na cidade de Chicago, os *Advocates for Urban Agriculture*⁵ são uma organização sem fins lucrativos que promove e defende os interesses relacionados à AUP. Segundo FAO a AU desenvolvida nesta cidade apresenta um protótipo que envolve as técnicas de manejo e cultivo para o autoconsumo, intercâmbios das trocas e doações, a utilização dos espaços disponíveis para fins de plantio nos mais diversos lugares como escolas, igrejas, entre outros (FAO, 2007).

Essa Instituição de Chicago tem como um dos objetivos através da AUP criar e fortalecer os laços comunitários, além de atuar em prol dos interesses dos *familyfarms*(produtores) que residem nas zonas periurbanas da cidade e que conseguem produzir nas suas propriedades uma escala comercial significativa de alimentos (FAO, 2007).

Podemos fazer referências também à experiência de Cuba, uma nação que estimulou a AU durante a década de 1980, no contexto histórico da guerra fria, como o país apoiava a extinta União Soviética, então os Estados Unidos impuseram sanções econômicas, as quais culminaram na interrupção do abastecimento alimentar à população. Como resposta a essa pressão da política externa, o governo nacional incentivou os habitantes a praticarem a agricultura, onde cada lugar disponível – nos espaços urbanos e periurbanos, nas áreas públicas ou privadas – teria um potencial de desenvolvimento da atividade, pois o território cubano é consideravelmente pequeno nos seus aspectos geográficos, assim os indivíduos teriam a possibilidade, devido às adversidades, de produzir o seu próprio alimento (ALTIERI, 1999).

No caso brasileiro a AU, especificamente, a horticultura nas áreas urbanas e periurbanas dentro das propriedades públicas e/ou privadas passaram a ter maior destaque a partir da década de 1980, quando o Programa Nacional de Agricultura Urbana⁶ financiou a atividade, além disso, os Estados e municípios também contribuíram com a destinação dos seus recursos à mesma (BRANCO; ALCÂNTARA, 2011).

Apesar dos recursos destinados ao financiamento da atividade, a maioria das hortas era de propriedade familiar e não havia subsídios que as financiassem e quando há auxílios governamentais envolvidos, a horticultura fica condicionada à vontade política dos governantes, inclusive poucos municípios brasileiros possuem legislações específicas à AU. Quanto ao perfil socioeconômico dos indivíduos envolvidos com o cultivo de hortaliças, a maioria eram mulheres, desempregados, idosos e pessoas de baixo rendimento financeiro, ou seja, os mais vulneráveis socialmente (BRANCO; ALCÂNTARA, 2011).

No Brasil, a portaria n.º 467, de 7 de fevereiro de 2018 oferece a possibilidade de uma regulamentação do uso das propriedades públicas ou privadas para fins de AUP, assim essa legislação oferece uma garantia de segurança jurídica aos usuários que fazem o uso de espaços urbanos para esse fim (BRASIL, 2018).

A portaria n.º 467, de 7 de fevereiro de 2018 dispõe que instituições públicas e privadas podem fomentar a prática da AU, utilizá-las para fins pedagógicos, buscar alternativas intersetoriais para que possa ser oferecido o devido apoio, sobretudo aos praticantes (BRASIL, 2018).

Antes de uma regulamentação como essa, muitos indivíduos que praticavam a atividade agrícola nas áreas públicas ou privadas, mas sem nenhuma destinação social tinham receio de expropriação e havia a sensação de insegurança jurídica da ocupação para essas finalidades (BRANCO; ALCANTARA, 2011).

Outra prática relacionada à AU é o desenvolvimento desta para uma produção de subsistência nos quintais.

2.2 Os quintais e a Agricultura Urbana.

Os quintais são, áreas das residências que, geralmente, servem de meio para reprodução e repasse dos conhecimentos adquiridos dos moradores que vieram da zona rural às cidades, filhos – em geral – de agricultores familiares, que adaptaram

os espaços disponíveis para manutenção da prática e pelas infinitas possibilidades que ela envolve: economia no orçamento familiar, alimentação e o bem-estar terapêutico (SILVA; ANJOS; ANJOS, 2016).

Espaços como os quintais utilizados para criação de animais e produção de alimentos, também são denominados de agroflorestais, estes podem ser consolidados como um estabelecimento ou unidade de produção familiar, a exemplo disso, são os assentamentos localizados nas zonas urbanas e periurbanas das cidades (CANUTO *ET AL*, 2016).

Desde o período do neolítico, a utilização dos quintais tem sido empregada como uma estratégia de subsistência e de sobrevivência aos indivíduos. As funções dos quintais e os seus usos estão intimamente relacionados com o desenvolvimento da agricultura, da cultura e da sociedade, pois esse foi um dos ambientes que o ser humano adaptou e criou condições para sua manutenção de vida de dos seus grupos (NASCIMENTO; ALVES; MOLINA, 2005).

Os quintais são espaços residenciais, onde dependendo das dimensões, disponibilidade e vontade dos proprietários é possível transformá-lo em um ambiente propício ao cultivo das variedades de espécies vegetais que podem contribuir para alimentação do residente e da sua família.

Nos quintais há a possibilidade de serem cultivadas plantas medicinais e ornamentais, hortaliças, frutíferas, a criação de animais, é um lugar onde há a troca e doação de plantas, além da transmissão dos conhecimentos, então os quintais são espaços de reprodução social, ou seja, um local de aprendizado às famílias (CANUTO *ET AL*, 2014).

Os quintais intitulados como sítios ou pomares são locais que na região amazônica representam espaços de saberes e fazeres adquiridos há gerações. Nesses espaços, devido aos cultivos das variedades, os alimentos produzidos contribuem para uma dieta familiar mais diversificada (MIRANDA, 2011).

O cultivo de uma variedade de alimentos nos espaços como os quintais representam uma alternativa ao consumo dos produtos industrializados, pois os indivíduos consomem os *in natura*, logo isso tende a contribuir para a suplementação das vitaminas necessárias para o funcionamento do organismo e para uma dieta balanceada (MIRANDA, 2011).

Nos centros urbanos devido a uma maior disponibilidade e oferta dos alimentos para compra, itens que são fáceis de serem preparados, de custos acessíveis se comparado às hortaliças, logo há uma tendência das pessoas ao consumo dos alimentos industrializados (NASCIMENTO; ALVES; MOLINA, 2005).

A oferta e maior disponibilidade de alimentos industrializados de certa forma culminam com a mudança não somente dos hábitos alimentares, mas também de comportamentos, pois, de modo geral, as pessoas vêm perdendo a prática do cultivo ou provavelmente nunca tiveram contato com a mesma (NASCIMENTO; ALVES; MOLINA, 2005).

Essas mudanças de hábitos alimentares e comportamentos que levam os indivíduos por inúmeros motivos a escolherem consumir determinados gêneros alimentícios em detrimento de outros podem ocasionar prejuízos à saúde, pois os alimentos industrializados – processados e ultraprocessados – possuem uma alta concentração de conservantes como sais e açúcares (NASCIMENTO; ALVES; MOLINA, 2005).

Nos lugares mais remotos, distantes das cidades, como comunidades quilombolas, na região amazônica, os quintais representam um lugar de sociabilidade, de experimentação, onde através dos conhecimentos adquiridos pelas gerações, uma oportunidade advinda do cultivo pode gerar trabalho e renda, principalmente, às mulheres que costumam ser as protagonistas nesses espaços (DIAS, *ET AL*, 2020).

Nos quintais dos agricultores familiares das zonas rurais e periurbanas o cultivo de plantas medicinais é alternativa ao tratamento das mais infinitas enfermidades que os indivíduos podem apresentar. E essas até mesmo podem ser utilizadas nos casos mais complexos, pois nem sempre nos lugares remotos e distantes das cidades há um serviço público de saúde para prestar o atendimento de prontidão (DIAS, *ET AL*, 2020).

O quintal também é um espaço terapêutico para aqueles que o manejam, pois para o praticante a atividade promove uma sensação de bem-estar, já que é um momento de interação e de conexão entre o ser humano e a natureza, um lugar holístico e uma área verde que pode ser desenvolvida, cultivada e elaborada nas residências (SILVA; ANJOS; ANJOS, 2016).

Os quintais também são ambientes adaptados pelos moradores que vivem nas zonas urbanas, mas possuem na sua trajetória a prática agrícola ou pelos seus filhos que vieram às cidades na busca de oportunidades e melhores condições de vida, logo trouxeram esse conhecimento adquirido durante a sua vida e transformaram os locais como se fossem uma parte integrante de um lugar ainda presente em sua memória (SILVA; ANJOS; ANJOS, 2016).

Na agricultura urbana familiar, os assentamentos localizados nas zonas periurbanas, a soma da produção em conjunto dos agricultores familiares que possuem poucos espaços disponíveis para o cultivo possibilita a eles a participação das políticas como o PNAE⁷ e o PAA⁸, além de também acessarem outros mercados (CANUTO *ET AL*, 2014).

Nos espaços como os quintais, há também a possibilidade de promoção de um desenvolvimento rural, pois com os saberes e fazeres dos praticantes ou dos agricultores familiares inseridos no seu próprio ambiente, as organizações sejam governamentais ou não, podem oferecer capacitações para fins de aproveitar os conhecimentos e as práticas para gerar empreendimentos que possam promover ganhos nas mais variadas dimensões das determinadas localidades (DIAS, *ET AL*, 2020).

2.3 A agricultura urbana no âmbito familiar

Estabelecimentos ou unidades de produção familiares são locais de reprodução da agricultura familiar. A Lei n.º 11.326, de 24 de julho de 2006 “estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais” e considera agricultores familiares os indivíduos que praticam atividades agrícolas nas suas propriedades, com o uso de mão-de-obra predominantemente familiar, e não possuindo uma área maior do que quatro módulos fiscais (BRASIL, 2006).

O módulo fiscal é uma unidade que utiliza hectares como parâmetros de medida, de acordo com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA)⁹ o Instituto Nacional de Colonização da Reforma Agrária (INCRA) fixa os valores, porém os municípios definem o quanto as dimensões podem variar que é

de aproximadamente cinco a 110 hectares, pois cada ente municipal considera as seguintes atividades:

- A) cultura permanente, cultura temporária, pecuária ou florestal;
- B) a renda obtida no tipo de exploração predominante;
- C) outras explorações existentes no município que, embora não predominantes, sejam expressivas em função da renda ou da área utilizada;
- D) o conceito de "propriedade familiar" (EMBRAPA, 2020).

Na cidade de São Paulo, por exemplo, os agricultores familiares localizados nas zonas urbanas e periurbanas, especificamente, os assentados de reforma agrária, cujos terrenos equivalem a 500m² (0,5 hectares) essas medidas constam como para o parâmetro de módulo fiscal, ou seja, diante dessa dimensão, essa área é considerada uma unidade/estabelecimento de produção familiar (ARRAES; CARVALHO, 2015; BRASIL, 2006).

A Lei n.º 11.326, de 24 de julho de 2006 descreve as categorias sociais consideradas agricultores familiares: silvicultores, aquicultores, extrativistas, pescadores artesanais, povos indígenas e integrantes das comunidades de remanescente de quilombo (BRASIL, 2006).

Essa legislação também prevê no quarto parágrafo do artigo três que as “cooperativas e associações que atendam a percentuais mínimos de agricultores familiares em seu quadro de cooperados ou associados e de matéria-prima beneficiada processada ou comercializada oriunda desses agricultores” podem ter acesso as linhas de créditos da agricultura familiar (BRASIL, 2006).

Então, de acordo com Arraes e Carvalho (2015) propriedades que não são somente dos assentados de reforma agrária, mas que, de modo geral, possuem relações de integração e interação com as cidades e os agricultores familiares se inserem na categoria social de agricultores familiares, estes podem também serem agricultores familiares urbanos.

A AUP, de acordo com Folhes *Et Al* (2020) “apesar das tentativas de incluir alguns segmentos de agricultores urbanos em políticas públicas dirigidas à agricultura familiar” existem poucas legislações que oferecem o apoio a atividade e quando há é implantado superficialmente, além disso a AU está sujeita às disputas nos territórios das cidades.

2.4 A contribuição da Agricultura Urbana para a segurança alimentar

A agricultura, não somente da AU, mas a agricultura desenvolvida nas zonas rurais com propriedades maiores torna-se mais relevante, principalmente, no contexto mundial causado pela pandemia do Novo Coronavírus¹⁰ registrada no ano de 2020 pela Organização Mundial da Saúde (OMS).

No ano de 2020, a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) em parceria com a FAO realizaram recomendações para que os Estados-membros da América Latina e do Caribe ofereçam maiores suportes aos produtores familiares que realizam as atividades agrícolas contribuindo com o fomento e o incentivo à agricultura, regulação dos preços nos mercados, assim como ações as quais garantam a segurança alimentar principalmente aos mais vulneráveis socialmente, isto é, mulheres, crianças, jovens e desempregadas (CEPAL; FAO, 2020).

Devido às medidas de biossegurança recomendadas pela OMS que sugere, em sumo, o distanciamento social, muitas famílias, globalmente, foram afetadas pela perda da sua empregabilidade e/ou dos seus rendimentos financeiros, já que foram impossibilitados de saírem para trabalhar e/ou gerarem rendas. Conseqüentemente, diante desse contexto, causado e até mesmo agravado pela pandemia, escancara-se também a situação de vulnerabilidade social dos mais pobres ao acesso e consumo dos alimentos.

Antes mesmo da pandemia causada pelo Novo Coronavírus, de acordo com Galindo *Et Al* (2021) muitos domicílios brasileiros já consumiam de forma irregular frutas, hortaliças e leguminosas. Inclusive, diante dessa situação, o consumo desses alimentos *in natura* foi reduzido a 85% nos lares que apresentavam algum grau de insegurança alimentar. Também, houve um crescimento do consumo de ovos, possivelmente, causado pela substituição devido à elevação do preço da carne.

O conceito de segurança alimentar está associado à condição de acesso a alimentos e surge no contexto europeu após a segunda guerra mundial, pois muitos países ficaram devastados e não havia condições de produzirem alimentos. O conceito de segurança alimentar considera os seguintes aspectos principais: “quantidade, qualidade e regularidade no acesso aos alimentos” (BELIK, 2003).

1 – Os alimentos podem estar disponíveis, mas as populações mais pobres podem não ter acesso a eles, seja por problemas de renda, ou seja, devido a outros fatores como conflitos internos, ação de monopólios ou mesmo desvios.

2 – A alimentação disponível para o consumo da população não pode estar submetida a qualquer tipo de risco por contaminação, problemas de apodrecimento ou outros decorrentes de prazos de validade vencidos.

3 – As pessoas têm que ter acesso constante à alimentação (BELIK, 2003).

No caso brasileiro, a população é afetada por uma insegurança alimentar devido ao baixo nível de renda da população que a impossibilita de adquirir alimentos. No Brasil há uma oferta abundante de alimentos, diferente do que acontece na África Subsaariana, pois por lá ocorre a falta do acesso e a produção de alimentos (BELIK, 2003).

No Brasil, as causas que geram a Insegurança Alimentar e Nutricional (ISAN) estão em sumo relacionadas aos meios produtivos – terras cultiváveis – para produção de alimentos ou aos investimentos e intervenções do Estado que promovam ações que gerem emprego e renda e assim os indivíduos podem obter rendimentos que podem ser utilizados para compra e acesso aos alimentos. Ainda, no país existe a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA) as quais nessa são definidos os termos como segurança alimentar e a ISAN, essa última classificada em leve, moderada e grave (SILVA; ANJOS; ANJOS, 2016).

Segurança Alimentar: os moradores têm acesso regular e permanente aos alimentos de qualidade e em quantidades adequadas, sem prejudicar o acesso a outras necessidades essenciais.

ISAN leve: percebe-se alguma preocupação com o acesso aos alimentos e um comprometimento em relação à qualidade acessada.

ISAN moderada: os moradores adultos convivem com a restrição quantitativa de alimentos.

ISAN grave: tanto os adultos como as crianças apresentam privação alimentar. (SILVA; ANJOS; ANJOS, 2016. O grifo é nosso).

Nesse contexto da pandemia do Novo Coronavírus, mais da metade da população brasileira, 55,2% encontrava-se em ISAN. Os domicílios mais afetados foram os das Regiões Norte e Nordeste, pois foram de duas a três vezes superiores aos demais das outras regiões brasileiras, já que em ambas foram os mais expostos

a ISAN grave. A ISAN aumentou 19% nos lares onde algum morador perdera o emprego e/ou renda por consequência da pandemia (REDE PENSSAN, 2021).

Diante disso, superar a vulnerabilidade alimentar é um desafio e a AU poderia ser uma atividade importante no enfrentamento à fome, então nesse contexto ao qual o Brasil vem passando se às atividades agrícolas fossem estimuladas e incentivadas, assim as pessoas poderiam produzir seu próprio alimento. Então, iniciativas as quais aproveitem os saberes locais, fortalecimento dos circuitos curtos de comercialização, a inserção dos produtores e/ou agricultores, o encurtamento das cadeias de suprimentos entre a produção e consumo necessitam ser reformuladas nos cenários de ISAN, fome, guerra civil ou em uma pandemia (SÁ, 2022).

2.5 Aspectos e características das experiências acerca da Agricultura Urbana e Periurbana nos municípios da Região Metropolitana de Belém

Na Região Metropolitana de Belém (RMB), a atividade agrícola, da maioria dos municípios é desenvolvida, predominantemente, nos quintais (minifúndios), embora, em algumas localidades das cidades-componentes desse conglomerado há extensos estabelecimentos agropecuários.

Em Belém, o território da capital paraense é composto pela parte continental e insular, nessa última, estão integradas pequenas e grandes ilhas, que concentram agricultores familiares que interagem com a dimensão territorial do urbano e que produzem para sua subsistência e comercializam os excedentes nos mercados da capital paraense (WANDSCHEER; MEDEIROS, 2012).

Ainda, em Belém, no Bairro Montese, popularmente conhecido como Terra Firme, segundo Pacheco *Et Al* (2018) existe a potencialidade de desenvolvimento de uma AU, pois os moradores no entorno da Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA) desenvolvem atividades relacionadas ao cultivo de vegetais e a criação de animais.

Em Ananindeua, no Bairro do Curuçambá, os agricultores familiares possuem uma trajetória de transitoriedade nos espaços urbanos e rurais, pois na década de 1970 realizavam suas atividades nas terras que atualmente pertencem a Universidade Federal do Pará (UFPA), logo com a expansão da Instituição, os produtores foram remanejados para o Conjunto da Cidade Nova e por lá

desenvolviam a AUP até serem permanentemente realocados no Curuçambá (RODRIGUES; SOBREIRO FILHO; OLIVEIRA NETO, 2018).

Neste bairro, os produtores da Cooperativa dos Produtores da Gleba – Guajará do Pará (COPG) que vieram da trajetória de mudanças com a transformação dos espaços urbanos, comercializam suas produções nos mercados de Belém, a atividade agrícola por lá desenvolvida não utiliza, frequentemente, insumos agroquímicos (FIGUEIROA; GOMES; CABRAL, 2016).

Também no Curuçambá, algumas propriedades, que outrora pertenciam aos agricultores associados à COPG foram vendidas e atualmente são espaços de lazer, como campos de futebol. No Distrito, Vila Americano, em Santa Izabel do Pará, as “fazendas” que existiram no lugar foram incorporadas ao Estado para a construção de um complexo penitenciário (RODRIGUES; SOBREIRO FILHO; OLIVEIRA NETO, 2018; BEZERRA, 2014).

Em Benevides, segundo *Abud Et Al* (2019) a AU não é somente para fins de alimentação, mas, predominantemente, destinada à produção de plantas ornamentais, como a floricultura. Inclusive, o ente municipal é o maior produtor paraense no segmento, pois o cultivo de flores é desenvolvido nos sítios dos produtores. Todavia os proprietários, em geral, não estão inseridos em alguma associação ou cooperativa e a maioria prefere trabalhar individualmente.

Em Santa Izabel, o município teve o seu auge de produção de uma diversidade de cultivos, pois, nos anos 1970, os agricultores da Vila de Americano, cultivavam milho, feijão, entre outros. Porém, no decorrer do tempo, essas atividades declinaram e propriedades foram alienadas ao Estado e o processo de urbanização se expandiu na cidade. Então, ainda existe uma AUP, porém especializada na produção de mandioca que serve para produzir um derivado da mandioca – a farinha de tapioca – e os produtores locais destacam-se como os maiores produtores do nordeste paraense (BEZERRA, 2014).

Na AUP da RMB há uma potencialidade de exploração das hortas urbanas comunitárias, inclusive no Bairro Montese de Belém há linhões de energia elétricas e por lá poderia ser implementado um Projeto de AUP similar ao Cidades Sem-fome. Contudo, a elaboração das hortas comunitárias não conta somente com o interesse e disposição dos agricultores, mas com outros atores sociais envolvidos que corroboram com a possibilidade e oportunidade de realizarem ações dessa

magnitude, como é o caso dos projetos destinados à AUP (PACHECO *ET AL*, 2018; ROSA; PINTO; MONTEIRO, 2021).

Por último, em Santa Bárbara do Pará, também há uma AUP desenvolvida no Assentamento Abril Vermelho e por lá os agricultores familiares urbanos são integrantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e nessa localidade do município há experiências com um modelo de agricultura baseado na produção agroecológica que vem sendo desenvolvida e os principais destinos de escoação dos produtos à comercialização são: a Feira de Pau D´arco, Benevides, Ananindeua e Belém (PANTOJA, 2019).

Em Belém são realizadas feiras para produtos orgânicos e agroecológicos, segundo Caldas e Pontes (2020) essas ocorrem nas cinco localidades: a Praça Batista Campos, Praça Brasil, na Universidade Federal do Pará (UFPA), no Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) e na Empresa Brasileira de Pesquisas em Agropecuária (EMBRAPA).

Quanto as origens dos produtos destinados à comercialização são dos municípios localizados, predominantemente, no nordeste do Estado do Pará: Belém (Ilha do Combú), Santo Antônio do Tauá, Benevides, São João de Pirabas, Santa Bárbara do Pará, Marituba, Acará, Barcarena, Santa Maria do Pará, São Miguel do Guamá, Augusto Corrêa e Irituia (SANTOS *ET AL*, 2020).

Quatro dos municípios do nordeste paraense são produtores de orgânicos e pertencem a RMB: Belém (Ilha do Combú), Benevides, Santa Bárbara do Pará e Marituba. Nesse contexto, nota-se que tanto na AUP convencional, como outra sem a produção de insumos agroquímicos, o mercado consumidor final é o da capital do Pará.

Nas feiras de produtos orgânicos e agroecológicos, sobretudo, na Praça Brasil, são comercializados uma ampla variedade dos produtos: hortaliças, raízes e tubérculos, ovos caipiras, mel, produtos artesanais, plantas medicinais, ornamentais e das Plantas Alimentícias Não Convencionais (PANCS). Então, esses produtores oferecem uma alternativa de alimentos à população que reside nas adjacências da feira (OLIVEIRA *ET. AL*, 2017; COSTA *ET. AL*, 2020).

Os produtores de orgânicos que comercializam em Belém, possuem a certificação do Ministério do Abastecimento e Agropecuária (MAPA)¹¹. O documento é essencial para que o produto se caracterize como orgânico, inclusive há a lei

federal n.º 10.831, de 23 de dezembro de 2003 a qual “dispõe sobre a agricultura orgânica e dá outras providências” (BRASIL, 2003).

Uma agricultura semelhante à produção orgânica, mas que não possui a certificação na lei n.º 10.831, de 23 de dezembro de 2003 é a agroecológica. Além de uma lei específica para os produtos orgânicos, há também uma regulamentação aos agroecológicos no decreto n.º 7.794, de 20 de agosto de 2012 o qual “institui a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica” (BRASIL, 2003; BRASIL, 2012). Em relação a esse decreto, o artigo dois aborda duas definições sobre a agroecologia contidas nos incisos três e quatro:

III – **Produção de base agroecológica:** aquela que busca otimizar a integração entre capacidade produtiva, uso e conservação da biodiversidade e dos demais recursos naturais, equilíbrio ecológico, eficiência econômica e justiça social, abrangida ou não pelos mecanismos de controle de que trata a Lei nº 10.831, de 2003, e sua regulamentação;

IV – **Transição agroecológica:** processo gradual de mudança de práticas e de manejo de agroecossistemas, tradicionais ou convencionais, por meio da transformação das bases produtivas e sociais do uso da terra e dos recursos naturais, que levem a sistemas de agricultura que incorporem princípios e tecnologias de base ecológica (BRASIL, 2003, o grifo é nosso).

Nas Ilhas de Belém, alguns assentamentos de agricultores familiares urbanos vêm desenvolvendo produções de base agroecológica, simultaneamente, promovem nos manejos dos seus agroecossistemas a transição agroecológica (GONZAGA; GUERRA; ROCHA, 2015; CORRÊA; FERREIRA, 2017; PANTOJA, 2019).

O Assentamento Paulo Fonteles, localizado na Ilha de Mosqueiro, em Belém, integra o MST. Nesse lugar, a produção de base agroecológica também abrange a dimensão da justiça social ao tratar sobre os agricultores familiares urbanos inseridos no espaço urbano, pois os integrantes do MST dialogam com as universidades públicas locais sobre a possibilidade da criação do curso de licenciatura em Educação no Campo, com horários flexíveis para fins de inclusão socioeducacional dos indivíduos (CORRÊA; FERREIRA, 2017).

Outro assentamento também localizado na Ilha de Mosqueiro é o Mártires de Abril, por lá, os agricultores familiares urbanos desenvolvem uma produção de base agroecológica e os produtos são comercializados na Praça Brasil. Quanto a esse assentamento há o Grupo de Consumo Agroecológico (GRUCCA) que procura

buscar a aproximação entre consumidores e produtores, além da intenção de aproximar os bairros da periferia de Belém com os produtos orgânicos e agroecológicos (GONZAGA; GUERRA; ROCHA, 2015).

Na RMB, a agricultura com base na produção orgânica e agroecológica, ainda, não é ofertada de maneira mais ampla e abrangente às populações que vivem nas outras localidades distantes do centro da capital paraense ou dos outros municípios, pois os maiores consumidores desses produtos ao acessarem esses necessitam ter uma maior facilidade – condições de mobilidade urbana – para deslocarem-se aos bairros centrais de Belém, onde as comercializações são realizadas (CALDAS; PONTES, 2020).

2.6 As experiências de Agricultura Urbana de Marituba e as transformações no espaço urbano

Em Marituba, conforme Silva *Et Al* (2019) a AU possui potencial para desenvolver uma produção de base agroecológica. No bairro São Francisco, o Projeto “Quintais Produtivos Agroecológicos em Áreas Urbanas” oferece aos moradores da localidade e demais adjacências a oportunidade de participar das capacitações as quais envolvem o manejo dos agroecossistemas voltados à promoção da agroecologia (ROSA; SABLAYRROLES, 2021).

Este Projeto, em sumo, foi elaborado e executado para fins de educação ambiental, pois no entorno da ONG do Centro Socioeducativo Fazenda Nova Esperança (CESEFE) ocorre o descarte irregular de lixo. Então, com as ações do Projeto, essa ocorrência foi resolvida, pois, no lugar da paisagem que antes predominava os detritos, o paisagismo foi uma estratégia não somente visual, mas também de transformação local (ALBURQUERQUE; BARBOSA; SILVEIRA, 2018).

Apesar da contribuição da produção de base agroecológica do Projeto, no CNPO nove agricultores da cidade possuem a certificação da produção orgânica, logo de uma população de 51 estabelecimentos familiares, aproximadamente, 10% possuem certificação (CPNO, 2021).

As principais produções dos agricultores familiares urbanos de produtos orgânicos são: polpas de frutas, plantas medicinais e ornamentais, ovos de galinha e de codorna, raízes e tubérculos, frutas, com destaque, a acerola, banana e

carambola, além de cosméticos, mudas de couve e adubo orgânico (OLIVEIRA *ET AL*, 2015).

Ações de apoio à agricultura familiar urbana de Marituba são promovidas pela Prefeitura Municipal de Marituba (PMM), pois a Instituição, mensalmente, realiza nos espaços urbanos do município a “feira do agricultor”¹². Logo, esse incentivo é uma oportunidade de comercialização e fortalecimento das produções agrícolas advinda dos quintais agroflorestais da cidade e ao mesmo tempo oferece à população local uma alternativa de alimentação dos produtos orgânicos e agroecológicos, assim não se concentrando somente nas feiras dos bairros centrais de Belém (SILVA, 2019; CALDAS; PONTES, 2020).

Na AU de Marituba, outro fator relevante à sua promoção seria através do Cadastro Ambiental Rural (CAR). Segundo Reis *Et Al* (2019) o CAR “é uma ferramenta que pode ser usada como um parâmetro de avaliar o desenvolvimento rural de uma região” e o município apresenta apenas 11% das suas áreas cadastradas, então devido a um percentual baixo de cadastro, nota-se a ausência de políticas mais dirigidas aos agricultores familiares urbanos.

O Cadastro Ambiental Rural (CAR) é o registro público eletrônico das informações ambientais dos imóveis rurais com objetivo de viabilizar controle, monitoramento ambiental, facilitação dos processos de licenciamento, gestão integrada dos territórios e acompanhamento dos ativos ambientais das propriedades (SEBRAE, 2017).

O CAR foi instituído na Lei n.º 12.651, de 25 de maio de 2012 e pode, consideravelmente, ser o ponto de partida ao Programa de Regularização Ambiental (PRA) o qual existe a possibilidade de gerar benefícios à sociedade através da preservação ambiental da vegetação existentes dentro dos imóveis rurais e ao produtor que também pode ter “acesso a créditos agrícolas e isenção de impostos para os insumos e equipamentos” (BRASIL, 2012; LIMA; MUNHOZ, 2016; SEBRAE, 2017).

Em Marituba, segundo Mercês *Et Al* (2020) há 68 imóveis rurais contidos nas seguintes bases cadastrais do governo federal: Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR) e o Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural (SICAR). Dessas propriedades as quais possuem CAR, 45 possuem aproximadamente dois hectares e que apesar de terem conseguido o registro nem todas envolvem a produção da

atividade agrícola, então essa parcela do solo apresenta a probabilidade de ser convertida em chácaras, sítios de recreação e lazer, além de loteamento urbanos.

Então, de acordo com Mercês *Et Al* (2020) conforme o fenômeno da urbanização, expandem-se os imóveis que antes eram rurais vão cedendo o parcelamento do solo a outras atividades produtivas, devido à valorização imobiliária que essas propriedades vão adquirindo. Assim, caso o CAR fosse implementado o município poderia ter ganhos ambientais e sociais ao preservar determinadas áreas, pois os agricultores familiares urbanos teriam maiores benefícios.

3 A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO E A AGRICULTURA URBANA EM MARITUBA

A AU, de acordo com Folhes *Et Al* (2021) sempre teve um maior destaque nos períodos das crises econômicas e humanitárias dos países, pois nesses contextos de instabilidade, ameaças e riscos, a capacidade dos governos gerirem situações que comprometam o abastecimento e a produção de alimentos são capacidades que garantem a sobrevivência das sociedades.

Algumas cidades em diversos continentes, que vivenciaram situações extremas como essas, às quais com os devidos incentivos dos governos não somente aprenderam a se preparar para os momentos de escassez, mas gerou lições que contribuíram com o processo de formação cultural e de consciência coletiva dos grupos, onde a temática da garantia à segurança alimentar é uma reivindicação política da população que através do exercício e participação popular busca sempre a prevalência dos seus interesses acima de qualquer intervenção dos grupos que possuem influência política nas cidades (CORRÊA ET AL., 2020; RUAF, 2006).

Nesse sentido, a AUP é uma atividade que exerce uma potencialidade a ser explorada pela população inserida na produção do espaço urbano, na reivindicação do direito à cidade o qual é fortemente marcado pelos interesses do capital, onde nas cidades de acordo com Lefévre (2016; 2001) ocorrem as ações dos agentes imobiliários seja na especulação dos imóveis, como áreas de interesses as quais poderiam ser destinadas aos empreendimentos para fins de moradias às classes com maior poder aquisitivo, fato que conseqüentemente corrobora e/ou aumenta à segregação socioespacial.

Então, como os interesses do capital em relação às cidades sempre busca alternativas e estratégias para fins de acumulação, diante disso é necessário a conscientização e oposição dos grupos que serão excluídos e marginalizados das ações que beneficiam a poucos. Logo, esses sujeitos sociais têm a capacidade e a força de produzir reivindicações para um direito à cidade, de modo que os processos de implementação não ocasionam prejuízos (SOUZA, 2010).

No caso brasileiro, a cidade de Belo Horizonte com um contínuo histórico de formação da conscientização política e das lutas, obteve inúmeros resultados nas conquistas de diversos direitos à cidade, inclusive grupos de diferentes setores e

movimentos sociais puderam participar da construção de um Plano Diretor Participativo (PDP) para tornar a cidade socialmente mais inclusiva (SOUZA, 2010). Um dos resultados obtidos das conquistas sociais de Belo Horizonte foi a formulação de um planejamento urbano que contemplasse a AUP para promoção de programa e políticas locais de modo que favorecesse não somente a produção de alimentos, mas a redução das desigualdades e a erradicação da pobreza (RUAF, 2006).

Todavia, no território brasileiro exemplos das reivindicações políticas que culminaram com a discussão da temática da AU no planejamento urbano ainda são exceções, pois de acordo com Branco e Alcântara (2011) poucas cidades no Brasil apresentam legislações ou condições mínimas de segurança jurídica que promova a atividade nas áreas urbanas dos municípios, conseqüentemente isso causa riscos e ameaças aos sujeitos sociais que a desenvolvem, sobretudo àqueles mais facilmente manipuláveis com os interesses políticos e empresariais.

Dessas ações interesses, oposições e contradições do planejamento urbano das cidades podem também surgir efeitos que representam como a AU pode ser um instrumento de desenvolvimento urbano, pois ONGs que desenvolvem projetos sociais, assim como meios de promoção que o poder público pode contribuir: realização das feiras, apoio às construções das hortas nas escolas, cursos de capacitações que mobilizem a sociedade na participação podem ser alternativas e estratégias para que a AUP cada vez mais esteja inserida na produção do espaço urbano (VINHOLI; MARTINS, 2012).

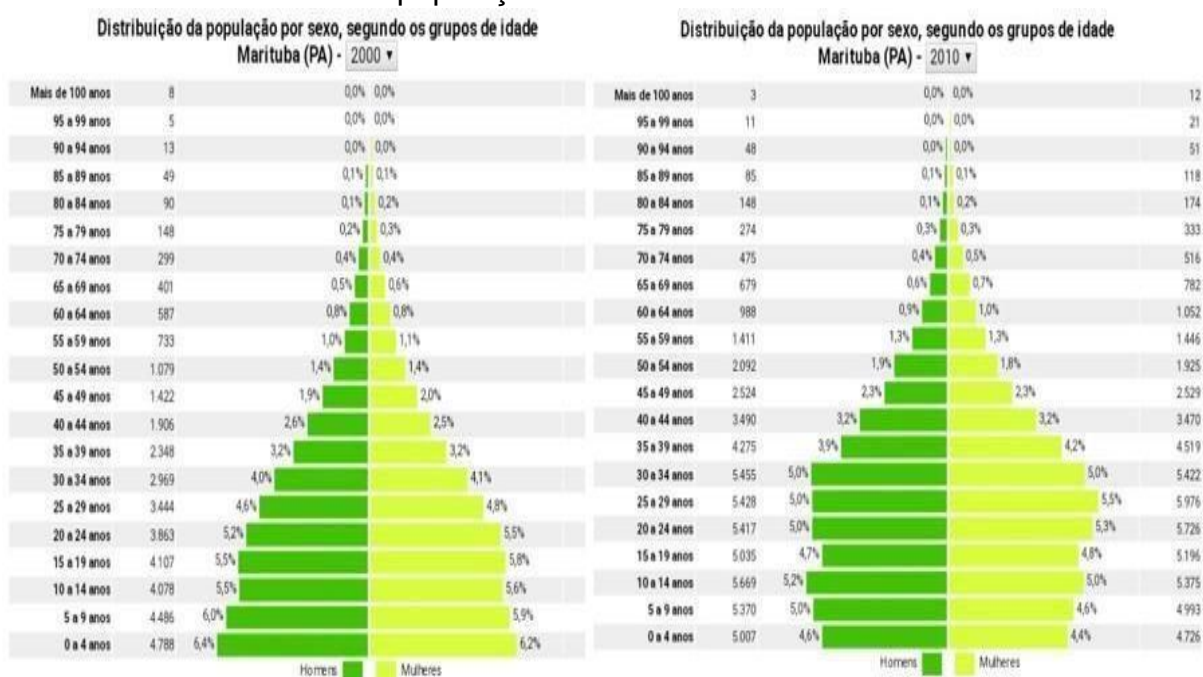
Com relação à AU em Marituba, nas próximas seções a seguir serão apresentados dados referentes aos aspectos socioeconômicos, territoriais, ambientais, as quais as informações foram sistematizadas a partir da base de dados do IBGE, em sumo, do censo agropecuário.

Esse levantamento está ilustrado através de gráficos, tabelas e imagens e descreve as características relacionadas à agricultura e os agricultores do município. Além disso, será descrito o resultado da entrevista com os servidores da Secretaria Municipal de Desenvolvimento da Agricultura, Aquicultura, Abastecimento e Pesca (SEDAP) e também exposta algumas ações desenvolvidas para AU no município.

3.1 Aspectos socioterritoriais e urbanos do município

Com relação a faixa etária da população do município, no ano de 2000, a cidade se configurava com a predominância de jovens entre de 0 a 24 anos em ambos os gêneros; já no ano de 2010 nota-se uma queda do número de nascidos e a elevação da idade dos adultos de 20 a 34 anos. O gráfico abaixo mostra dois censos realizados pelo IBGE, o primeiro em 2000 e o segundo em 2010.

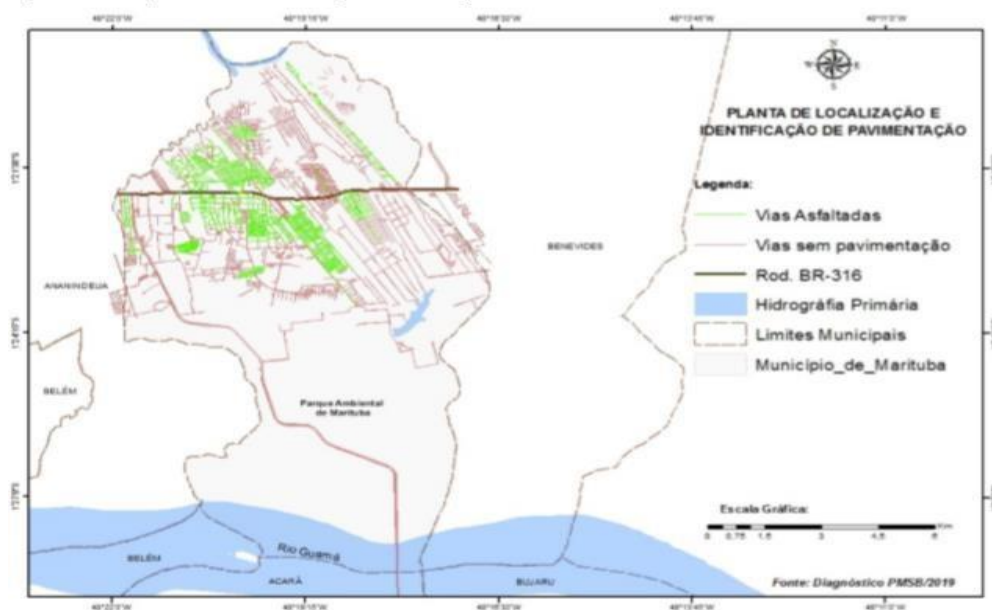
Gráfico 1 – Faixa etária da população entre os anos de 2000 a 2010



Fonte: IBGE (2010).

Quanto às conformidades urbanísticas do município, o último censo do IBGE demonstrava que somente 0,4% das vias públicas têm uma pavimentação adequada: “bueiro, calçada, pavimentação e meio-fio”. Sobre o sistema viário, infere-se que os habitantes precisam se deslocar longas distâncias para acessar os meios de transporte público, ou contam com os alternativos que existem nas cidades, ou usufruem dos particulares, o mapa um a seguir mostra que visivelmente poucas vias são asfaltadas, com maior destaque a área central da cidade (IBGE, 2010).

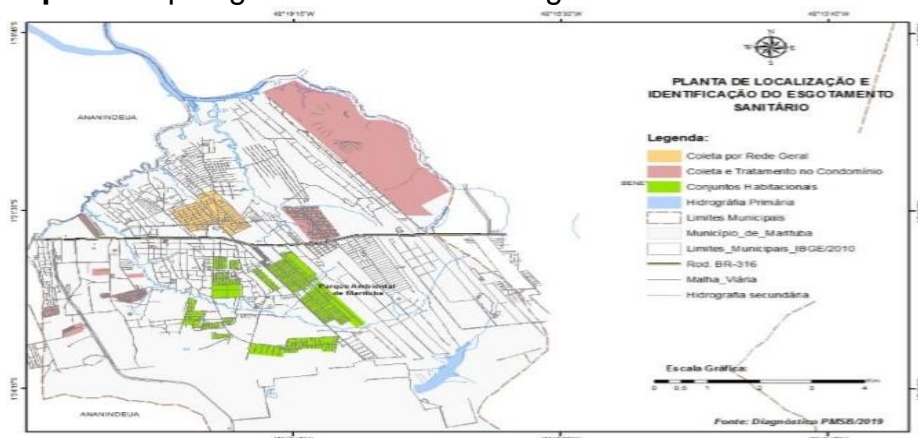
Mapa 1 – Vias com pavimentação



Fonte: Plano Municipal de Saneamento (2018) / Mercês *Et Al* (2020).

Quanto ao sistema de esgoto, o mapa dois indica que na cidade, onde há condomínios, esses imóveis possuem um sistema de esgotamento sanitário, posteriormente os conjuntos habitacionais contam com esse recurso é apenas uma minoria no município apresenta uma rede geral de tratamento. De acordo com as informações do censo do IBGE (2010), somente 18,8% dos domicílios apresentam rede de esgoto, enquanto que 80% carecem desse serviço público.

Mapa 2 – Tipologias de Sistema de Esgoto

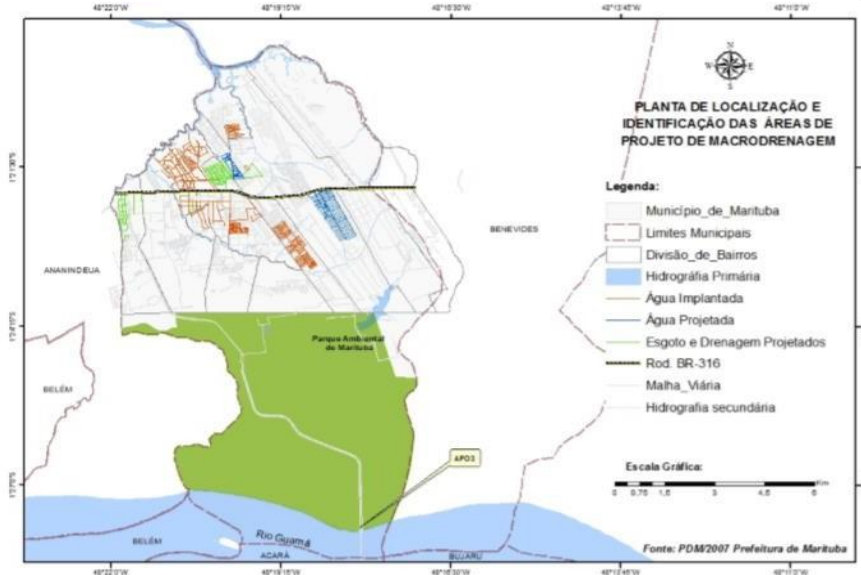


Fonte: Plano Municipal de Saneamento (2018) / Mercês *Et Al* (2020).

No que tange ao abastecimento hídrico, o mapa quatro indica em laranja que são poucas localidades com água implantada, em azul são outros projetos de

implementação e em verde são os da drenagem e esgoto a serem realizados. Então, presume-se que há falta de água constante em alguns bairros ou a população faz poços artesianos nas suas residências.

Mapa 3 – Áreas atendidas com redes de abastecimento de água

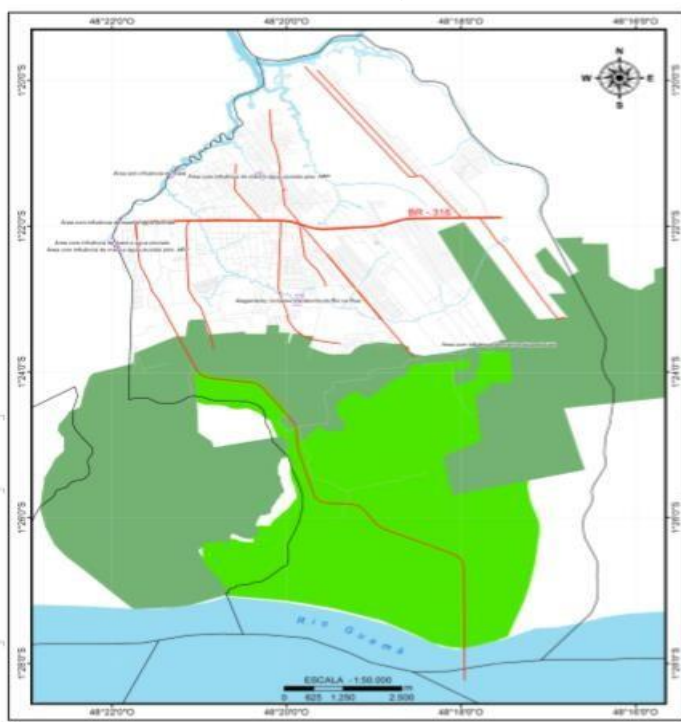


Fonte: Plano Municipal de Saneamento (2018) / Mercês *Et Al* (2020).

No IBGE, a taxa de internações por diarreia é de 1,2 por mil habitantes, contudo este indicador contabiliza os registros hospitalares, mas considerando que em uma cidade onde há a ausência de saneamento à maioria da população, então as subnotificações podem ser ainda maiores, assim como outras possíveis doenças correlacionadas (IBGE, 2010).

Sobre as áreas de riscos geotécnicos, o mapa cinco demonstra que os bairros localizados na região austral do município são mais vulneráveis aos alagamentos, portanto, é provável que no período do “inverno amazônico”, isto é, entre os meses de novembro a maio ocorra o aumento, volume e a frequência de chuvas, então as ruas estão sujeitas a inundações (MERCÊS *ET AL*, 2020).

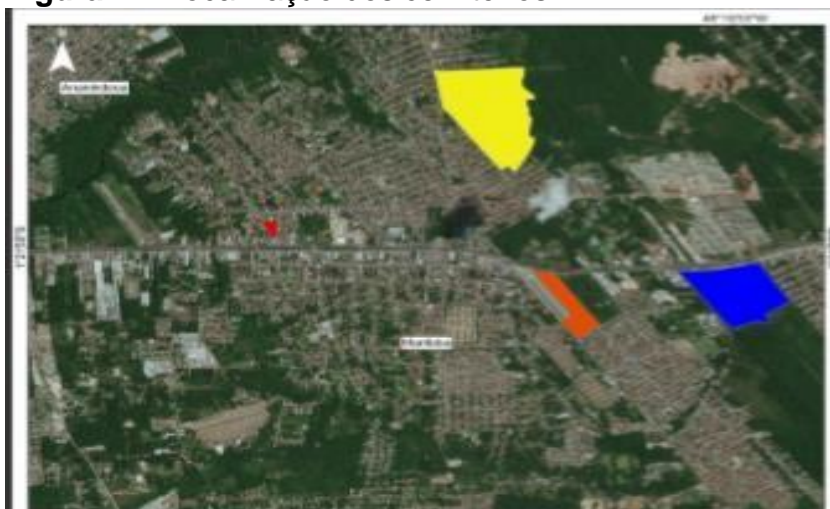
Mapa 4 – Áreas com riscos geotécnicos



Fonte: LAENA (2020) / Mercês *Et Al* (2020).

A população que vive nos bairros da zona sul de Marituba, na época das chuvas vigorosas, como há ausência de drenagem na infraestrutura urbana, as águas decorrentes do volume pluviométrico podem demorar a secar ou evaporar. Diante disso, os moradores podem lidar com inúmeros transtornos.

Figura 1 – Localização dos cemitérios



Fonte: Secretaria Municipal do Meio Ambiente / Mercês *Et Al* (2020).

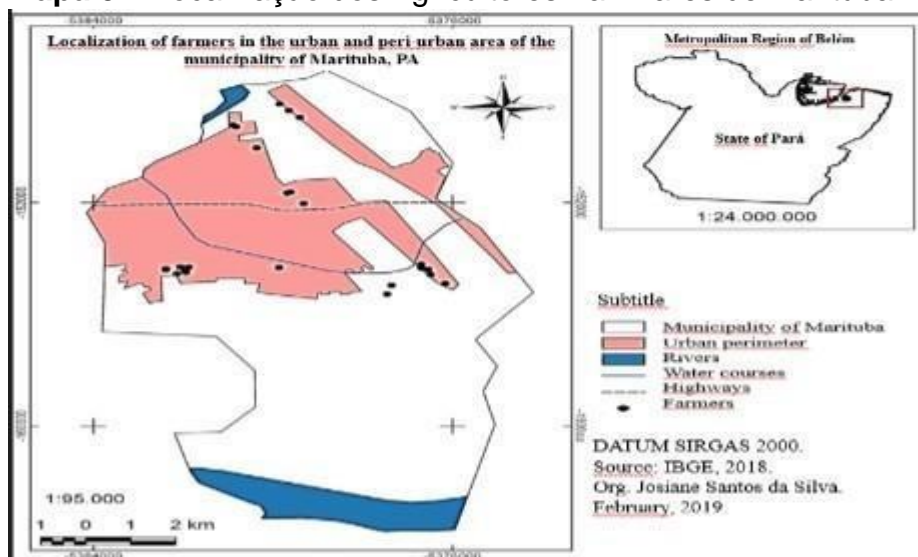
Em Marituba, a maioria dos cemitérios estão localizados próximos das áreas de cobertura vegetal. O principal impacto ambiental causado por essa atividade é a

produção do chorume, então pelo fato desses espaços se localizarem no entorno das APA, conforme a figura 1 acima, esse resíduo líquido pode contaminar os lençóis freáticos. O Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) dispõe de duas regulamentações sobre o funcionamento dos cemitérios: a resolução n.º 335 de 3 de abril de 2003 e a resolução n.º 369 de 28 de março de 2006 (BRASIL, 2003; 2006).

3.2 Características socioeconômicas da agricultura de Marituba

Os agricultores de Marituba estão localizados nos seguintes bairros: Almir Gabriel, Bairro Novo, Bela Vista, Campina Verde, Nova União, Bela Vista, Campina Verde, Nova União, Santa Clara, São Francisco, São Pedro e Uriboça. O mapa cinco abaixo mostra onde essas nove localidades estão concentradas no município (SILVA, 2019; REIS ET AL, 2019).

Mapa 5 – Localização dos Agricultores Familiares de Marituba – PA

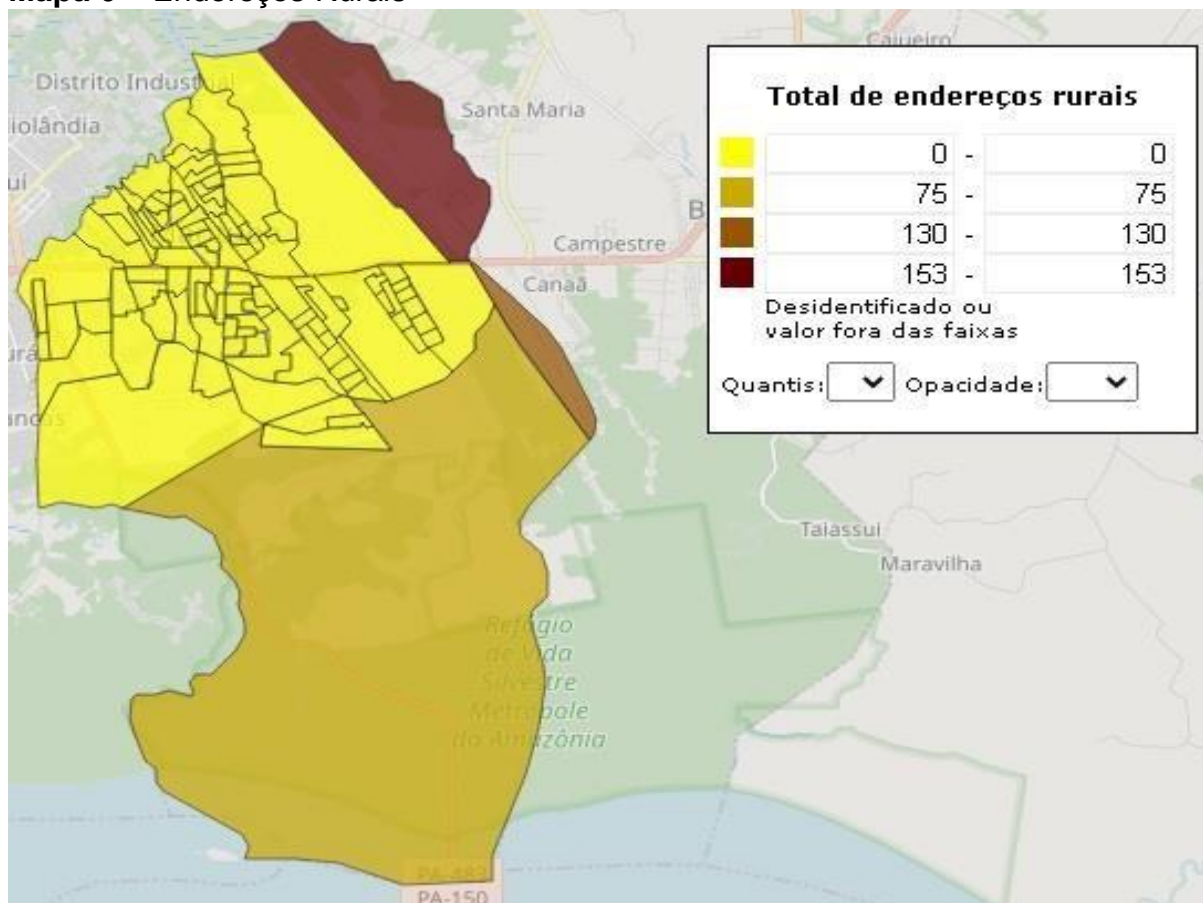


Fonte: Adaptado das Fontes de dados do IBGE (2019) / Silva Et Al (2019).

O Cadastro Nacional de Endereços para fins Estatísticos (CNEFE) do censo do IBGE de 2010, conforme o mapa seis abaixo descreve que nas regiões nordeste e sul do município estão os endereços rurais, a cor cáqui indica a zona austral onde está localizado o Refúgio de Vida Silvestre Metrópole da Amazônia (REVIS), uma Unidade de Conserva o (UC), que equivale ao dobro do zoneamento urbano evidenciado na cor amarela.

A tonalidade marrom representa uma área adjacente ao bairro do Almir Gabriel, que é a Bela Vista, enquanto que a cor vinho mostra uma outra dimensão do território, que hoje é um condomínio em expansão. Na legenda ao lado mostra a identificação das quantidades de endereços considerados rurais.

Mapa 6 – Endereços Rurais



Fonte: CNEFE (2010).

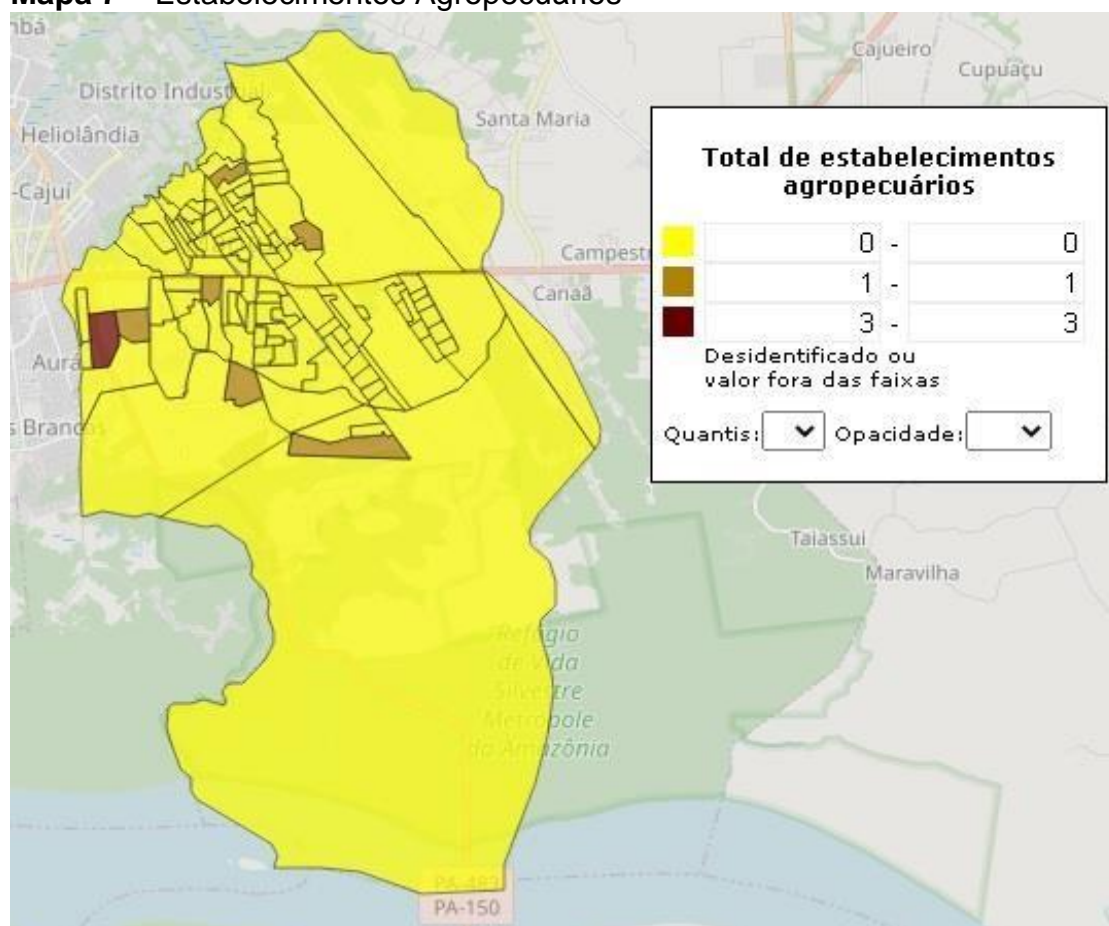
A REVIS foi criada com a finalidade de minimizar os impactos ambientais causados pelo crescimento populacional da RMB”. Anteriormente, a área destinada à UC pertencia à empresa Pirelli S.A – fabricante de pneus – que comprou a área em 1954 para cultivar as seringueiras (*Hevea Brasiliensis*) com intuito de produzir matéria-prima – látex para borracha – que era levada às fábricas de Merlo, na Argentina (CASTRO ET AL, 2010).

Ainda na UC há uma estrutura de vila, com residências que serviam aos administradores e trabalhadores da empresa, o funcionamento da conhecida “Fazenda Guamá” na época durou “até meados da década de 1970”. A REVIS foi instituída através do decreto n.º 2.211, de 30 de março de 2010, a visitação e

atividades como o turismo são permitidas, a gestão é desempenhada pelo Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará (IDERFLOR-Bio), a fiscalização é realizada pelo Batalhão de Polícia Ambiental (BPA), além disso há uma empresa de segurança privada (CASTRO ET AL, 2010; PARÁ, 2010).

Além dos endereços rurais, o CNEFE trata dos estabelecimentos agropecuários, que são unidades de produção ou exploração dedicada para o uso total ou parcial das atividades agropecuárias, aquícolas ou florestais. Independentemente do tamanho da área, da natureza jurídica e da localização do urbano ou rural, o objetivo principal é a produção seja para comercialização ou subsistência¹³. O mapa 7 indica alguns estabelecimentos agropecuários demarcados nas cores cáqui e vinho no município de Marituba no ano de 2010.

Mapa 7 – Estabelecimentos Agropecuários



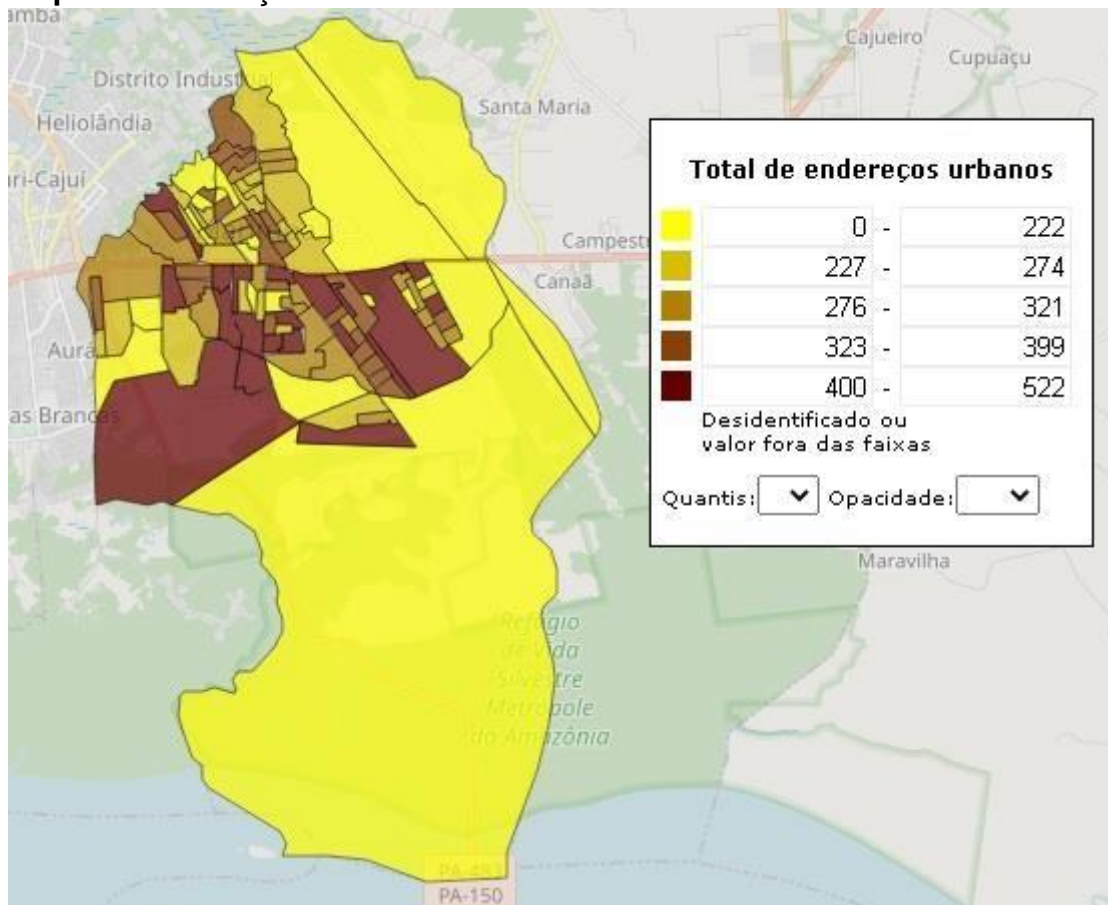
Fonte: CNEFE (2010).

O mapa acima mostra que os estabelecimentos agropecuários identificados estão dispersos em diferentes localidades do município, a maior concentração está

na área cor de vinho, nesse espaço é na Alça Viária que liga a cidade aos demais entes municipais da região sudeste do Pará.

Já o mapa 8 abaixo indica os endereços urbanos, das cores mostarda até o vinho representam os locais densamente populosos. Então, de acordo com a ilustração, nota-se que a cidade é densamente habitada e que as unidades de produção familiar estão cercadas pelo avanço da urbanização. A concentração de habitantes é maior na região sul do município, onde também foram identificadas as áreas agrícolas.

Mapa 8 – Endereços Urbanos



Fonte: CNEFE (2010).

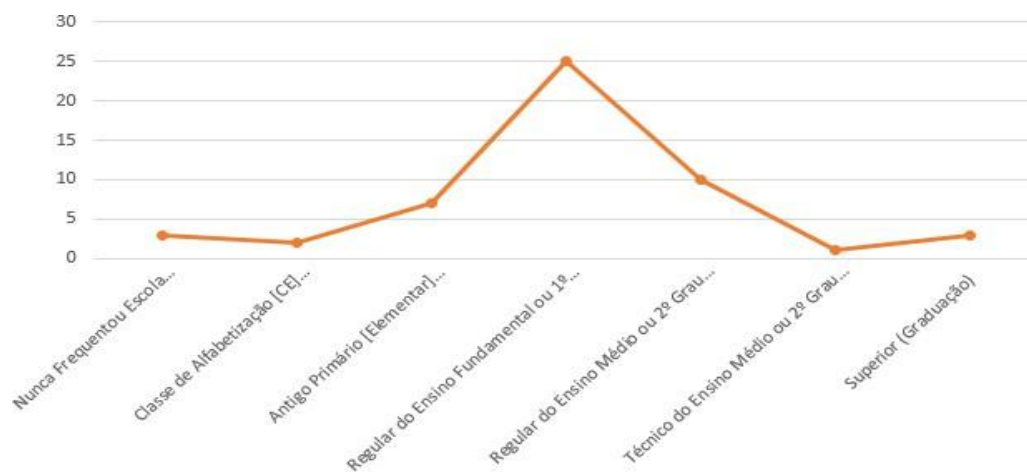
No ano de 2004 foi realizada uma pesquisa sobre a agricultura em Marituba e 32 formulários foram aplicados nos bairros Almir Gabriel, São Francisco e Uriboça. Desses agricultores entrevistados mais de 80% já desenvolviam há mais de 10 anos a atividade, nessas localidades predominava o cultivo das hortaliças, floricultura,

fruticultura além da avicultura de corte e a suinocultura eram desenvolvidas (SANTOS; SILVA, 2007).

Essas atividades são desenvolvidas nos minifúndios e os agricultores lidam com os mesmos desafios dos produtores das zonas rurais, pois as condições da infraestrutura são precárias: “pavimentação de ruas, abastecimento de água, coleta de lixo e segurança pública”, também não recebiam ATER (SANTOS; SILVA, 2007).

Quanto a escolaridade dos agricultores de Marituba o CA, realizado no ano de 2017, constatou que dos 51 estabelecimentos familiares analisados, a metade dos sujeitos sociais possuem o ensino fundamental, o gráfico abaixo ilustra a escolaridade, fato que corresponde cerca de 25%.

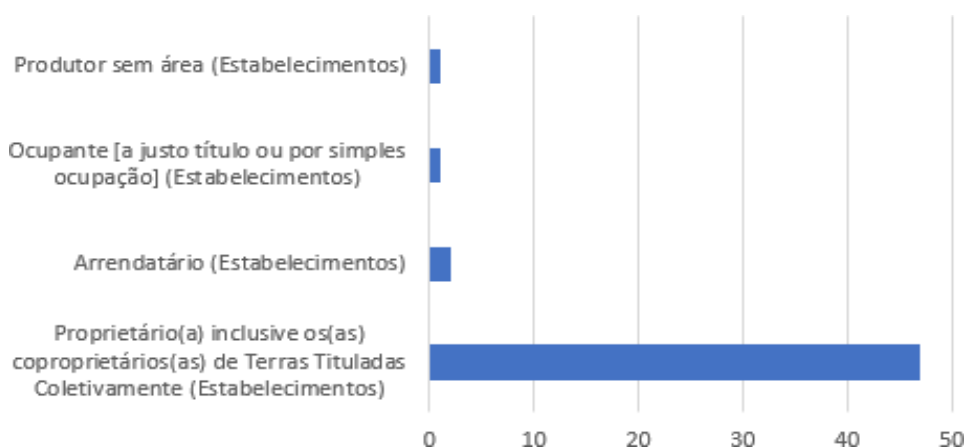
Gráfico 2 – Escolaridade do Produtor



Fonte: IBGE/ Censo Agropecuário (2017) / Adaptado por Ciria Rosa (2021).

Em relação a condição do produtor sobre às terras, o CA de 2017 mostra que dos 51 estabelecimentos, 40 unidades familiares de produção são propriedades dos agricultores, ou seja, quase 90%. O gráfico três a seguir ilustra essa variável.

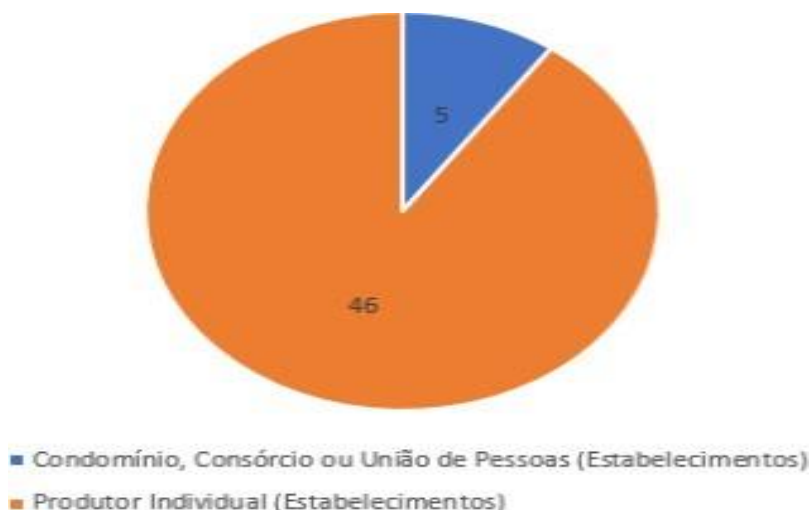
Gráfico 3 – Condição do Produtor em Relação às terras



Fonte: IBGE/ Censo Agropecuário (2017) / Adaptado por Ciria Rosa (2021).

Ainda em relação as terras, o CA de 2017, retrata que 46 agricultores possuem seus próprios estabelecimentos, isto indica que também, provavelmente, os seus antecessores eram produtores, então é possível que as terras tenham sido herdadas, pois apenas cinco adquiriram de outras formas, conforme o gráfico quatro descrito abaixo.

Gráfico 4 – Condição Legal do Produtor

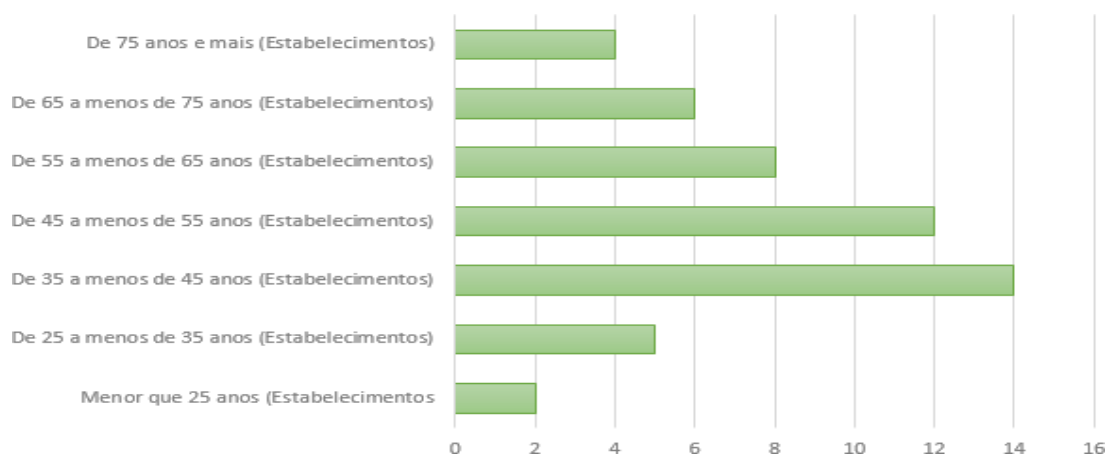


Fonte: IBGE/ Censo Agropecuário (2017) / Adaptado por Ciria Rosa (2021).

Conforme o CA de 2017, 14% dos 51 estabelecimentos familiares apresentam agricultores com a faixa etária de 35 a 45 anos. Há uma diminuição dos produtores com idade menor que 35 anos. De modo geral, o gráfico cinco ilustra a ocorrência do envelhecimento dessa categoria social e a partir dessa informação pode-se inferir

que isso representa uma ameaça e/ou perda gradativa à atividade agrícola de Marituba e esse cenário tende a se intensificar caso não sejam formuladas estratégias com o propósito de oferecer possíveis estímulos ou mitigar ou minimizar os efeitos desses fatos.

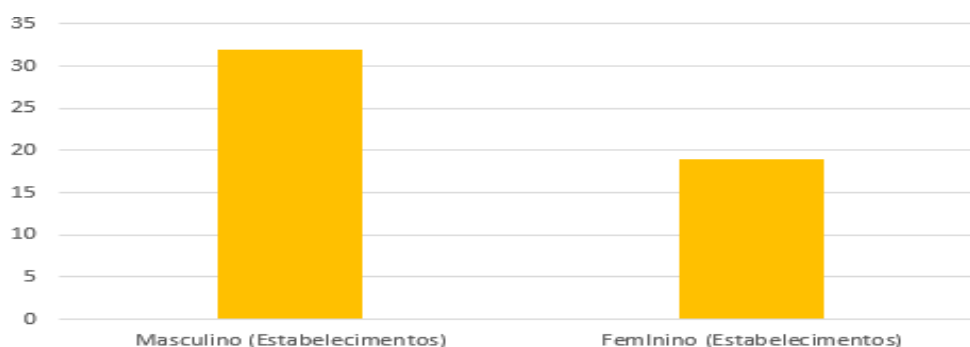
Gráfico 5 – Faixa Etária do Produtor



Fonte: IBGE/ Censo Agropecuário (2017) / Adaptado por Ciria Rosa (2021).

Em relação ao gênero dos agricultores, o CA de 2017 indica conforme o gráfico seis abaixo que a presença do sexo masculino é predominantemente superior ao feminino na AU de Marituba.

Gráfico 6 – Sexo do Produtor

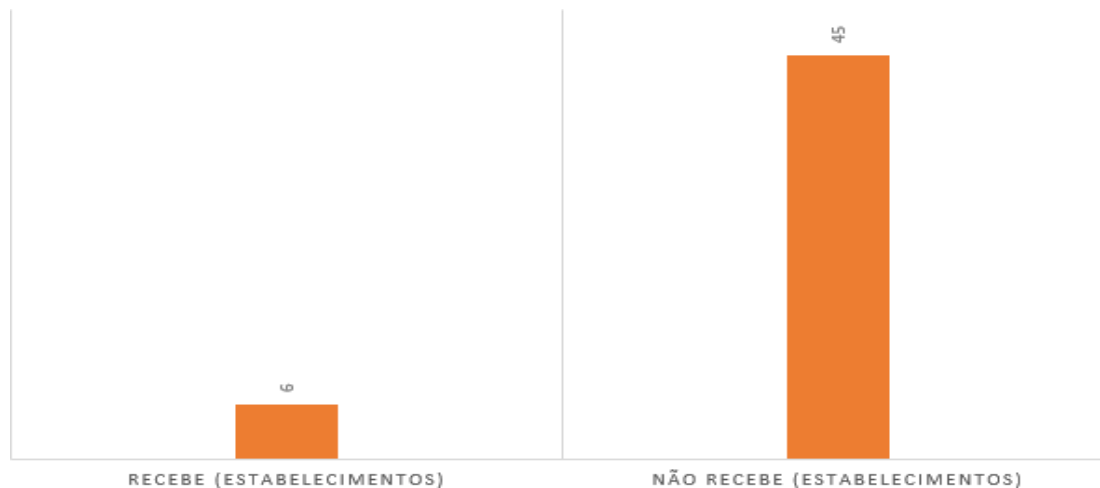


Fonte: IBGE/ Censo Agropecuário (2017) / Adaptado por Ciria Rosa (2021).

Em Marituba quase que a totalidade dos agricultores familiares entrevistados não recebem um acompanhamento de assistência técnica por organizações públicas como a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Pará (EMATER – PA). No gráfico sete, com base nas informações obtidas pelo CA de 2017, das 51

unidades familiares de produção, apenas seis dos estabelecimentos identificados são atendidos com serviços especializados.

Gráfico 7 – Assistência Técnica



Fonte: IBGE/ Censo Agropecuário (2017) / Adaptado por Ciria Rosa (2021).

A Lei n.º 12.188, de 11 de janeiro de 2010 que “instituiu a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária (PNATER)...” dispõe no parágrafo único do artigo quinto a condição para que o agricultor familiar seja beneficiário do PNATER (BRASIL, 2010):

Para comprovação da qualidade de beneficiário da Pnater, exigir-se-á ser detentor da **Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (DAP)** ou constar na Relação de Beneficiário (RB), homologada no Sistema de Informação do Programa de Reforma Agrária (SINPRA), (BRASIL, 2010, grifo nosso).

A DAP¹⁴ é um instrumento que identifica e qualifica as Unidades Familiares de Produção e as formas de associação às quais se organizam em pessoas jurídicas. Em 27 de março de 2014, passou a ter a validade de três anos (BRASIL, 2017).

A DAP pode ser emitida pelos órgãos e redes de entidades vinculadas à Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário e a Portaria n.º 1, de 13 de abril de 2017 trata especificamente sobre esse instrumento que também beneficia as seguintes categorias sociais: agricultores familiares, aquicultores, assentados de reforma agrária, contemplados do Programa Nacional de Crédito Fundiário, extrativistas, indígenas, quilombolas e silvicultores (BRASIL, 2017).

Quanto a DAP dos agricultores de Marituba, segundo Silva e Marjotta-Mastro (2019) os estabelecimentos familiares tiveram acesso ao instrumento, no entanto, as circunstâncias e o contexto de até então indica que:

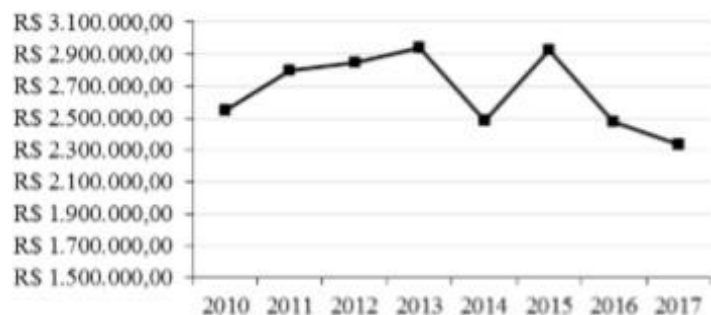
Das 187 DAPs é possível constatar o pequeno número de DAPs ativas (41) em relação às inativas (146), no ano de 2017, o que nos sugere baixo acesso aos programas do governo, podendo refletir no desenvolvimento dos agricultores regionais (SILVA; MARJOTTA-MASTRO, 2019).

Diante desse fato, pode-se inferir também que embora os agricultores de Marituba tenham, outrora, obtido a posse e o acesso ao instrumento, possivelmente, existiam poucas informações sobre a importância desse e os benefícios os quais poderiam ser proporcionados aos mesmos. O decreto n.º 10.688, de 26 de abril de 2021 instituiu o Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF) que gradativamente substituirá a DAP (BRASIL, 2021).

Em relação ao PNAE, que é uma das políticas públicas destinadas à agricultura familiar, a DAP é necessária para participação, inclusive a lei federal n.º 11.947, de 16 de junho de 2009 regulamenta que os Estados e municípios comprem 30% dos alimentos oriundos dos produtores familiares para merenda escolar (BRASIL, 2009).

O gráfico oito abaixo mostra o repasse de recursos destinados ao PNAE em Marituba nos anos de 2010 a 2017, de acordo com Silva e Marjotta-Mastro (2019) nos anos de 2010, 2014 e 2016 a receita do governo federal gira entorno de R\$2.500.000,00; já nos anos de 2013 a 2015 a quantidade destinada é de R\$2.900.000,00; em 2011 a 2012 há um aumento e um declínio em 2017.

Gráfico 8: Repasse de recursos do PNAE ao município de Marituba, Estado do Pará, de 2010 a 2017



Fonte: FNDE, SIGEF - Sistema Integrado de Gestão Financeira/ Silva e Marjotta-Mastro (2019).

A queda decorrente entre os anos de 2015 a 2017 pode ser atribuída ao “declínio de alunos matriculados” nas escolas municipais, pois o repasse dos recursos é realizado de acordo com esse levantamento. Além disso, pelo fato de os agricultores do município estar com a DAP inativa, as unidades familiares de produção não acessavam esse mercado institucional, então a cidade vizinha de Marituba, Ananindeua fornecia os produtos agrícolas (SILVA; MARJOTTA-MASTRO, 2019).

Ainda com relação ao PNAE, muitos produtores de Marituba relatam ter experiências desagradáveis com a comercialização ao município, pois já houve casos de atrasos no repasse dos recursos ou os pagamentos não foram realizados. De qualquer forma os agricultores do município já possuem mercados onde destinam a comercialização dos seus produtos: venda à vizinhança, o mercado do Ver-o-peso, a feira do entroncamento e a Central de Abastecimento do Pará (CEASA – PA), todos localizados na capital paraense (SILVA, 2019).

Tabela 1 – Grupos produtivos dos agricultores de Marituba - 2018

Grandes Grupos	%
Olerícolas	73
Frutíferas	54
Ornamentais	32
Medicinais	27
Diversos	13

Fonte: SILVA (2019).

Os principais grupos produtivos desenvolvidos nas atividades agrícolas dos agricultores de Marituba são: com maior destaque, as olerícolas, em seguida as

frutíferas conforme exposto na tabela um acima. Uma das maiores dificuldades desses sujeitos sociais são os custos com o transporte à escoação dos seus produtos (SILVA, 2019).

No estudo desenvolvido por Silva (2019) nos bairros do Almir Gabriel, São Francisco e Uriboça foram consultados 22 agricultores; em uma pesquisa realizada por Fragelus e Lima (2022) somente no bairro do Uriboça com 20 agricultores foi constatado que as principais atividades desenvolvidas são conforme a tabela dois a seguir:

Tabela 2 – Distribuição das atividades dos agricultores

ATIVIDADE	QUANTIDADE	PERCENTAGEM (%)
Horta	17	85
Plantas Ornamentais e Medicinais	2	10
Criação de galinhas	1	5
Total	20	100

Fonte: FRAGELUS; LIMA (2019).

Conforme exposto, a atividade predominante no bairro do Uriboça é a horticultura, com destaque aos seguintes alimentos: alface, alfavaca, cariru, cebola, cebolinha, couve, cheiro-verde, chicória, jambú. Além disso, Fragelus e Lima (2019) conseguiram estabelecer uma métrica das receitas arrecadas com a comercialização desses produtos, conforme a tabela quatro abaixo:

Tabela 3 – Preço dos Produtos

HORTALIÇAS	UNIDADE DE MEDIDA	PREÇO	PRODUÇÃO/ MÊS	VENDA/ MÊS
Alface	Maço	R\$1,50	72	R\$108,00
Alfavaca	Maço	R\$1,50	20	R\$30,00
Cariru	Maço	R\$1,50	70	R\$105,00
Cebola	Unidade	R\$1,50	60	R\$15,00
Cebolinha	Maço	R\$1,50	50	R\$75,00
Couve	Maço	R\$1,50	50	R\$75,00
Cheiro-verde	Maço	R\$1,50	60	R\$90,00
Chicória	Maço	R\$1,50	20	R\$30,00
Jambú	Maço	R\$1,50	120	R\$180,00
Total				R\$708,00

Fonte: FRAGELUS; LIMA (2019).

O jambú é a hortaliça mais produzida pelos produtores do Uriboca, seguida pela alface e cariru; a alfavaca e a chicória são os alimentos menos produzidos. No contexto da pesquisa de Fragelus e Lima (2019) a horticultura gerava R\$ 708,00 para os agricultores, no entanto, esses atores sociais não recebiam ATER.

Esses alimentos podem ter variações nos preços, pois nos meses mais chuvosos, a produtividade da atividade pode diminuir, inclusive, já foi realizado uma avaliação sobre o comportamento das hortaliças na RMB o qual constatou que a influência das condições climáticas, além da oferta e demanda do mercado e no primeiro semestre ocorre a elevação dos preços (SILVA ET AL, 2017).

No bairro do São Francisco já foi feito um levantamento sobre as principais frutíferas existentes nos quintais agroflorestais de 32 moradores e as principais espécies são: abacate, açaí, acerola, banana, cacau, caju, cocô, cupuaçu, jambo, limão, mamão, manga, pupunha, a tabela quatro mostra essas espécies, as famílias das árvores e o nome científico das frutas (SILVA, 2019B).

Tabela 4 – Principais frutíferas nos quintais agroflorestais do bairro São Francisco

Família	Nome Científico	Nome Vulgar	Frequência (%)
<i>Lauraceae</i>	<i>Persea americana</i>	Abacate	7
<i>Arecaceae</i>	<i>Euterpe oleracea</i>	Açaí	8
<i>Malpighiales</i>	<i>Malpighia marginata</i>	Acerola	5
<i>Musaceae</i>	<i>Musa ssp</i>	Banana	13
<i>Malvaceae</i>	<i>Theobromacacao</i>	Cacau	6
<i>Myrtaceae</i>	<i>Anacardium occidentale</i>	Cajú	5
<i>Ruraceae</i>	<i>Cocos nucifera L.</i>	Coco	5
<i>Caricaceae</i>	<i>Theobromagrandiflorum</i>	Cupuaçu	8
<i>Anacardiaceae</i>	<i>Syzygium jambos</i>	Jambo	5
<i>Araceae</i>	<i>Citrus aurantiifolia</i>	Limão	14
<i>Caricaceae</i>	<i>Carica papaya L.</i>	Mamão	6
<i>Anacardiaceae</i>	<i>Mangifera indica L.</i>	Manga	10
<i>Areaceae</i>	<i>Bactris gasipaes</i>	Pupunha	7

Fonte: Jamilly Raiane Siqueira da Silva (2019).

O limão, a banana e a manga são as frutíferas com maior incidência, além disso, alguns moradores deste bairro também possuem espécies florestais: andiroba, ipê, sapucaia, cedro, mogno e o acapu. A tabela cinco demonstra os percentuais nos quintais, com maior destaque a sapucaia.

Tabela 5 – Plantas Florestais do bairro São Francisco

Família	Nome Científico	Nome Vulgar	Frequência (%)
<i>Meliaceae</i>	<i>Carapaguianensis</i>	Andiroba	14
<i>Lecythidaceae</i>	<i>LecythispisonisCambess</i>	Sapucaia	29
<i>Bignoniaceae</i>	<i>Handroanthusheptaphyllus</i>	Ipê	14
<i>Meliaceae</i>	<i>Cedrelafissilis</i>	Cedro	14
<i>Meliaceae</i>	<i>Swieteniamacrophylla</i>	Mogno	14
<i>Fabaceae</i>	<i>Vouacapoamericana</i>	Acapu	14

Fonte:JamillyRaiane Siqueira da Silva (2019).

No conjunto dos três bairros Almir Gabriel, São Francisco e Uriboça, segundo Silva (2019) há cultivos de plantas medicinais e aromáticas, conforme a tabela seis abaixo, a babosa e a hortelã aparecem com maior frequência. Essas ervas são utilizadas para o tratamento de diversas doenças e alguns produtores fabricam cosméticos e produtos de beleza, além de remédios para animais domésticos.

Tabela 6 – Plantas Mediciniais e Aromáticas

Família	Nome Científico	Nome popular	Frequência (%)
<i>Liliaceae</i>	<i>Aloe Vera (L.) Burm. f</i>	Babosa	27
<i>Labiatae</i>	<i>Menthaspicata</i>	Hortelã	27
<i>Amaranthaceae</i>	<i>Dysphaniaambrosioides</i>	Mastruz	27
<i>Labiatae</i>	<i>Melissa officinalis L.</i>	Erva-cidreira	18
<i>Lamiaceae</i>	<i>Ocimumbrasilicum</i>	Manjeriçã	18
<i>Compositae</i>	<i>Tanacetum vulgare L.</i>	Caatinga-de-mulata	18
<i>Rutaceae</i>	<i>Rutagraveolens L.</i>	Arruda	18
<i>Acanthaceae</i>	<i>Justiciapectoralis</i>	Anador	14
<i>Labiatae</i>	<i>Plectranthusbarbatus Andrews</i>	Boldo	14
<i>Piperaceae</i>	<i>Piper callosum Ruiz & Pa</i>	Elixir Paregórico	14
<i>Malvaceae</i>	<i>Hibiscussabdariffa</i>	Vinagreira	14
<i>Lamiaceae</i>	<i>Rosmarinusofficinalis</i>	Alecrim	9
<i>Labiatae</i>	<i>Lavandulaofficinalis</i>	Alfazema	9
<i>Asteraceae</i>	<i>Arnica Montana</i>	Arnica	9
<i>Anacardiaceae</i>	<i>Spondiasdulcis</i>	Cajarana	9
<i>Poaceae</i>	<i>Cymbopogoncitratus</i>	Capim-santo	9
<i>Celastraceae</i>	<i>Maytenusilicifolia</i>	Espineira santa	9
<i>Zingiberaceae</i>	<i>Zingiberofficinale</i>	Gengibre	9
<i>Compositae</i>	<i>Mikania glomerataspreng.</i>	Guaco/ Sucuriju	9
<i>Lamiaceae</i>	<i>OriganumVulgare</i>	Orégano	9
<i>Asteraceae</i>	<i>SteviaRebaudiana</i>	Stevea	9
<i>Lamiaceae</i>	<i>SambucusNigra L.</i>	Sabugueiro	9

<i>Vitaceae</i>	<i>Cissussicyoides L.</i>	Insulina	5
<i>Rutaceae</i>	<i>Pilocarpusmicrophulls</i>	Jaborandi	5
<i>Acanthaceae</i>	<i>Justiciapectoralis</i>	Melhoral	5
<i>Cucurbitaceae</i>	<i>Momordicacharantia</i>	Melão-caetano	5
<i>Lamiaceae</i>	<i>Origanummajorana</i>	Manjerona	5
<i>Fabaceae</i>	<i>Senna obtusifolia</i>	Mata-pasto	5
<i>Lamiaceae</i>	<i>Pogostemoncablin</i>	Oriza	5
<i>Bignoniaceae</i>	<i>Arrabidaea chica</i>	Pariri	5
<i>Piperaceae</i>	<i>Piper longum</i>	Pimenta-longa	5
<i>Amaranthaceae</i>	<i>Althernatheradentata</i>	Terramicina	5

Fonte: SILVA (2019).

Nos três bairros analisados por Silva (2019) os agricultores também cultivam plantas ornamentais. Esse manejo é elaborado e mantido nas estufas, assim protegidos e longe da incidência direta do sol e da chuva. O maior destaque de acordo com a tabela 7 são as samambaias, bromélias, cactos, begônia e rosa do deserto.

Tabela 7 – Plantas Ornamentais dos agricultores de Marituba

Família	Nome Científico	Nome Popular	Frequência (%)
<i>Davalliaceae</i>	<i>Nephrolepis exaltada</i>	Samambaia	32
<i>Bromeliaceae</i>	<i>Neoregeliacorolinea</i>	Bromélia	27
<i>Cactaeae</i>	<i>Melocactuszehntneri</i>	Cactos	27
<i>Begoniaceae</i>	<i>Begoniaelator</i>	Begônia	23
<i>Apocynum</i>	<i>Adeniumobesum</i>	Rosa do deserto	23
<i>Lamiaceae</i>	<i>Solenostemonscutellarioides</i>	Coleus	18
<i>Nyctaginaceae</i>	<i>Bougainvillea glabra</i>	Boungaiville	14
<i>Araceae</i>	<i>Anthuriumandreaeanum</i>	Antúrio	9
<i>Hydrangeaceae</i>	<i>Hydrangeamacrophylla</i>	Hortência	9
<i>Pinaceae</i>	<i>Pinus Pínea L.</i>	Pinho	9
<i>Zingiberaceae</i>	<i>Alpinia purpurata</i>	Alpinia	5
<i>Zingiberaceae</i>	<i>Etingeraelator</i>	Bastão-do-imperador	5
<i>Euphorbiaceae</i>	<i>Euphorbiamilii</i>	Coroa-de-cristo	5
<i>Hiliaconiaceae</i>	<i>Heliconiarostrata</i>	Helicônia	5
<i>Aracaceae</i>	<i>Licualapeltata</i>	Palmeiras	5
<i>Zingiberaceae</i>	<i>Zingiberspectabile</i>	Sampo	5

Fonte: SILVA (2019).

Diante do exposto, é notável que os agricultores possuem uma diversidade nos cultivos nos seus lotes e terrenos, apesar disso ainda são poucos estabelecimentos familiares de produção que possuem CAR, na figura abaixo as áreas destacadas na cor verde da figura abaixo são os mapeamentos dos imóveis rurais que estão cadastrados em Marituba. De acordo com Reis *Et Al* (2019) o município de Marituba apresenta apenas 11% das suas áreas cadastradas e apenas 20% conhecem o superficialmente o CAR, todavia 80% desconhecem totalmente.

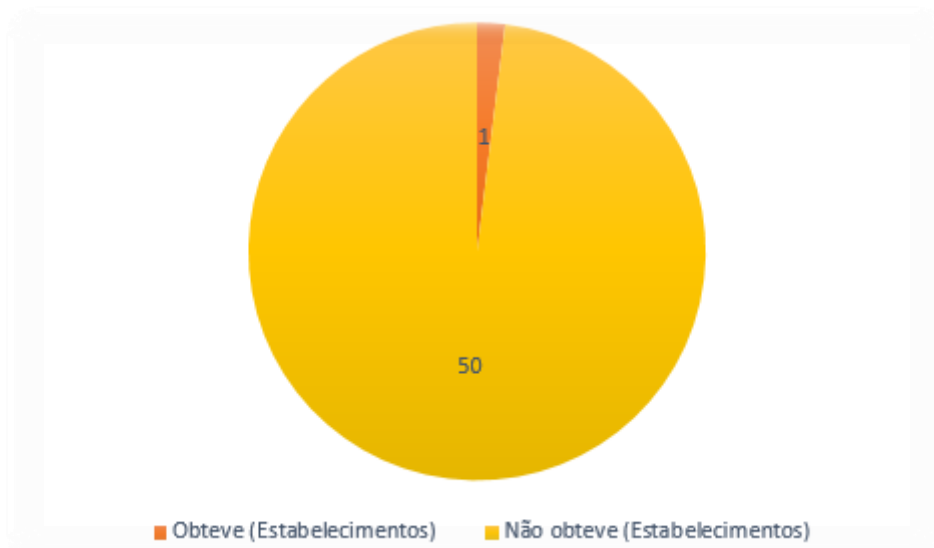
Figura 2 – Cadastros Ambientais Rurais declarados no município de Marituba – PA



Fonte: ITERPA (2020) / MERCÊS *ET AL* (2020).

Com o CAR é possível o produtor familiar ter acesso a diversos benefícios e créditos. No CA de 2017 – conforme o gráfico nove demonstra abaixo – consta que apenas um produtor de Marituba obteve empréstimo, porém não é revelado se esse indivíduo teve acesso às linhas de crédito da agricultura familiar ou se esse recurso adveio de outras formas. Todavia, essa informação revela que 99% dos estabelecimentos familiares não acessam essas fontes financeiras que poderiam ser direcionadas aos investimentos nas suas unidades de produção familiares.

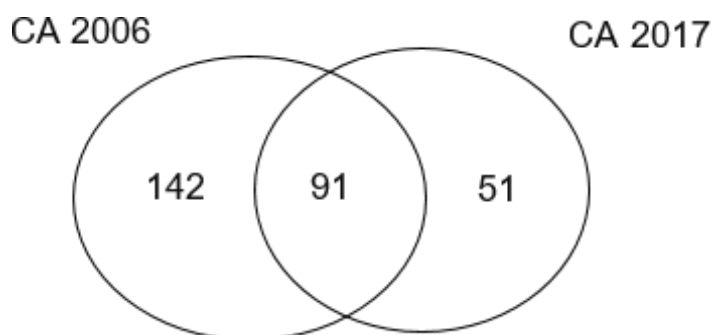
Gráfico 9 – Financiamentos e Empréstimos



Fonte: IBGE/ Censo Agropecuário (2017) / Adaptado por Ciria Rosa (2021).

Quanto aos dois últimos CA realizados em Marituba, isto é, 2006 e 2017. O ano de 2006 indicava que o quantitativo dos estabelecimentos familiares era de 142; em 2017, os números caíram para 51. Assim, em um período de aproximadamente 10 anos, 91 unidades de produção familiar deixaram de desenvolver atividades agrícolas. Em termos percentuais houve uma queda de aproximadamente 65% dessa população, restando cerca de 35%. A figura três a seguir representada pelo diagrama de Venn ilustra esse fato.

Figura 3 – Quantitativo dos últimos Censos Agropecuários

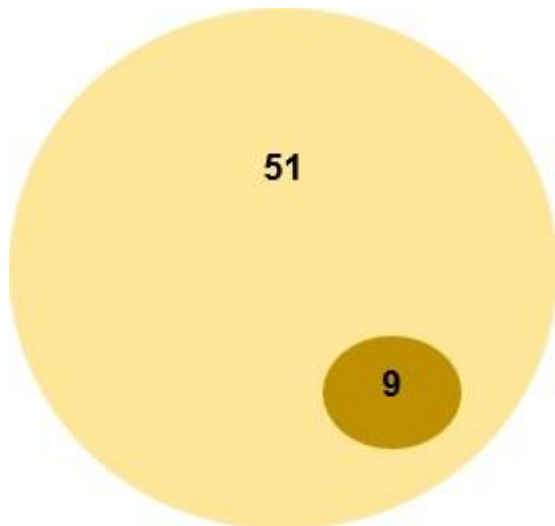


Fonte: IBGE/ Censo Agropecuário (2017) / Adaptado por Ciria Rosa (2021)

Em Marituba, apesar das 51 unidades familiares de produção nove agricultores de Marituba estão cadastrados no CNPO, portanto, aproximadamente, 10% dos estabelecimentos familiares possuem registro de orgânicos, a figura quatro

ilustra esse fato. De acordo com Silva (2019) o município tem o potencial de desenvolver esse sistema de manejo agroecológico.

Figura 4 – Produtores de Orgânicos de Marituba



Fonte: CNPO (2021) / Adaptado por Ciria Rosa (2021).

No ano de 2020 foi elaborada a minuta sobre um Projeto de lei intitulado Política Estadual de Agroecologia, Produção Orgânica e da Sociobiodiversidade (PEAPOS) pela Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e da Pesca do Estado do Pará (SEDAP – PA). Nessa proposta são contemplados temas como: a AU, agricultura familiar, entre outros (PARÁ, 2020).

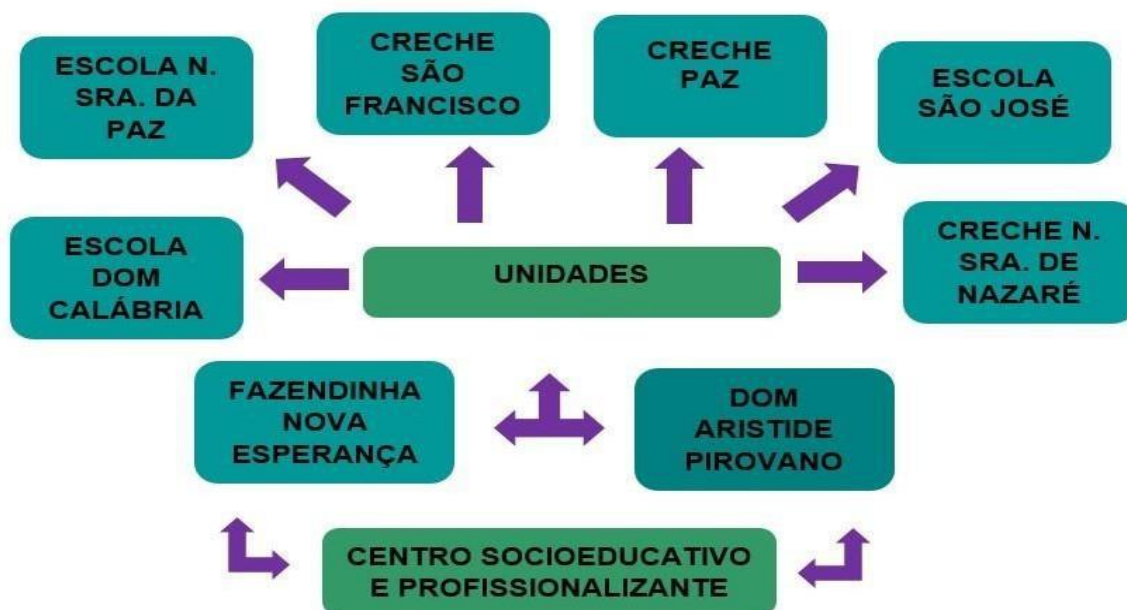
Caso essa minuta seja regulamentada, a AU de Marituba poderia se beneficiar. Porém, no contexto dos outros Entes Federativos do Brasil nota-se que embora as PEAPOS tenham sido aprovadas, nem sempre de fato são implementadas (SABOURIN *ET. AL.*, 2019).

3.3 Ações Institucionais para agricultura no município

3.3.1 O projeto quintais produtivos agroecológico em áreas urbanas

No bairro do São Francisco, em Marituba concentra diversas unidades operacionais entre creches e escolas, conforme ilustra o fluxograma 1. Uma dessas é o CESEFE, localizado no seguinte endereço: Rua da Cerâmica, Passagem Leste, nº 04, às margens do Rio Maguari, possui a seguinte dimensão (100m x 400m), o equivalente a aproximadamente dois hectares. Foi inaugurado em 17 de abril de 2004 e atende o público infanto-juvenil do bairro e demais adjacências: Bairro Novo, Novo Horizonte e União.

Fluxograma 1: Unidades do IPSDP em Marituba – PA



Fonte: Elaborado por Ciria Rosa (2020).

No CESEFE são ministrados diversos cursos e capacitações: aulas de danças e projetos pedagógicos, além do Projeto Quintais Produtivos Agroecológicos em Áreas Urbanas. Esse, surge da necessidade de uma educação ambiental no local, pois, ao entorno da ONG, a população local descartava irregularmente os resíduos sólidos domésticos, conforme a fotografia abaixo, que demonstra dois momentos contrastantes. Além disso, o Projeto também desenvolvia atividades agrícolas: cultivo de frutíferas, hortaliças, compostagem, entre outros (ALBURQUERQUE; BARBOSA; SILVEIRA, 2018).

Fotografia 1 – Situação dos Resíduos Sólidos no entorno da Fazendinha Nova Esperança



Fonte: Google Maps (2019) / Kleberon Albuquerque (2019) / Jamilly Silva (2019).

Antes do Projeto Quintais Produtivos Agroecológicos em Áreas Urbana, no CESEFE já era desenvolvido práticas relacionadas a agricultura com as crianças e adolescentes atendidas nas demais atividades pedagógicas. Entre os anos 2006 a 2019 foi feito um levantamento sobre “o comportamento do uso e cobertura da terra” no local, que demonstrou seis tanques de piscicultura, áreas para o paisagismo, arborização com destaque ao cultivo de açaí e de outras espécies florestais (PAIXÃO ET AL; 2020).

Para o funcionamento do Projeto o CESEFE contou com parcerias: o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMMA), a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agropecuário e da Pesca (SEDAP), a Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA).

Com as atividades ocorridas nesse Projeto, os envolvidos puderam replicar os conhecimentos adquiridos nos seus quintais, conforme ilustra a figura 4. Assim, exploram nos seus espaços residenciais plantas ornamentais, frutíferas, criam animais de pequeno porte, realizam compostagem, além disso, esses ambientes contribuem para a biodiversidade (PAIXÃO ET AL; 2020).

Figura 5 – Quintais dos Participantes



Fonte: Paixão Et Al (2022).

O Projeto Quintais Produtivos Agroecológicos em Áreas Urbanas além da reprodução que os participantes realizaram nos seus espaços residenciais que possibilitaram desenvolver cultivos para o autoconsumo e comercializar os excedentes quando ocorrem eventos. Esse Projeto possibilitou ao gestor municipal o X Prêmio Prefeito Empreendedor no ano de 2018 (SANTOS, 2018).

Além disso, também houve outra expansão do Projeto "Quintais Amazônicos" que é desenvolvido nas escolas municipais pela PMM através de outras Instituições: Secretaria de Educação (SEMED) e a Secretaria de Desenvolvimento e Assistência Social (SEMADS). O Projeto já atendeu mais de 69 organizações de ensino, beneficiando mais de 25 mil alunos (SANTOS, 2019).

3.3.2 Políticas públicas desenvolvidas pela EMATER no município

Em Marituba está localizada a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará (EMATER) que possui três escritórios: central, regional e local. No ano de 2016 a 2019, o Escritório Local (ESLOC) do município atuou com maior destaque nas seguintes localidades: São Brás, Alça Viária, São Francisco e Estrela da Manhã (EMATER, 2019).

Os serviços oferecidos aos agricultores familiares são: ATER, CAR, DAP. Contudo, apesar desses recursos e da Instituição possuir extensionistas experientes, uma equipe multidisciplinar em ATER, há a necessidade de veículos, assim como equipamentos de informática, que culmina na falta de elaboração do CAR, o qual precisa de um outro dispositivo, o Sistema de Posicionamento Global (GPS), este se encontra insuficiente no ESLOC. Com relação a DAP, um documento que possibilita o acesso a políticas públicas para agricultura familiar, entretanto, no município há um "alto índice de inadimplência e burocracia no acesso ao crédito" (EMATER, 2019).

No ano de 2019 foi elaborado um relatório pela EMATER sobre o Programa de Assistência Técnica e Extensão Rural (PROATER) que ao longo dos últimos quatro anos, isto é, entre 2016 a 2019 foram elaborados os seguintes programas: agricultura familiar, agropecuária e pesca, meio ambiente e ordenamento territorial.

O Programa de Agricultura Familiar está dividido em dois Projetos: apoio às Unidades Familiares de Produção Agrícola (UFPA) e o Apoio à Organização para

comercialização dos produtos da agricultura familiar. Os objetivos desse Programa são: aumentar a produção e a produtividade; reduzir os custos de produção; garantir a segurança alimentar; elevar a renda familiar dos estabelecimentos familiares.

O Projeto de Apoio às UFPA visa assistir as unidades familiares de produção, pois como no município há uma forte expressão das hortaliças. Este Projeto almeja fortalecer esse sistema de cultivo seja hidropônico, tradicional ou orgânico, pois foi evidenciado que um plantio contínuo na mesma localidade há uma diminuição da produtividade e o empobrecimento do solo, já nos períodos chuvosos ocorre a incidência das pragas e das doenças nas olerícolas.

Quanto às ações desenvolvidas nesse Projeto eram: orientações sobre o manejo agroecológico, ATER, práticas de higiene na produção das hortaliças, conscientização sobre possíveis fungos, bactérias, vírus que entram e afetam os cultivos, além da inclusão dos agricultores nos mercados institucionais do PAA, PRONAF e PNAE. A tabela 8 quantifica os agricultores a serem assistidos nessa ação.

Tabela 8 – Quantidade de público a ser assistido

NOME DA COMUNIDADE	QUANTIDADE DE BENEFICIARIOS
São Francisco (Fazendinha)	15
Campina Verde	12
Alça Viária (São Brás)	15
Uriboca	9
Almir Gabriel	4
Centro	35
Bom Jesus	4
TOTAL	94

Fonte: EMATER (2020).

Outro projeto desenvolvido no âmbito do programa de agricultura familiar é o “Práticas de Preparo e Aproveitamento de Alimentos com Diversificação de Dietas”, cujo o propósito é que os produtores e suas famílias terão a possibilidade de ter contatos com práticas, preparo e aproveitamento dos alimentos. A fotografia dois mostra a oficina realizada pela EMATER sobre aproveitamento integral dos alimentos em uma comunidade agrícola do bairro São Francisco.

Fotografia 2 – Oficina de Aproveitamento Integral dos Alimentos



Fonte: Site da EMATER (2020).

Outro subprojeto desenvolvido pela Instituição é o “Pará Produtivo” o qual foi implantado na Comunidade de São Brás cuja proposta é reduzir a importação de alimentos advindos de outros Estados, principalmente as frutas e hortaliças. Portanto, com o incentivo dessa ação, os agricultores poderiam ter mais acesso a renda, já que acessariam os mercados através da ATER.

O Pará Produtivo também foi desenvolvido em outros municípios paraenses, pois é uma política pública entre os escritórios da EMATER e o apoio da SEDAP, pois uma das metas é a elaboração de um “cinturão verde” para abastecer a capital paraense com alimentos que ainda são importados.

Além disso, a comunidade São Brás foi beneficiada com um viveiro de mudas, um empreendimento social oriundo de uma parceria entre a EMBRAPA e o IDEFLOR-BIO, outras duas comunidades foram beneficiadas: Estrela da Manhã e o Bom Fim com esse subprojeto intitulado: “A implantação de Sistemas Agroflorestais (SAFs) de Roça sem queima e Manejo de Açaizais Nativos”.

Uma outra parceria da EMATER e da SEDAP é o subprojeto “Quintais Produtivos” que ocorre no bairro Bela Vista. Esta ação é mais voltada para área urbana do local, pois um dos objetivos deste é a promoção da segurança alimentar e nutricional e também contribuir para o resgate das práticas agrícolas, além de fixar as famílias beneficiadas. Nessa política pública local, a associação dos moradores do Bela Vista recebeu capacitação dos extensionistas e insumos agrícolas. A fotografia três mostra um momento de reunião do grupo.

Fotografia 3 – Capacitação do Projeto Quintais Produtivos



Fonte: Site da EMATER (2019).

Em Marituba há também uma ONG vinculada à igreja católica, o Instituto Pobre Servos da Divina Providência (IPSDP)¹⁵. Essa Instituição é mantida através de doações, pois qualquer pessoa pode realizá-la através do *site*. O IPSDP está presente em outros municípios brasileiros: Porto Alegre, Viamão, São Luís e Jacundá. Ambas as primeiras cidades são do Estado do Rio Grande do Sul, a terceira fica no Maranhão e a última no Pará.

Embora no município apresente atividades explorando potencialidades como os quintais, outros arranjos produtivos foram estimulados pelo PROATER da EMATER no ano de 2019, como: avicultura, apicultura/meliponicultura, suinocultura, psicultura. A tabela 9 mostra essas produções e o quantitativo de agricultores atendidos pela Instituição.

Tabela 9 – Atividades Agrícolas do PROATER 2019

ATIVIDADES	BENEFICIÁRIOS
Avicultura	30
Apicultura/ Meliponicultura	23
Suinocultura	15
Psicultura	30
TOTAL	98

Fonte: EMATER (2019) / Adaptado por Ciria Rosa (2022).

Esses arranjos produtivos são desenvolvidos também nos bairros com tradições agrícolas: Almir Gabriel, São Francisco e Uriboça. Embora, nos diversos

estudos mostrem que os agricultores não recebam ATER, no entanto, ainda são poucos que realizam essas atividades conforme mostra a tabela 10 (FRAGELUS; LIMA, 2022; SILVA, 2019; SOUZA; SILVA, 2004).

Tabela 10 – Arranjos Produtivos Agrícolas

BAIRROS	ATIVIDADES			
	Avicultura	Apicultura/ Meliponicultura	Suínocultura	Psicultura
Almir Gabriel	1	0	1	5
São Francisco	1	0	2	2
Uriboca	1	0	1	2
TOTAL	3	0	4	9

Fonte: EMATER (2019) / Adaptado por Ciria Rosa (2022).

A partir desse relatório do PROATER 2019, nota-se o incentivo e estímulo a criação de animais de pequeno porte e uma maior atuação no projeto “Quintais Produtivos” do bairro Bela Vista e do Pará Produtivo na Comunidade São Brás, entretanto, percebe-se o desenvolvimento de atividades estratificadas: horticultura, floricultura, fruticultura, plantas florestais e medicinais, mas que ainda não recebem a ATER, então muitos produtores ainda não são atendidos.

Apesar disso, outro subprojeto é desenvolvido pela Instituição é o “Uso de material descartável e reutilizável na produção de artesanato”, então, nesse, os artesãos buscam aproveitar os produtos descartáveis dos resíduos sólidos para a atividade, além disso, outras capacitações são realizadas como o beneficiamento das sementes para produção de biojoias. A fotografia quatro ilustra um artesão beneficiado pela ação.

Fotografia 4: Artesão beneficiado pelo subprojeto



Fonte: Site da EMATER (2022).

Outro Projeto desenvolvido pela EMATER no âmbito do Programa de Agricultura Familiar é o Apoio às Unidades Administrativas, pois o ESLOC de Marituba necessita de materiais de consumo, serviços terceirizados, passagens para locomoções, fato que dificulta o assessoramento, monitoramento e avaliação, ou seja, as ações de supervisão. Além disso, a necessidade e demanda por qualificações aos extensionistas (EMATER, 2019).

Em 2021, a EMATER elaborou outro relatório sobre o PROATER no município foi o Programa de Agricultura, Pecuária, Pesca e Aquicultura, o qual manteve alguns subprojetos que já existiam, assim aprimorando-os, conforme exposto na tabela 11.

Tabela 11 – Subprojetos do PROATER 2021

SUBPROJETOS	BENEFICIÁRIOS
Curso Básico de corte e costura	44
Comercialização direta de produtos artesanais familiares – Feiras itinerantes	13
Fortalecimento das organizações associativas para a comercialização e produção	60
Compostagem com o aproveitamento de resíduos orgânicos na propriedade	40
TOTAL	157

Fonte: EMATER (2021) / Adaptado por Ciria Rosa (2022).

O curso básico de corte e costura foi implementado para as mulheres participantes do Projeto “Quintais Produtivos” da Bela Vista, no PROATER de 2021 aborda que a EMATER também se aproximou do CESEFE, pois houve o “Termo de Cooperação Técnica n.º 001/2020” entre a Instituição e o governo municipal para o desenvolvimento rural sustentável de Marituba (EMATER, 2020).

Quanto à "Comercialização Direta de Produtos Artesanais Familiares" ocorrem mensalmente as feiras da agricultura familiar em Marituba, onde são comercializados produtos artesanais seja dos artesãos e dos produtores do município. Esses canais de comercialização são amplamente divulgados e acontecem geralmente na praça matriz da cidade, a fotografia 5 apresenta duas propagandas sobre a feira itinerante.

Fotografia 5 – Divulgação das Edições da Feira



Fonte: Site da Prefeitura Municipal de Marituba (2021); (2022).

Em 27 de maio de 2022 ocorreu a XII edição da feira do agricultor de Marituba, nesse momento, estavam presentes Instituições como a EMATER, a Secretaria Municipal de Desenvolvimento da Agricultura, Aquicultura, Abastecimento e Pesca (SEDAP) – uma Organização do ente municipal – que também é envolvida com o evento. Nesse canal de comercialização, os produtos mais notáveis foram os gastronômicos, plantas ornamentais e os artesanatos: biojoias, bonecas de pano e sacolas (*ecobags*).

Quanto ao subprojeto do Fortalecimento das Organizações Associativas para a comercialização e produção, esse é voltado para gestão das associações e cooperativas do município, pois no ano de 2021 foram identificadas essas instituições, as quais nem todas são agrícolas conforme consta na tabela 12. Assim, foram ofertadas capacitações com o intuito que esses atores institucionais possam acessar “programas e projetos governamentais e não-governamentais”, além de verificar os desafios e as potencialidades (EMATER, 2021).

Tabela 12 – Organizações Associativas de Marituba

NOME DA ORGANIZAÇÃO	SIGLA	TIPO	QUANTIDADE DE ASSOCIADOS
Associação Agrícola e de Moradores do Bela Vista	AAMBV	Associação	15
Associação dos Produtores Hortifrutigranjeiros Abacatal e Urboca	APHAURI	Associação	15
Associação dos	AMRD	Associação	15

Moradores do Riacho Doce			
Associação Agrícola do Uriboca	AAUI	Associação	15
Cooperativa Agrícola Santo Antônio	COOPSANT	Cooperativa	15
Cooperativa de Trabalho de Catadores de Materiais Recicláveis de Marituba	COCAMAR	Cooperativa	30
TOTAL			105

Fonte: EMATER (2021).

A Associação Agrícola e de Moradores da Bela Vista (AAMBV) e outras organizações agrícolas e não agrícolas conforme mostra a tabela 13 foram beneficiadas pelo subprojeto “Compostagem com o aproveitamento de resíduos orgânicos na propriedade”, pois com a decomposição dos resíduos orgânicos é gerado o húmus, uma matéria-prima rica em nutrientes e com o potencial de fertilizar as propriedades dos beneficiados pela ação (EMATER, 2021).

Tabela 13: Organizações contempladas pelo subprojeto da Compostagem

NOME DA ORGANIZAÇÃO/ COMUNIDADE	SIGLA	CATEGORIA	QUANTIDADE DE ASSOCIADOS
Associação Agrícola e de Moradores do Bela Vista	AAMBV	Associação	50
Associação da Comunidade Bom Jesus Agroecológica Familiar	ACBOJAAF	Associação	40
Centro Socioeducativo Fazenda Nova Esperança	CESEFE	Instituição Conveniada	25
Bela Vista	–	Agricultura Familiar	10
Bom Jesus	–	Agricultura Familiar	10
Uriboca	–	Agricultura Familiar	10
São Francisco	–	Agricultura Familiar	10
TOTAL			155

Fonte: EMATER (2021) / Adaptado por Ciria Rosa (2022).

Com o desenvolvimento desses subprojetos pela EMATER, nota-se que a Instituição atua não somente com a agricultura familiar, mas com moradores do município de Marituba de acordo com o PROATER dos anos de 2019 a 2021. Apesar de Marituba possuir um ESLOC da empresa pública, o mesmo ainda conta com uma secretaria para agricultura, a SEDAP.

3.3.3 A Secretaria Municipal de Desenvolvimento da Agricultura, Aquicultura, Abastecimento e Pesca (SEDAP) de Marituba – PA.

A SEDAP, em 2016 foi instituída a lei municipal n.º 327 de 23 de dezembro de 2015 que “dispõe sobre a criação da Secretaria Municipal de Desenvolvimento da Agricultura, Aquicultura, Abastecimento e Pesca (SEDAP) e dá outras providências”. A Instituição foi criada pelo poder executivo municipal (MARITUBA, 2015).

Em uma entrevista concedida no dia 13 de junho de 2022 com os técnicos da SEDAP, o diretor de Logística e Abastecimento da Instituição João Ricardo Costa da Sena ressaltou que Marituba necessitava de uma Secretaria devido a intensa atividade agrícola e demanda que existe no município.

A SEDAP, provavelmente iniciou de outro departamento de alguma Secretaria, já que o volume de demanda relacionada à agricultura era muito grande para somente uma instituição tratar dos assuntos relacionados ao abastecimento do município, inclusive há três mercados municipais de responsabilidade da Instituição (João Ricardo Costa da Sena).

Quanto a esse fato, a lei municipal n.º 398, de 18 de outubro de 2017 transferiu as atribuições da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Turismo, Trabalho, Emprego e Renda (SEDETER) para a SEDAP “sobre o funcionamento dos mercados e feiras livres no município de Marituba” (MARITUBA, 2017).

Na gestão da atual prefeita de Marituba Patrícia Ronielly Ramos Alencar Mendes (2021 – 2024), segundo Moore Ycax Cromwell da Silva, diretor de aquicultura, agricultura e pesca, a agricultura enquanto atividade produtiva e econômica vem sendo fomentada, no entanto, a aproximação entre a SEDAP com os agricultores é algo consideravelmente recente, então o processo ainda é gradativo e lento, pois nas gestões municipais anteriores os agricultores ficaram desassistidos, logo esses sujeitos sociais têm desconfiança com os técnicos e a

SEDAP, que os procura e tenta repassar as informações referentes aos seus direitos e oferecer os serviços de ATER.

Os agricultores se assustaram quando a gestão atual foi a campo e chegaram com uma equipe interdisciplinar, pois ficaram desassistidos durante 16, 17 anos... A SEDAP procura chamar os agricultores, pois durante muitos anos não tiveram nenhum aporte do poder público (Moore Ycxx Cromwell da Silva).

O quadro de funcionários da SEDAP é composto por dois engenheiros agrônomos; um engenheiro florestal; um economista rural que é diretor de agricultura, aquicultura e pesca; um diretor de logística e abastecimento, três auxiliares administrativos e uma equipe de apoio composta por 10 pessoas (SEDAP, 2021).

A rotina da Instituição funciona da seguinte maneira: segunda-feira é dia de planejamento; terça-feira, quarta-feira e quinta-feira ocorrem as visitas técnicas aos lotes de produção familiares; às sextas-feiras são elaborados relatórios acerca das observações empíricas evidenciadas nas dimensões ambientais, econômicas e sociais nos estabelecimentos familiares de produção (Moore Ycxx Cromwell da Silva).

São nas visitas técnicas que os técnicos da SEDAP assumem uma função intersetorial ao repassar as informações às demais Secretarias do município, pois, os agricultores moram em locais isolados, que, por vezes, são de difícil acesso e nem as outras instituições municipais vão *in loco*, portanto, a equipe procura trazer o que falta nos trabalhos sociais (Moore Ycxx Cromwell da Silva).

No período de isolamento social da COVID-19, tinha um apicultor o Seu Severino, que estava aposentado, mas a família o abandonou e ele mantinha a atividade. Ele estava sozinho e passando fome, nós fizemos coleta para comprar uma cesta básica. Ele não tinha nenhum familiar para dar suporte, segurança e ajudar na documentação do auxílio emergencial. Nós levamos esse caso à área da saúde e a Defesa Civil, a casa dele estava quase desmoronando. Muitos agricultores precisam de assistência social e dos seus benefícios, mas a assistência social não vai até eles (William Ferreira; Moore Ycxx Cromwell da Silva).

Em uma situação como essa, na época do isolamento da pandemia do COVID-19, uma Instituição como a SEDAP torna-se um diferencial, pois, se nas

gestões passadas tivessem a exatidão de quantos agricultores o município possui, eles poderiam estar cadastrados no Ministério da Agricultura e recebendo um auxílio disponibilizado pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), diferente do “Auxílio Emergencial”¹⁶ do ano de 2020 (João Ricardo Costa da Sena).

Nas visitas técnicas realizadas pela equipe da SEDAP nas comunidades agrícolas, os servidores relatam que há riscos de vida: “em uma dessas, podemos não mais voltar”, pois muitas dessas áreas do município são dominadas pela criminalidade, “entramos com os faróis abaixados” ressalta o engenheiro agrônomo (William Ferreira).

Em função do aumento nacional do combustível – gasolina – há uma cota de 40 litros; antes era 100 litros, para os veículos rodarem nas comunidades agrícolas atendidas pela SEDAP, conseqüentemente, isso reduz o suporte que poderia ser oferecido aos agricultores na ATER. A Secretaria possui ainda poucos recursos orçamentários, pois necessita de outros veículos como motocicletas e voadeiras (embarcações), que, se fossem adquiridos esses meios de transporte, a equipe técnica poderia ir às localidades de várzea do município (Moore Ycxx Cromwell da Silva).

Nessas localidades estão as ilhas de Marituba e as comunidades agrícolas ao longo da Alça Viária. O diretor de aquicultura, agricultura e pesca acredita que possam ter inúmeros problemas: extração ilegal de madeira, pesca predatória, tráfico de drogas, necessidade de emissão de documentos aos moradores, alcoolismo, casos de crimes sexuais contra crianças e adolescentes e as mais diversas doenças, pois de acordo com a sua experiência são esses lugares que mais precisam de ajuda:

No campo, costumo dizer que só vão três áreas: Deus, pesquisa acompanhada com extensão rural e o militarismo, fora isso, o Estado é muito ausente, trabalhar em campo é para aqueles que gostam. Caso acontecesse uma empreitada dessa **(visita às várzeas de Marituba)** iria pedagoga, assistente social, profissionais da saúde. Aí, sim saberíamos a realidade do lugar... Queríamos poder fazer mais pelos agricultores do município, no entanto, o processo é lento e a longo prazo para engrenar (Moore Ycxx Cromwell da Silva; os grifos são nossos).

A Instituição possui uma equipe bastante capacitada, têm profissionais que possuem mestrado, outros com mais de uma formação e o diretor Moore

YcxcCromwell da Silva já trabalhou na EMATER em outro município do Estado do Pará, é instrutor do SENAR; o diretor João Ricardo Sena da Costa trabalhou na elaboração do CAR, que segundo ele a ferramenta iniciou em 2010 pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMAS) do Pará e em 2012 foi instituído na lei n.º 12.651, de 25 de maio de 2012, também conhecida como o “novo código florestal”, além disso o gestor é consultor do SEBRAE (BRASIL, 2012).

Como o diretor de logística e abastecimento assumiu a diretoria da SEDAP em 2020, ele admite que tinha uma concepção técnica sobre o que deveria ser feito na agricultura do município, no entanto, ao longo da sua gestão pode perceber os desafios da atividade na cidade e um desses é a elaboração do CAR:

Marituba apresenta uma agricultura distinta entre o rural e o urbano, isso causa alguns problemas na inclusão do CAR, pois os aspectos a serem considerados são as características florestais, desmatamento, reflorestamento, reposição e paisagismo... Não se fala em desmatamento e nem reflorestamento nas áreas urbanas... Além disso, o CAR está dando problema em todo Brasil, pois ninguém consegue colocá-lo na velocidade de análise, apesar de uma parte ser automatizada, no entanto, é necessário um servidor – **uma pessoa humana** – para analisá-lo e validá-lo (João Ricardo Sena da Costa, os grifos são nossos).

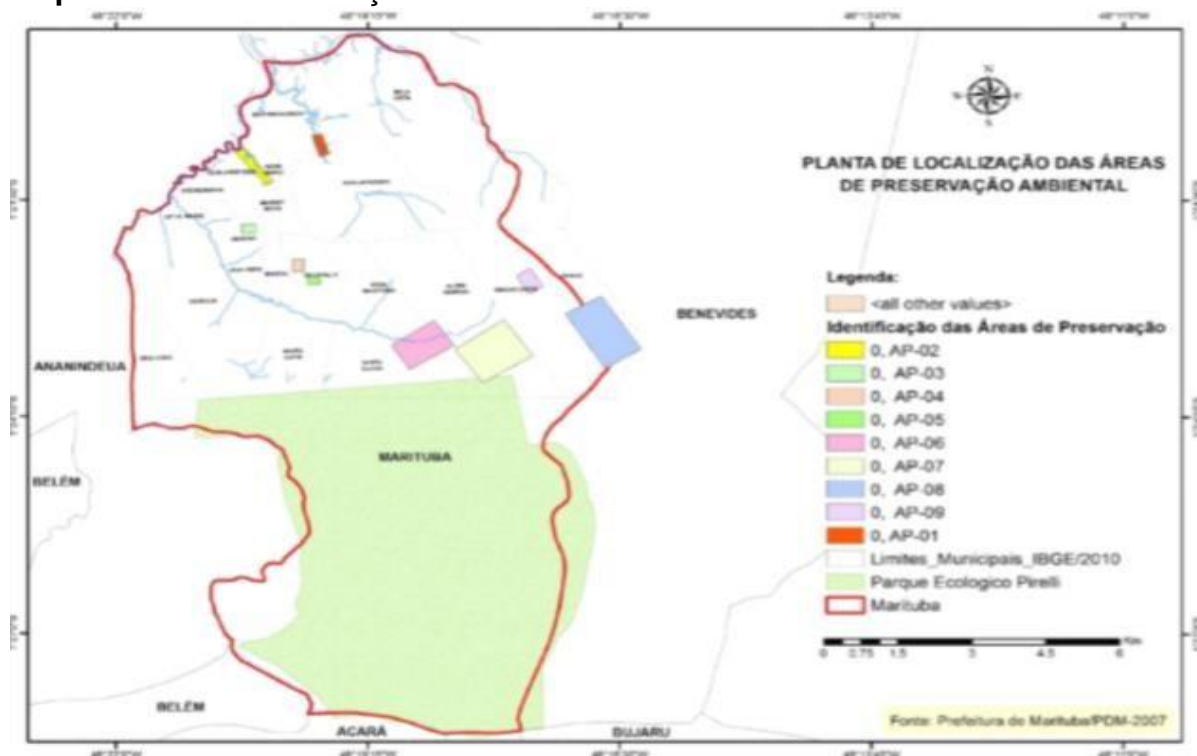
Conforme evidenciado pelo diretor de logística e abastecimento a lei n.º 12.651, de 25 de maio de 2012 estabelece critérios para inclusão do CAR aos proprietários rurais ou possuidores de imóveis aos órgãos ambientais municipais ou estaduais disposto no artigo 29, parágrafo primeiro:

I – Identificação do proprietário;
II – Comprovação da propriedade ou posse;
III – Identificação do imóvel por meio de planta e memorial descritivo, contendo a indicação das coordenadas geográficas com pelo menos um ponto de amarração do perímetro do imóvel, informando a localização dos remanescentes de vegetação nativa, das Áreas de Preservação Permanente, das Áreas de Uso Restrito, das áreas consolidadas e, caso existente, também da localização da Reserva Legal (BRASIL, 2012).

Diante disso, as UFPA, localizadas nas áreas urbanas e periurbanas deixariam de receber os benefícios e as políticas públicas que a ferramenta pode proporcionar, isso pode significar uma perda ambiental, nas seguintes hipóteses: de os agricultores deixarem de produzir para subsistência e algum familiar ter o

interesse de vender o lote de produção agrícola; abandonarem os seus terrenos e a população ocupa-lo pela necessidade de moradia ou mesmo, os próprios venderem seus terrenos para pessoas que desejam realizar outros empreendimentos que não sejam agrícolas.

Mapa 9 – Áreas de Proteção Ambiental



Fonte: Plano Diretor de Marituba (2007) / UFPA (2020).

O mapa 9 acima identifica algumas APA do município, localidades, as quais, se as unidades de produção familiar estiverem próximas poderiam ser beneficiadas pelo CAR. Ainda com relação a essa ferramenta, “muitos agricultores têm o desconhecimento dos órgãos públicos que tratam da agricultura e não sabem o que é o CAR” (João Ricardo Sena da Costa).

Em Marituba, na percepção dos técnicos da SEDAP, a agricultura familiar é composta por pequenos lotes, geralmente, é somente um agricultor que desenvolve a atividade, pois a mão-de-obra familiar é quase escassa. Nas unidades de produção familiares, as produções são diversificadas: criação de aves, peixes, plantas ornamentais, que são formas de complementar a renda (Moore Ycxx Cromwell da Silva).

No município a agricultura não vem sendo repassada aos descendentes, com isso, provavelmente, a tendência era ocorrer uma diminuição da atividade, porém

sempre surge outros agricultores procurando a SEDAP. Nas visitas técnicas os produtores costumam dividir “o que eles têm com alegria” oferecem “um cafezinho” (João Ricardo Sena da Costa; William Ferreira).

Nesses pequenos lotes de produção dos agricultores, com a diversidade dos cultivos é difícil quantificar “quantas pupunheiras existem nos seus terrenos”, então, eles não costumam anotar o quanto eles produzem e isso é um problema na gestão financeira das unidades de produção familiar, pois pode ocasionar prejuízos a eles “que acabam perdendo dinheiro” (William Ferreira).

Em alguns casos, eles produzem e não sabem para quem vender e nem precificar as suas produções, portanto, vendem abaixo do preço de mercado. Os agricultores não se veem como empreendedores e isso é um desafio, houve um agricultor que mora na zona urbana e procurou a SEDAP para introduzir no seu lote: psicultura, apicultura, entre outras, mas quando eu perguntei: a quem ele venderia, quem os seus concorrentes? Ele não sabia responder (João Ricardo Costa da Sena).

Uma Secretaria de Economia do município poderia ter informações sobre quantos agricultores são formalizados e não formalizados e assim inseri-los na categoria de Microempreendedor Individual (MEI). Ainda, com relação a gestão financeira, o diretor ressalta que já aconteceram experiências no município relacionadas a cooperativas de agricultores que funcionavam bem e obtiveram sucesso por um determinado período, mas depois não conseguiram ser mantidas, assim declinaram (João Ricardo Costa da Sena).

A instituição junto com o ESLOC da EMATER de Marituba auxilia na organização da feira da agricultura familiar. E no município, segundo os diretores há um aquarismo bem forte, inclusive, no ano de 2021, a SEDAP tentou fazer uma feira somente para os aquaristas, contudo, eles não concordaram, pois ficaram receosos e ainda preferem levar suas produções para comercializar aos domingos na praça da república em Belém (Moore Ycxx Cromwell da Silva; João Ricardo Costa da Sena).

Com relação a essas feiras da agricultura familiar, a SEDAP procura realizar um rodizio das atividades produtivas, então, a cada edição concentra uma atividade como olericultura, outra a floricultura, o artesanato, pois não há condições de colocar

todos os produtores de diversos segmentos em um único lugar (Moore Ycxx Cromwell da Silva).

A instituição atende a 15 comunidades agrícolas, onze dessas são minifúndios nas áreas periurbanas; quatro apresentam estabelecimentos com dimensões similares aos das zonas rurais. O quadro abaixo indica algumas comunidades agrícolas atendidas pela SEDAP.

Quadro 1 – Caracterização da produção dos polos produtivos do município

POLOS	PRODUÇÕES
Polo Uriboça	Produção de olerícolas, fruticultura, plantas ornamentais, plantas medicinais e psicultura
Polo Almir Gabriel	Produção de olerícolas, fruticultura, plantas ornamentais, plantas medicinais e psicultura e criação de pequenos animais
Polo São Francisco	Produção de olerícolas e psicultura, plantas medicinais e plantas ornamentais
Polo União	Produção de olerícolas, plantas medicinais e plantas ornamentais
Polo Agrovila São Pedro	Produção de olerícolas, fruticultura, psicultura e criação de pequenos animais
Polo Santa Clara	Olericultura, fruticultura, psicultura e criação de pequenos animais
Polo Riacho Doce	Olericultura, apicultura, fruticultura e psicultura
Bela Vista	Produção de mudas, olericultura, criação de pequenos animais, plantas ornamentais, plantas medicinais, bovinocultura leiteira, caprinocultura, suinocultura, fruticultura
Canaã	Olericultura, criação de pequenos animais, psicultura, fruticultura e bovinocultura
Polo Campina Verde	Olericultura, psicultura e criação de pequenos animais
Santa Lucia	Olericultura, criação de pequenos animais e fruticultura
Polo São João	Olericultura

Fonte: SEDAP (2021).

O principal canal de comercialização desses agricultores é o mercado do Ver-o-Peso, segundo o relato dos diretores, nas conversas com os produtores, nos momentos de visita aos seus lotes, muitos deles escoam suas produções há 14, 15 e 30 anos a essa feira livre de Belém (Moore Ycxx Cromwell da Silva; João Ricardo Costa da Sena).

A agricultura desenvolvida em Marituba abastece e alimenta Belém, entretanto, de acordo com o diretor de logística e abastecimento não se tem a informação sobre o volume de produção destinado ao Ver-o-Peso. Os agricultores do município ainda exportam o que produzem a outros entes municipais, pois há um produtor de pimenta-do-reino, cujo o seu mercado consumidor não é Belém e nem Marituba (João Ricardo Costa da Sena).

A intenção da SEDAP é criar uma plataforma, um portfólio sobre o quanto os agricultores produzem, o que produzem e onde estão. Há uma ausência dessas informações, então, com esse recurso, alguém da família poderia ajudar a sistematizar o banco de dados. A criação de um sistema seria importante, pois, por exemplo, uma rede de atacarejo/supermercado de Marituba saberia onde têm o que eles precisam, assim os agricultores comercializariam e entregariam diretamente a esses canais de comercialização (João Ricardo Costa da Sena).

A equipe da SEDAP possui mais contato com os agricultores do que o ESLOC da EMATER de Marituba, pois os extensionistas dessa Instituição vão a campo. A Secretaria fez crescer a emissão de 20% da DAP, embora a EMATER seja responsável pela elaboração desse documento, mas a ação quem faz é a Secretaria e precisa de continuidade (Moore Ycxx Cromwell da Silva; João Ricardo Costa da Sena).

Houve uma comunidade que lutou durante um bom tempo pela área agrícola, mas não estão desenvolvendo a agricultura, pois não tiveram suporte, nem apoio e a própria comunidade não teve uma visão de: fazer o CAR, emitir a DAP, produzir para merenda escolar (Moore Ycxx Cromwell da Silva).

O município de Marituba vem cumprindo com a lei dos 30% de compras públicas da agricultura familiar para a alimentação escolar, todavia, itens como a banana e outras culturas são importadas, pois os agricultores do município não produzem, então nesse caso seria necessário impactar os agricultores com a possibilidade de desenvolver essa produção, que poderia ser comercializada com a prefeitura (João Ricardo Costa da Sena).

Essa legislação à qual o diretor de logística e abastecimento da SEDAP se refere é a lei n.º 11.947, de 16 de junho de 2009 que no artigo 14 dispõe sobre os 30% das compras públicas da agricultura familiar ao PNAE:

Do total dos recursos financeiros repassados pelo FNDE, no âmbito do PNAE, no mínimo 30% (trinta por cento) deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas (BRASIL, 2009).

A SEDAP é consultada sobre a merenda escolar na rede municipal de ensino e possui uma pauta para o ano de 2022 sobre o que é necessário produzir e implementar na agricultura familiar até a elaboração dos alimentos para composição do cardápio dos estudantes:

Ao conhecer a realidade local fica mais fácil trabalhar as questões relacionadas à sustentabilidade, agregar valores, incentivar os agricultores... Seria interessante colocar na merenda escolar batata-doce biofortificada – **uma hortaliça desenvolvida pela EMBRAPA** – e PANCS como a taioba. Esses cultivos poderiam ser produzidos pela agricultura (João Ricardo Costa da Sena; Moore Ycxx Cromwell da Silva, os grifos são nossos).

Nas escolas, a SEDAP promove palestras nas seguintes datas comemorativas: dia internacional da biodiversidade, 22 de maio; dia mundial da água, 22 de março; dia mundial dos solos; dia mundial do meio ambiente, 5 de junho. Nessas ações são realizados sorteio de sementes aos alunos. A fotografia 5 mostra o diretor de aquicultura, agricultura e pesca em dois momentos nas salas de aulas.

Fotografia 6 – SEDAP nas escolas



Fonte: Site da Prefeitura Municipal de Marituba (2022).

O diretor de agricultura, aquicultura e pesca acredita que a educação ainda é um grande problema em Marituba e que para cidade progredir e fortalecer a economia local, esse é um dos setores da sociedade o qual necessita melhorar. Inclusive, os eventos promovidos pela SEDAP não agradaram alguns gestores da SEMED e em duas Instituições municipais de ensino há biodigestores instalados que estão subutilizados (Moore Ycxx Cromwell da Silva).

Tu perguntaste sobre o diferencial de Marituba ter uma Secretaria de Agricultura? E recebestes uma resposta complexa! Precisamos trazer novas culturas e técnicas aos agricultores que necessitam de orientação... Um outro dia, estávamos a campo para fazer outra coisa e em um lote de produção, um piscicultor errou na quantidade de ração – tinha colocado demais – e os peixes estavam quase morrendo... Ainda bem que chegamos no momento certo e conseguimos resolver, se não estivéssemos lá, ele perderia toda produção (João Ricardo Costa da Sena; Moore Ycxx Cromwell da Silva).

As ações da SEDAP não trazem o retorno político imediato, se comparado a outras Secretarias Municipais, porém com os poucos recursos orçamentários a Instituição está avançando, em 2021 conseguimos criar a COOPMARITUBA e a ideia é formar outras (Moore Ycxx Cromwell da Silva).

A COOPMARITUBA foi criada em 28 de setembro de 2021¹⁷, tem sede provisória na SEDAP e é formada por 30 agricultores familiares. A Secretaria atende 160 estabelecimentos familiares de produção (MARITUBA, 2022).

Entre outras ações está o acesso dos agricultores ao PNAE, PAA, ATER e fomentos que são realizados e estão por vim: insumos agrícolas e maquinários para o aumento da produtividade da agricultura. A SEDAP não estimula a prática da queima e corte, mas o uso de biofertilizantes e fazem pouco uso dos defensivos agrícolas (Moore Ycxc Cromwell da Silva).

A maior demanda dos agricultores são os agrolásticos, sementes e sombrites, pois práticas e experiências eles têm bastante. Em Marituba há comunidades que sempre foram agrícolas, mas com o passar do tempo, com a ausência do poder público e de ATER migraram para outras atividades. Em um exemplo citado pelo gestor: “ no ano passado nunca tinha ido ao Nova Jerusalém II, que no documento constava como área agrícola, mas chegando lá, somente uma pessoa plantava, o Daniel, mas que até deixou de produzir” (Moore Ycxc Cromwell da Silva).

Após o período do isolamento social causado pela pandemia da COVID-19, os técnicos da SEDAP relataram que havia áreas agrícolas onde as pessoas deixaram de produzir a agricultura. Na Instituição, a equipe não tem a informação exata sobre os impactos nessa fase, mas de acordo com as observações empíricas:

Quando estava no pico do vírus, as pessoas tinham receio de se aproximar dos vendedores, por causa das normas de higiene. As pessoas que vendiam adubo desapareceram, o leiteiro não transitava, eles sofreram muito. Tudo aumentou: os insumos, as sementes, eles não tinham condições de comprar as camas viárias... As pessoas que faziam entregas foram multadas, mas precisavam trabalhar! (Moore Ycxc Cromwell da Silva; João Ricardo Costa da Sena; William Ferreira).

Em Marituba existem agrovilas, mas as pessoas não usam para fins agrícolas, com isso as pessoas acabam loteando esses espaços, então esses terrenos se tornam urbanizados, algo recorrente no município: “Na Vila São Pedro, somente uma pessoa produzia; no Bela Vista, isso acontece bastante. Em 1993, quando me mudei com a minha família para cá, no Decouville, tinham chácaras grandes, que foram invadidas e hoje são áreas urbanizadas” (William Ferreira).

Marituba iniciou com os conjuntos habitacionais, ao lado desses, sempre tem alguma “invasão e isso é resultado de Belém, que expandiu e as pessoas vieram para cá”. Nessas ocupações desordenadas ocorrem os desmatamentos que causam

impactos ambientais nas cidades: “os alagamentos, os assoreamentos dos igarapés, erosões do solo”. No município houve um inchaço populacional, mas sem nenhuma infraestrutura adequada: “Deus me livre se chovesse por 24 horas! O centro da cidade inundaria e não quero nem imaginar o que aconteceria com essas periferias, os jornais tirariam o foco de São Paulo e Rio de Janeiro e viriam para cá!” (William Ferreira; Moore Ycxx Cromwell da Silva).

3.3.4 Ações para o ordenamento territorial da cidade

Em 2019, no PROATER de Marituba, a EMATER evidenciou esses impactos ambientais e urbanos causados pela ocupação desordenada e criou o “Programa de Ordenamento Territorial e Meio Ambiente”, dentro dessa política pública local está o “Projeto Recuperação de Áreas Degradadas e/ou alteradas” e o subprojeto de “Recuperação de Área Degradada”, cujos objetivos são: “replantar áreas desmatadas, reduzir a erosão do solo, aumentar a infiltração da água fluvial, aumentar a produtividade da propriedade” (EMATER)

De acordo com a Instituição isso seria feito através do diagnóstico das áreas afetadas e com orientações das práticas agroecológicas nos estabelecimentos agrícolas, o Programa contempla somente as seguintes comunidades agrícolas e 30 beneficiários conforme descrito na tabela abaixo (EMATER, 2019).

Tabela 14 – Projeto Recuperação de Áreas Degradadas e/ou alteradas

NOME DA COMUNIDADE	CATEGORIA DO PÚBLICO	QUANTIDADE DE BENEFICIÁRIOS
Bela Vista	Agricultor Familiar	10
Estrela da Manhã	Agricultor Familiar	10
São Brás	Agricultor Familiar	10
TOTAL		30

Fonte: EMATER (2019).

Devido a essa ocupação desordenada no município, ocorre a indefinição entre o que seria o rural e o urbano, no ano de 2019 foi identificado pela EMATER que as famílias as quais residem nos lotes de produção não possuíam documentação de regularização fundiária. Apesar disso, não existem conflitos agrários em Marituba (EMATER, 2019).

Não são apenas as famílias que desenvolvem a agricultura que não apresentam a documentação de regularização fundiária, mas cerca de 95% da

população do ente municipal. Desde o ano de 2021, para solucionar essa situação, o município vem passando por um processo de Regularização Fundiária Urbana (REURB), inclusive há o decreto n.º 300, de 14 de abril de 2020 que “regulamenta o procedimento de regularização fundiária urbana (REURB) no município de Marituba, e dá outras providências” (FLEXA, 2021; MARITUBA, 2020).

Essa regulamentação municipal possibilita aos estabelecimentos familiares agrícolas a Certidão de Regularização Fundiária Urbana (CRF) na seção VI que trata sobre a “Concessão Real do Direito de Uso”, desde que o possuidor do imóvel comprove a residência de até cinco anos completos em 22 de dezembro de 2016, o artigo 30 aborda:

A **Secretaria de Habitação (SEHAB)** outorgará termo de concessão de direito real de uso a título gratuito para os ocupantes que não preencham os requisitos dos arts.20 e 21, mas que utilizem ou desejam utilizar lote urbano situado em área pública municipal para fins residenciais, agricultura urbana ou de subsistência (MARITUBA, 2020, os grifos são nossos).

O Decreto n.º 300 de 14 de abril de 2020 prevê que as áreas as quais são desenvolvidas a agricultura urbana ou de subsistência, assim como a população, predominantemente, de baixa renda, isto é, que ganhe até cinco salários mínimos possam ter a Regularização Fundiária Urbana de Interesse Social (REURB-S). Para isso o município realizará intervenções urbanísticas com o intuito de manter a permanência dos habitantes na cidade, conforme disposto no artigo 61:

Na REURB-S, caberá ao poder público competente, diretamente ou por meio da administração pública indireta, implementar a infraestrutura essencial, os equipamentos comunitários e as melhorias habitacionais previstos nos projetos de regularização, assim como arcar com o ônus de sua manutenção (MARITUBA, 2020).

Apesar dos benefícios advindos da legislação, de acordo com Bezerra e Chaer (2020) a passagem da “cidade informal” à “cidade legal” ocorre o aumento do custo de vida à população. Então, como já se evidencia que em muitas áreas agrícolas já foram abandonadas ou as famílias deixaram de produzir a atividade, a tendência é que cada vez mais aconteça a conversão de uso da terra para outros empreendimentos, portanto, políticas públicas para agricultura e seu fortalecimento

no município tornam-se cada vez mais essenciais para que o agricultor permaneça no seu lote de produção.

Com relação a agricultura de Marituba, a lei municipal n.º 483 de 13 de novembro de 2020 que “dispõe sobre a atualização do Plano Diretor Participativo do Município de Marituba, o sistema e processo de planejamento e gestão do desenvolvimento urbano” na seção V trata sobre o “desenvolvimento rural” de modo que a atividade agrícola promova ganhos na dimensão econômica e social com a geração de trabalho, emprego e renda (MARITUBA, 2020).

Apesar disso, a legislação prevê a implantação de um Distrito Industrial na região da Alça Viária e que os imóveis que estão obsoletos e desocupados precisam cumprir com a função social da cidade e no município, através de observações empíricas é possível verificar a existência de especulações imobiliárias. Portanto, somando a demanda por moradia e a possibilidade de verticalização das construções é possível que ao longo dos próximos anos os terrenos e residências fiquem valorizados financeiramente.

Ambas as legislações possibilitam ganhos econômicos e urbanísticos à cidade, pois nota-se que almejam explorar as potencialidades do município, como o turismo, a industrialização e outros setores que são favorecidos em detrimento desses, então isso possibilitaria a geração de trabalho, emprego e renda. Por outro lado, a tendência é que a população que reside na localidade possa não conseguir arcar com os custos de permanência na cidade legal.

Quanto à agricultura, todavia, com a valorização dos imóveis é provável que os agricultores possam vendê-los e/ou troquem a atividade por outras mais rentáveis. Então políticas públicas e estratégias de fortalecimento ao setor agrícola necessitam cada vez mais ser fortalecidos (MARITUBA, 2020A; 2020B).

4 A AGRICULTURA URBANA EM MARITUBA: O CASO DO BAIRRO ALMIR GABRIEL

A área que compreende o bairro do Almir Gabriel era a Fazenda Santo Amaro, pertencente a Manoel Pinto da Silva¹ que a adquiriu em 5 de setembro de 1955 por CR\$90.000,00 (noventa mil cruzeiros²). A fazenda possuía 154 hectares e de acordo com Nascimento (2008) em um relato de Maria Lúcia Pinto da Silva, filha do proprietário com Maria Moura, a propriedade “empregava vários funcionários que os ajudavam com a criação de vários tipos de gado, porcos, galinhas, pintinhos, criação de cavalos”, a pecuária era leiteira, o leite era vendido à Belém e os clientes o encomendavam.

Também “havia a plantação de pimenta-do-reino, laranja, maracujá, caju, ingá, açaí, etc.” essas frutas tinham como principal mercado consumidor Belém, além da fruticultura havia a pimenta-do-reino, a qual não era somente vendida ao Brasil, mas exportada para os Estados Unidos, já que na época a demanda era grande (NASCIMENTO, 2008).

Em dezembro de 1974, faleceu Manoel Pinto da Silva e a fazenda passou a ser administrada pela viúva e alguns familiares. Em 1 de maio de 1992 foi feito o arrendamento de uma parte da propriedade onde passou a funcionar uma granja para o “advogado Antônio Joaquim dos Santos”, anos após o contrato de aluguel, “Santos” – nome o qual era conhecido – falhou com o pagamento e convocou outros posseiros para tomarem a fazenda. O arrendatário (22/08/1942 – 20/05/2020) foi ex-vereador de Marituba no início dos anos 2000 (NASCIMENTO, 2008).

Diante desse contexto e na condição de político, “Santos estava sendo pressionado por mais de 300 pessoas que desejavam ocupar a fazenda”. A primeira ocupação aconteceu em 7 de julho de 1997 e o primeiro despejo ocorreu em 29 de julho de 1997. Nesse episódio, os tratores destruíram as casas e as pessoas perderam seus bens, “os despejados informaram ao jornal que os funcionários da Prefeitura estavam recebendo taxas de 100 reais depositadas na conta da tesoureira da Prefeitura, Maria Lourdes de Lima, cunhada do então prefeito Fernando Corrêa”. (NASCIMENTO, 2008).

Após esse episódio, segundo Nascimento (2008) os ocupantes se instalaram no ginásio poliesportivo de Marituba e permaneceram como uma forma de protesto

até que a questão das moradias fosse resolvida. Em uma entrevista com um dos agricultores, que participou do processo de ocupação relatou:

Eu passei quase um mês no Ginásio... Só não fiz quebrar o muro, mas essas ruas do começo até o fim eu vim cortando junto com o companheiro, o cara jogando o aparelho e nós de um lado para o outro. Daqui *acolá* perguntavam o que tu *quer*? Eu quero um lugar *pra* trabalhar, *pra* morar eu tenho! Aí eu peguei! Quando cheguei, fiquei aqui, o meu **(terreno)** é 50x100, eu vendi **(a casa)** do Riacho Doce e vim me embora (Entrevistado n.º 06, os grifos são nossos).

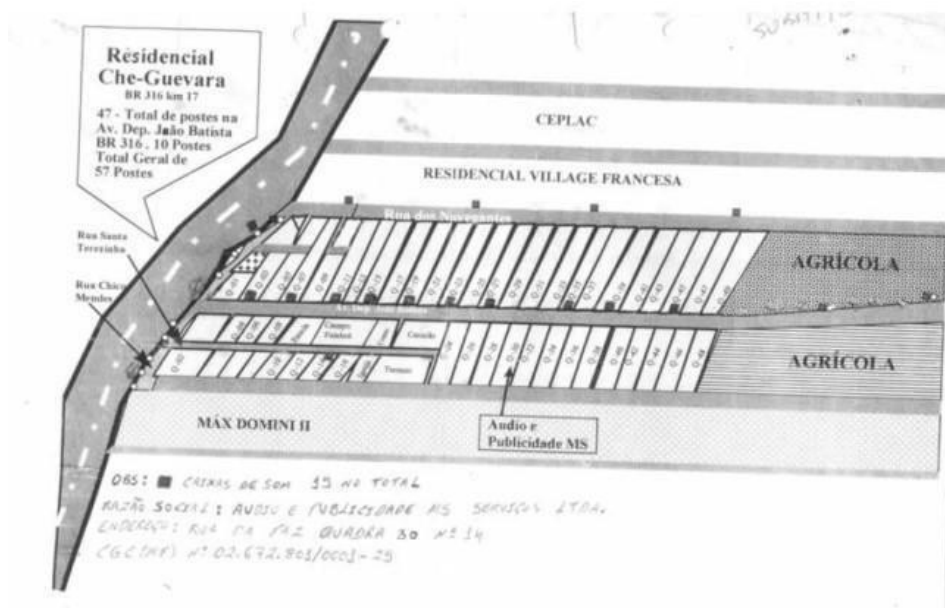
Em 20 de agosto de 1997 houve a “ocupação definitiva da área”, de acordo com o entrevistado n.º 06: “Nós temos tudo isso e posso agradecer a dois homens, por mais que foi ruim... O Antônio Armando e o Babá!”. Ambos foram os políticos que estiveram ligados ao processo de ocupação do bairro, na época do fato, eram deputados estaduais e participaram das negociações dos ocupantes (NASCIMENTO, 2008).

Babá é o codinome do ex-deputado estadual João Batista de Oliveira de Araújo (1991 – 1999). No bairro do Almir Gabriel, a principal avenida leva o seu nome: Deputado João Batista. A ocupação da fazenda Santo Amaro foi alguns meses após o massacre do *El Dourado* dos Carajás, de acordo com Nascimento (2008) as ruas do bairro levam os “19 nomes dos militantes assassinados”.

Com a ocupação definitiva, houve uma organização para demarcar os 49 lotes, além das áreas agrícolas, pois um agrimensor esteve presente para realizá-la. Nesse processo de ocupação, havia lavradores que desejavam demarcar as áreas agrícolas “a partir dos limites da área da **(antiga fazenda) Pirelli (onde é a REVIS)**” (NASCIMENTO, 2008. Os grifos são nossos).

No bairro houve uma delimitação entre os lotes para moradia e áreas destinadas à agricultura conforme a figura cinco abaixo. Segundo o entrevistado n.º 06 houve uma organização em prol dos interesses dos lavradores que era a Comunidade da Área Agrícola e havia uma liderança: “A dona Maria era a nossa presidente”.

Figura 6 – Croqui da Ocupação *Che Guevara* feita pelo senhor Sardinha



Fonte: Nascimento (2008).

De modo geral, ao longo das entrevistas, a maioria dos produtores do Almir Gabriel disseram ter nascido em famílias de agricultores que, na juventude, vieram às cidades e trabalharam em outras atividades e depois retornaram à agricultura. Ploeg (2006) aborda o fenômeno da descampenização e recampenização que ocorre no mundo inteiro, pois, ao mesmo tempo, que os “camponeses” ou agricultores familiares deixam de produzir a agricultura, outros retornam ao campo para produzir a atividade.

Ao longo da pesquisa de campo soube de um produtor, jovem, de 34 anos, que estava iniciando suas produções, tentei duas vezes entrevistá-lo, mas ele estava ocupado e indisponível durante a etapa da pesquisa de campo. Em um contato prévio com ele via *whatsapp*, relatou por áudio:

Temos dois sítios, não produzíamos, era só para lazer e agora começamos a fazer as atividades rurais aqui, tem pomares, plantação de açaí, plantação de cupuaçu e estamos começando a produzir estufas de hortaliças e com a pretensão de fazer outros tipos de culturas: psicultura, criação de porcos e fazer o ciclo, temos criação de patos e galinhas e falta fazer a outra parte do ciclo da cultura para criação de galinhas de postura, mas isso tudo com o tempo, resgatando essa atividade rural que é tão importante e que cada vez mais está sendo invertida... As pessoas estão migrando muito, fazendo o êxodo rural do campo para área urbana, mas no período que nós estamos vivendo... Se trata de acordo com as suas

pesquisas, mas eu tenho visto isso também que está acontecendo um êxodo inverso da área urbana às áreas rurais.

A maioria dos agricultores familiares do Almir Gabriel são idosos, acima de 55 anos, o mais jovem entre os entrevistados tinha 27 anos e apesar de sempre trabalhar com a agricultura com o pai, no contexto da entrevista, ele morava no sítio do seu genitor junto com a esposa e os seus filhos, a intenção dele é encontrar um trabalho “de carteira assinada” e não ficar trabalhando com a agricultura, embora não tenha a pretensão de trabalhar com a atividade agrícola, relata as dificuldades ao produzir: “Estou precisando de sementes, adubos, remédios... Eu nunca mais vi a EMATER entrar aqui... Durante a pandemia nunca veio nenhum órgão” (Entrevistado de n.º 09).

Os insumos agrícolas foram uma demanda que os produtores do Almir Gabriel mencionaram ao longo das entrevistas. Em conversas informais com uma agricultora, ela relatou: “a gente precisa de crédito, de insumos!”. Em uma outra ocasião, a mesma disse que tinha recebido dois sacos de calcário da Secretaria Municipal de Desenvolvimento da Agricultura, Aquicultura, Abastecimento e Pesca (SEDAP) de Marituba.

Posteriormente, em outra conversa informal com a entrevistada de n.º 01 ela revelou que no início de junho de 2022 houve uma reunião promovida pela prefeitura no bairro do Riacho Doce e o seu cônjuge voltou otimista sobre a possibilidade de um acesso a crédito, pois a intenção é fazer um tanque de piscicultura para o autoconsumo. Nessa reunião, ela me informou que a Prefeitura de Marituba ia iniciar o procedimento de regularização fundiária com os agricultores do município.

A entrevistada de n.º 04 listou a necessidade dos seguintes itens: “eu preciso de sombrite, veneno, plástico, de crédito”, na opinião dela, se ela tivesse mais apoio e incentivo à agricultura, ela poderia empregar os seus outros filhos na atividade. Essa agricultora teve a experiência de participar da Cooperativa Agrícola Santo Antônio (COOPSANT), uma organização que funcionava na área agrícola do bairro e quando era cooperada disse que recebia esses insumos agrícolas dessa Instituição. Outro produtor durante a entrevista também ressaltou a necessidade dos insumos agrícolas e o aumento dos preços:

Eu vi em uma reportagem que o mundo inteiro vai sofrer uma crise muito forte, na Rússia e na Ucrânia está acontecendo uma guerra e o adubo vem de lá, está tudo caro! Eu comprava um adubo por R\$4,00 e agora está R\$10,00. O esterco da galinha está caro, eu vou começar a criar galinha, está caro a ração, mas compensa. Em 72 dias um caipirão pesa 3,5 kg, o esterco aduba, planta, o feijão, não é totalmente orgânico (Entrevistado n.º 08).

Esse episódio o qual o agricultor se refere é que em 24 de fevereiro de 2022 foi declarada a invasão da Rússia e da Ucrânia, de acordo com Carvalho (2022) esse fato que está ocorrendo no Leste Europeu, afeta o Brasil e o mundo todo, pois ambos os países são os maiores exportadores mundiais de trigo, juntos somam 30% desse comércio exterior.

A partir das minhas observações empíricas, muito itens alimentícios dos quais o trigo é a matéria-prima principal, somado a outros fatores políticos e econômicos brasileiros, como exemplo, o aumento do preço dos combustíveis entre os meses de fevereiro a junho de 2022, impactaram na elevação dos preços dos alimentos nos canais de comercialização da capital paraense.

A elevação dos preços dos alimentos, independentemente, da influência de um evento internacional corrobora com temas relacionados à segurança alimentar da população, pois os mais pauperizados sofrem por não terem dinheiro para comprar comida e/ou alimentos oriundos da agricultura familiar, como as hortaliças, conseqüentemente, optam por comer os produtos industrializados, já que há uma ausência de segurança alimentar.

O entrevistado n.º 08 ressaltou a importância da agricultura para subsistência e para fins de incentivo aos produtores: “quem estiver na agricultura tudo se cria, tem comida na mesa! Levei a fé para muitos agricultores de Primavera (**um município do Pará**) que voltaram a ter financiamento e puderam plantar. A agricultura é fundamental!” (Os grifos são nossos).

Com ambos os países em guerra, Carvalho (2022) destaca que “a região é grande produtora de fertilizante, com o Brasil na posição de maior importador do insumo pronto e também de componentes nitrogenados, fosfatados e potássicos”. Um outro agricultor, produtor de hortaliças, o entrevistado de n.º 09, também observou o aumento do preço dos fertilizantes para olericultura:

Se tu não criar galinha, pra ti comprar um adubo a dificuldade aqui é grande! Está aqui o dinheiro! Para o cara entregar um adubo de cama viária eles querem cobrar de R\$13,00 a R\$15,00. Se tu tiveres um carro e estiver no local onde tem uma grande quantidade, levando um saco e trocando sai a R\$8,00. Às vezes, a gente tem que ir, para evitar que os outros não trabalhem, nós enchemos e ensacamos, perdemos o nosso tempo!

Nas menções dos entrevistados de n.º 08 e n.º 09 nota-se uma observação e adaptação dos agricultores mediante a uma adversidade que estão afetando. Wanderley (2003) evidencia que os camponeses ou agricultores familiares sempre procuram se reinventar e buscam estratégias de sobrevivência e resistência diante das transformações sociais e econômicas. No bairro do Almir Gabriel ao longo das entrevistas, na percepção dos entrevistados, muitos dos seus vizinhos que eram agricultores deixaram de produzir:

Toda essa parte do Almir Gabriel trabalhava com agricultura... a maior parte deixou, muita gente deixou, o Seu Matias que trabalhava morreu, a Dona Teresa que também era da cooperativa morreu, e esse pessoal mais idoso já morreu. O presidente da cooperativa foi embora e vendeu, o Seu Gileno produzia muito. A maior parte dos mais velhos foi embora, Seu Ari, Maria José trabalhava com hortas (Entrevistada n.º 07).

A entrevistada de n.º 07, sempre trabalhou com agricultura, mas hoje produz apenas para subsistência, ela tem um tanque de piscicultura: “eu fiquei muito triste por deixar, tenho saudade de plantar, mas tenho problemas de saúde, tive quatro **Acidente Vascular Cerebral (AVC)**” (Os grifos são nossos).

Após a entrevista, o marido da agricultora contou que certa vez os seus peixes estavam morrendo e ele foi até a EMATER em busca de ajuda, ele tinha um veículo e trouxe um técnico em pesca para verificar o que estava acontecendo, eles conseguiram salvar alguns, todavia o extensionista ficou de passar novamente dois dias após o incidente, mas não compareceu, o piscicultor ao voltar na Instituição para saber o motivo da ausência, soube que ele havia tirado férias, portanto, ele teve uma experiência desagradável com a empresa pública.

Em uma conversa informal com a entrevistada n.º 01 ela disse que hoje a maioria são idosos que ainda continuam produzindo, de fato, observei que quase nenhum familiar dos agricultores os ajudam. Quando perguntei à agricultora sobre

se ela acreditava que isso era um fator de ameaça para continuidade da agricultura no bairro, ela respondeu que sim! E que os filhos dos agricultores queriam morar em um local mais próximo das áreas urbanas!

A juventude não quer mais morar no sítio, não tem carro, não tem pista boa, não tem estrada boa para vim para cá! As pessoas que trabalham aqui sentem dificuldade de irem lá para cima pegar o ônibus, então elas preferem alugar uma casa ou então venderem e morarem para lá, só fica os pais e idosos que já estão acostumados com o sítio.

Aqui não tem asfalto, rede de esgoto, toda vez que chove, as ruas alagam, a água invade as casas, só moro aqui por causa do sítio, mas é uma maravilha.

Já aconteceu de o pai de um vizinho falecer e ele vendeu a casa, ainda tem pessoas em Belém que querem comprar sítios, querem sair do barulho, ir para o silêncio.

Eu queria sair daqui, até um tempo desse eu estava pensando em sair, vender e ir para Bragança, meu filho mora lá, vendia esse para comprar um outro.

Os agricultores ainda continuam produzindo, mas não sei como eles escoam os produtos e trabalham, plantam: cheiro-verde, macaxeira, açaí, hortas, peixes (Entrevistada de n.º 01).

Ela ainda ressaltou que alguns filhos levavam os seus pais para morarem com eles próximos às áreas urbanas. Outros vendiam os lotes e os dividiam para construção de casas ou as famílias dos agricultores construía suas residências nos terrenos que outrora eram rurais. O entrevistado de n.º 06 relata as transformações no espaço:

Já foi o Severino, já foi embora e vendeu, o japonês vendeu e eu estou por aqui!

O baiano começou a comprar toda essa área e ele veio para comprar o meu... O **(meu filho)** disse que não ia vender! O papai não vai vender esse! Para onde você quer ir pai? Para uma beira de uma praia **(risos)**! Mas o senhor não tem mais idade! A sua família mora aqui!

Quando viemos para cá, todo mundo tinha roça, plantava feijão, melancia, arroz, agora são somente sítios, o nome é área agrícola porquê os terrenos são grandes, agora as famílias vão crescendo e vão ficando dentro da área, já não se torna área agrícola, porquê está cheio de casa! Área Agrícola? É só casa e o pessoal trabalha dentro cultivando (Os grifos são nossos).

O entrevistado de n.º 06 percebe que no local demarcado para agricultura, as pessoas estão deixando de produzir, inclusive, ele, com 81 anos, reside no seu sítio

e mantém a atividade somente para o autoconsumo: “antes tinha galinha, porco, o Paulo do frango e o Ceará trabalhava com a gente. Eu tinha uma taberna, dia de sábado e domingo a casa estava cheia e vinha gente lá de cima a brincar com a gente”. Além disso, ele mencionou um impacto causado pelo avanço da urbanização nos lotes agrícolas:

Nesse igarapé as pessoas bebiam água! Esse lago não era assim! Era largo! Depois a população tomou de conta e foi deixando virar só capim, colocaram veneno na **(Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira)** CEPLAC, o Ceará frango e tudo desceu no igarapé e a chuva veio e acabou!

Os peixes as pessoas pegam e comem, trairás grandes, apareceu um jacaré, o pessoal pegou pra comer! (Os grifos são nossos).

O igarapé do qual o entrevistado relata vem, em decorrência da ocupação desordenada, passando por um processo de assoreamento, conforme mostra a fotografia abaixo. Na entrevista ele informou que as pessoas ainda pescam, portanto, esse componente natural tem o potencial de ainda ser conservado e de passar por um procedimento de recuperação hídrica, pois está se degradando e poluindo.

Fotografia 7 – Igarapé nas proximidades da área agrícola.



Fonte: Google maps (2022).

A entrevistada de n.º 05 também percebe o avanço da urbanização nos lotes agrícolas: “tá preservado do jeito que tu olha, mas não demora muito só vai tá eu aqui no meio! E eu vou ficar aqui! Todo mundo tá vendendo seus terrenos e estão chegando pessoas e é festa a noite toda! Muito barulho!”. O entrevistado n.º 10 percebendo o fenômeno da urbanização se precaveu, pois acredita que isso interferiria na sua aposentadoria rural:

No final da linha do ônibus começa a área rural, depois foi modificando e depois até na ponte, na ponte era área rural e área urbana. Antes disso, eu ajetei os documentos da minha propriedade, como área rural, tenho os meus documentos de agricultor...

Eu falei pra eles ajetares (**os vizinhos**) os nossos documentos como área rural, como agricultor vamos precisar depois! Foram na prefeitura e a prefeitura não faz nada para o rural, tudo é urbano. Eu fui no cartório, reconheci o terreno, reconheci os meus vizinhos, morde aqui e acolá, fui na Receita Federal, cadastrei pela Receita Federal... Quer dizer: ficou uma coisa bem segura! Não tem como desmanchar! Não tem quem desmanche! Pra me aposentar não deu trabalho nenhum!

A EMATER fez o reconhecimento, filmou a minha propriedade, jogaram para Brasília e no outro dia fui no **Instituto Nacional da Seguridade Social (INSS)** - (Os grifos são nossos).

De acordo com o entrevistado n.º 10, alguns vizinhos e outros agricultores têm dificuldade de se aposentar pelo fato de possuírem um imóvel com características rurais, mas que está situado na área urbana. Somente ele e o entrevistado de n.º 08 são aposentados como agricultores, ambos relataram que nos seus terrenos foi feito um georreferenciamento. A entrevistada n.º 01 e a de n.º 05 possuem uma DAP, essa última também tem um certificado como produtora orgânica, a EMATER e o MAPA oferecem um suporte a ela. Como produtora orgânica, ela nota que as transformações no espaço e a conversão do uso da terra vêm afetando a sua produção.

Tem uma pessoa que tem um terreninho menor aqui! Ele pega e loteia, faz pequenos lotes, de cinco, não sei por quanto! Vem um e compra e vai pra lá, um que não sabe trabalhar com terra e só quer para morar! Ali eles não têm consciência que precisam cuidar da terra, pois ela nós dá o nosso sustento!

Pra mim fica difícil trabalhar só invasado ou leira suspensa... Se eu quero adquirir alguma coisa, eu preciso suspender a leira porquê embaixo não dá mais! É inevitável a gente sofrer isso, por causa da urbanização que você está falando, vem um e faz coisas que não

deveria fazer em cima da terra ou joga veneno assim como tá acontecendo comigo, às vezes, tem um que não quer capinar e joga veneno pra matar o mato e acaba afetando a terra, a terra fica sem força, não dar mais para nada.

É uma tristeza isso, eu não queimo uma folha no meu terreno, porquê a terra é fraca e arenosa, tem um poder de ácido muito grande, todas as minhas folhas que caem eu transformo em adubo.

Ao longo das entrevistas, cinco agricultores, mencionaram que os terrenos das áreas agrícolas, os quais os produtores deixaram de praticar a agricultura e venderam foram comprados por um homem de codinome baiano, já falecido, todavia os espaços adquiridos não são para produção da atividade.

O baiano comprou todos os sítios, essas áreas todas eram de cultivos e ele derrubou tudo! Dá pena, o cara compra uma coisa e o outro vem e derruba tudo e agora o capim tomou de conta! Metia máquina! Para fazer conjunto, uma parte **(dos terrenos)** é do banco! Essa tira da **(Rodovia BR – 316)** até a beira do lago da Pirelli, a boca Fria, que chamam é dele! Essa daqui ele comprou para ele mesmo (Entrevistado n.º 06, os grifos são nossos).

O entrevistado n.º 10 ainda chegou a fazer um negócio quando o homem era vivo, na sua opinião foi algo vantajoso, pois morava próximo a área da REVIS e trocou o seu lote por uma área murada, o que causa a ele a sensação de segurança. De acordo com a entrevistada n.º 07, ela mencionou que esse processo de compra, por parte do baiano, vem desde a fundação do bairro Almir Gabriel e já comprou muitos terrenos.

Comprou muitos lotes aqui no Almir Gabriel, os muros que tem por aqui é dele, ele fez a proposta para gente, ele era apaixonado por terreno, queria comprar todo o nosso lado, ele queria comprar a um preço baixo, mas não era pra produzir nada, só comprar a terra mesmo.

Inclusive teve até uma proposta que ele venderia à Caixa Econômica para fazer loteamento... Olha só! Que tristeza para nós, isso aqui ia urbanizar e íamos ficar ilhados, um sitiozinho aqui e cheio de gente envolta, maior barulheira, estávamos preocupados com isso, mas graças a Deus não deu certo! Mas de qualquer maneira como esses terrenos estão aí e não fazer produção de nada, a mulher que ficou pode vender! Eles vão urbanizando Marituba com o Minha Casa, Minha Vida e a gente corre o risco de trazerem para cá. Nesses terrenos desocupados pousam aviões (Entrevistada n.º 01).

A entrevistada n.º 01 menciona que nesses lotes adquiridos pelo falecido baiano, atualmente a sua filha e o seu genro os controlam, entretanto, ela relata que após o falecimento dele, a sua herdeira não comprou outros terrenos, porém há muros que cercam as áreas agrícolas, conforme a fotografia 7.

Fotografia 8 – Muro na área dos lotes agrícolas



Fonte: *Google maps* (2022).

Apesar desse processo de cercamento e de especulação da terra que ocorre nos lotes agrícolas, os entrevistados relataram que não há conflitos agrários. Com exceção de um acontecimento com a entrevistada n.º 04, pois ela contou que uma vez a qual o fogo utilizado para queimar as áreas pertencentes ao sujeito, causou um prejuízo ao invadir seu sítio, pois queimou suas plantas ornamentais, nas quais, na sua estimativa custariam R\$2.000,00, todavia ele reembolsou apenas R\$80,00.

Outro episódio foi relatado pela entrevistada n.º 07, pois a construção do muro ao lado do seu terreno estava causando um deslizamento de terra e afetando o seu tanque de piscicultura, no entanto, ela acionou as autoridades municipais que o multaram, ele continuou a construir, mas, de modo que, não ocasionasse mais perdas ao criadouro de peixes.

Os terrenos improdutivos e cercados ocupam uma área significativa no bairro, conforme mostra a figura 7, contendo a imagem do bairro e as áreas descampadas, próximos da cobertura florestal são os lotes que outrora eram agrícolas e que pertence a filha do falecido baiano.

Figura 7 – Imagem do bairro Almir Gabriel



Fonte: *Google maps* (2022)

Apesar das especulações, do avanço da urbanização, da conversão de uso da terra, os agricultores deixaram de produzir seja por outros fatores: produtores idosos e com suas limitações físicas, ausência de ATER, que corrobora para o declínio da produção agrícola. No bairro do Almir, o entrevistado n.º 08 acredita que a atividade tem um potencial de ser incentivada e estimulada:

Eu não tenho vergonha de dizer que sou agricultor!
Na EMATER chegaram a fazer cursos com pessoas que não eram agricultores, mas não tinham locais para produzirem! Para que dar um curso a pessoa que não tem onde produzir? Tá perdendo tempo!
A EMATER tem que trabalhar em cima de agricultor e o agricultor que quer trabalhar! Na hora de financiamento, eles correm para ir lá pegar, mas não é para trabalhar!
Na EMATER quase nunca tem carro para fazer visitas...
Poderiam ser incentivadas a psicultura nos terrenos grandes de Marituba, na área urbana não dá para fazer isso!

Para o entrevistado n.º 02, a ausência de apoio e incentivo a agricultura corrobora para que os produtores migrem às outras atividades produtivas e alternativas que gerem renda:

Acho que as pessoas deixam de fazer agricultura por causa desse abandono de políticas públicas, isso traz dificuldades e o próprio fato de você está perto da malha urbana, você tende a praticar outras atividades para complementar a renda e a tendência é você abandonar mesmo. Conheço pessoas que deixaram de fazer agricultura para virar *uber*, então as pessoas deixam de fazer agricultura não pela falta de espaço, pois a agricultura urbana se adequa a espaços menores, mas por conta de abandono das políticas públicas...

Eu não tenho muita essa percepção das pessoas deixarem de produzir a agricultura, por causa da expansão urbana, mas na agricultura a partir de 2015, com a famosa DAP, nesses sete anos eu não tive nada, nem crédito, nem assistência técnica.

Com relação a ausência de ATER ainda é evidente que somente alguns produtores do Almir Gabriel a recebem ou receberam apoio da EMATER, o entrevistado n.º 02 que reside no bairro do Decouville em Marituba mencionou: “Eu continuo na luta de ter acesso às políticas públicas, que é uma questão de direito, com uma assistência técnica eu teria uma rentabilidade melhor!”. Apesar disso, ele ressalta a permanência na atividade agrícola:

Eu toco a agricultura como um projeto de vida, então é muito difícil eu parar, mas aconteceu que o meu romantismo de viver exclusivamente da agricultura como antes mudou recentemente. Eu decidi fazer uma nova graduação, tentar conciliar uma carreira de professor, com agricultor!

Eu, com uma renda melhor, fixa, posso contratar alguém para me ajudar em uma diária ou duas vezes por semana. Então, essa estratégia é fruto dessa reflexão também, porque eu tenho família, filho, esposa, isso me levou a repensar como eu enxergava antes (Entrevistado de n.º 02).

Cinco dos agricultores entrevistados no Almir Gabriel contratam pessoas para trabalharem nos seus lotes, a entrevistada de n.º 05 descreve que é difícil encontrar mão-de-obra para aqueles que querem trabalhar com agricultura, como produtora de orgânico, ela ensina as pessoas que querem trabalhar, já que a produção requer uma série de técnicas e muitos ficam somente por um determinado momento.

Dois dos agricultores exercem outras atividades para complementar a renda, a entrevistada n.º 01 revende queijos e iogurtes; o entrevistado n.º 10 vende farinha de tapioca. Nos terrenos das áreas agrícolas quase todos possuem açaí, seja para consumo e/ou comercialização, o entrevistado n.º 08 ressalta: “o carro chefe é o açaí, um produto que é bom para ganhar dinheiro, com seis latas de açaí dá pra fazer R\$500,00”.

No Almir Gabriel nota-se que dos sete agricultores entrevistados, as suas produções abastecem o comércio local bairro, inclusive, possuem os seus clientes fixos e revendem, pois cheguei a conversar informalmente com um dono de uma mercearia o qual disse que sempre comprava de um produtor. Tal agricultor que fornece, não consegui entrevistá-lo, pois nas minhas incursões não o encontrava na sua residência.

O entrevistado n.º 09 prefere vender cheiro-verde diretamente à população do que para os revendedores, pois na sua concepção: “como tenho observado, o revendedor abusa, às vezes, dá para vender ganhando um pouco menos, mas vende barato!”. A entrevistada n.º 04 também vende diretamente na sua residência e muitas pessoas vão até lá comprarem, suas principais produções são o cheiro-verde e plantas ornamentais, conforme mostra a fotografia 8. Segundo ela, o contato com a terra é terapêutico, “eu gosto muito, amo o meu trabalho”.

Fotografia 9: Momento de comercialização das plantas ornamentais



Fonte: Pesquisa de campo (2022).

A entrevistada n.º 05 escoa suas produções nas feiras de produtos orgânicos de Belém, que acontece alguns dias da semana nas praças Brasil e Batista Campos, os seus clientes são pessoas com um maior poder aquisitivo, ela já pensou em montar uma loja física no Almir Gabriel, mas os moradores locais são pessoas de baixa renda, o que inviabilizaria um comércio. Outro entrevistado n.º 10 produz no seu sítio pimenta-do-reino e também a importa ao município de Piriá, a fotografia abaixo mostra o processo de produção.

Fotografia 10 – Produção de Pimenta-do-Reino



Fonte: Pesquisa de campo (2022)

Oito dos entrevistados nasceram no Estado do Pará, mas não na capital paraense, dois vieram de outros Entes Federativos, ambos da região Nordeste. Na minha primeira incursão a campo, no bairro do Almir Gabriel, coincidentemente, presenciei a visita técnica da SEDAP. Na ocasião, os técnicos foram unânimes ao mencionar os recursos materiais da Instituição, como somente um veículo para transportar os extensionistas em todo território municipal para atender os agricultores. Apesar disso, a entrevistada n.º 01 ressaltou:

No governo da Patrícia, os técnicos estão vindo, eles vêm e orientam; nos governos passados vinham e sumiam! A assistência técnica é boa, o problema é que as pessoas não querem trabalhar com a agricultura, querem emprego; a agricultura você planta e precisa esperar a terra crescer e produzir... O açaí é de seis em seis meses, nos demais precisa se virar... E quem tem família grande? Daqui há alguns anos não tem mais agricultura aqui, apesar da prefeitura está incentivando, tem a terra, as pessoas não querem produzir para comer e querem comprar pronto (Entrevistada de n.º 01).

Outro agricultor percebe que estão ocorrendo os incentivos e estímulos relacionados à agricultura no município, algo que não acontecia nos anos anteriores, mas que melhorias poderiam ser realizadas:

Poderia ser feita uma política voltada para agricultura, temos que ter uma municipal. Há várias secretarias no atual governo municipal, mas não sabemos nos outros governos, passamos 12 anos sem Secretaria de Agricultura no Município. A prefeita abriu, para tudo tem uma Secretaria e cada governante que entra fecha uma porta e veda outra (Entrevistado de n.º 03).

Nas considerações do entrevistado de n.º 03 fica evidente que uma política de apoio municipal para agricultura poderia oferecer mais segurança àqueles que querem produzir e permanecer exercendo a atividade. Ao longo da entrevista ele destacou outros aspectos que estão sendo implementados:

Nós estamos saindo de uma pandemia, nesses dois anos... tinha pouco trabalho, então estamos nos reorganizando na cooperativa para fazer projetos, para que possamos levar uma estabilidade e retorno para que os agricultores possam ter objetivos de trabalhar com a agricultura.

Na cooperativa oferecemos assessoria, projetos, para que eles possam ter os trabalhos deles mais assistidos, para que possam ter mais produções.

Na cooperativa são oferecidas formações aos agricultores: compostagem, adubação, trabalhar na área orgânica, mas profissionalizando... Saio nas feiras para vender.

Na cooperativa há uma dificuldade com adubo, o que estamos fazendo, que o agricultor possa comprar uma vaca ou um boi pequeno e crie. Crie confinado, colocando capim e comida, ração, palha, para ela se mover dentro e que todo o excremento caia em um só lugar, com seis e sete meses temos grande adubo para manter o animal e o trabalho.

A cooperativa a qual o agricultor se refere é a Cooperativa de Marituba (COOPMARITUBA). Na minha primeira incursão a campo, quando tive a coincidência de encontrar com os técnicos da SEDAP, um técnico agrícola relatou que a ideia da cooperativa era convocar os agricultores do município para fornecer a merenda escolar ao PNAE, pois durante muitos anos foram os produtores de Ananindeua que abasteciam as escolas com os alimentos da agricultura familiar. A cooperativa busca expandir e acessar outros mercados, como as redes de atacarejos e supermercados.

Ao longo da conversa informal do técnico agrícola do município, ele relatou que muitos agricultores não aceitaram entrar, pois já tiveram experiências desagradáveis ao participarem das cooperativas ou associações. Além disso, ao perguntar para os agricultores sobre ingressarem na COOPMARITUBA muitos informaram que já possuem clientes fixos e que suas produções são insuficientes para atenderem o volume e a demanda que a organização exige.

No bairro do Almir Gabriel já houve uma experiência relacionada a uma cooperativa, a COPSANT, essa organização no seu auge produzia hortaliças hidropônicas, oferecia cursos de capacitação aos seus cooperados e comercializava plantas ornamentais, a entrevistada n.º 03 menciona que as produções eram destinadas aos *shoppings centers* e as redes de supermercados locais da capital paraense.

A cooperativa local possuía um caminhão para o escoamento das produções, de acordo com Prado (2008) a COPSANT, no ano de 2008 tinha 19 cooperados, além da produção de plantas ornamentais, a organização conseguiu um financiamento do Banco da Amazônia (BASA) para investir na produção de hidroponia e também oferecia cursos de capacitações aos seus associados. A entrevistada de n.º 05 foi uma das cooperadas e relembra quando estava na cooperativa:

Nesse tempo, Lula era presidente e Marina era ministra do meio ambiente e eles mandaram (**recursos do governo federal**) para fazer cursos nas cooperativas que fossem registradas e foi desses cursos que começamos a fazer, aí eramos da cooperativa hidropônica.

A hidroponia não podia trabalhar com essas coisas, então a gente formou dentro da cooperativa um grupo de orgânicos, a cooperativa era hidropônica e tinha que ser orgânico na época.

A COPSANT me abriu a mente, eu me criei na roça trabalhando, mas não tinha essa possibilidade de ter estudo e para aprender alguma coisa, era o básico, sabia como plantar, sabia torrar farinha, tirar a goma, sabia essas coisas, mas quanto o tempo a adubação, fertilizante... Mesmo porquê naquela época não precisava disso.

Hoje, como estou falando que a terra está tão deteriorada, se a gente não tiver esse trabalho, não consegue nada. A terra precisa ser preparada com calcário para ser feita a adubação com a planta, onde a terra é boa cai uma semente e não precisa ser feito nada, nasce mesmo, aqui tem muito ácido e alumínio.

A experiência que tenho da cooperativa foi que veio recursos para nós, estudos e os técnicos que orientou a gente. Planta que a gente tinha no nosso quintal e não conhecia e que conhecia, mas que não sabia para que servia e hoje está colocando comida na minha mesa, hoje, estou usando elas, trabalhando e já sabendo para que serve, até onde também posso ir, porquê tem coisas que tenho limite e tem pessoas que querem se consultar com a gente e eu não sou médica... Primeiro você vai lá no seu médico, consulte o seu filho e veja o que ele tem e escute a orientação médica, porquê isso aqui é só para gente amenizar! (Os grifos são nossos).

Seis dos entrevistados participaram da COPSANT, em uma conversa informal com a entrevistada n.º 01, que não foi cooperada, mas mencionou que no auge do sucesso da cooperativa, os jornais e telejornais locais vinham fazer reportagens, vinham ônibus escolares conhecer as produções de hidroponia, assim como as visitas técnicas das universidades para fins de pesquisa de campo. A fotografia 11 evidencia a existência da cooperativa na localidade.

Fotografia 11 – Placa da COPSANT



Fonte: Pesquisa de campo (2022).

De modo geral, ao perguntar as experiências dos entrevistados na COPSANT, poucos ofereceram maiores detalhes sobre o período de funcionamento, pois apesar do êxito, o declínio da cooperativa culminou com prejuízos financeiros aos seus membros:

Fui sócio e fundador de uma cooperativa, a COPSANT que acabou de se fechar.

Chegou um ponto que para o agricultor poder se associar nela, ele tinha que pagar R\$ 100.000,00 para se cooperarem, como o agricultor não tinha e foi isso que deu! Algumas coisas que era dela, se fecharam, fizeram um projeto de hidroponia, ela (**COPSANT**) não teve como custear e chegou a falir. Chegou o momento deles trabalharem na hidroponia e deu uma doença, que não puderam controlar e fecharam, também não deu para pagar os custos dela: **Organização da Sociedade Civil (OSC)**, os impostos do governo estadual e municipal e isso não dá! Não conseguiram pagar o banco (Entrevistado n.º 08, os grifos são nossos).

A entrevistada n.º 01 e o entrevistado n.º 10 revelaram que tentaram se cooperarem na COPSANT, mas o grupo era restrito aos cooperados e isso dificultava o ingresso de novos agricultores. A entrevistada n.º 07, foi cooperada e relatou que o resultado dessa experiência trouxe prejuízos financeiros a ela, pois,

recentemente, tentou fazer um empréstimo bancário e não foi aprovada por ter seus dados pessoais envolvido na cooperativa. O entrevistado n.º 06 relatou que a inadimplência da cooperativa fez com que um terreno adquirido exclusivamente para hidroponia fosse penhorado ao banco, conforme mostra a fotografia 11 abaixo:

Fotografia 12 – Terreno usado para hidroponia na COPSANT



Fonte: *Google Maps* (2022).

No decorrer das entrevistas ao perguntar sobre a extinta COPSANT percebi que além dos prejuízos financeiros causados aos seus cooperados, notei questões internas relacionadas ao gerenciamento e relacionamentos dos seus membros da organização. Prado (2008) identificou alguns desafios na gestão da COPSANT: os produtores preferiram ter a autonomia no seu trabalho, ou seja, no seu terreno; os interesses ao se cooperar eram motivados pelo crédito rural e houve uma ausência de participação ativa dos cooperados nas reuniões.

Diante disso, nota-se a partir da compreensão de Prado (2008) que a cooperativa delegava as decisões dos seus membros aos dirigente, esses por vezes executavam ações que nem sempre agradava os cooperados, além de possíveis conflitos internos que dificultavam a gestão da organização. O entrevistado n.º 08 conta através de uma metáfora o significado pessoal de cooperar a sua participação na organização:

Cooperativa já está dizendo cooperar, mas muitas vezes quando você ver uma pessoa arrastando uma mesa e tu estais na posição e só fica um se virando para querer ajeitar, mas se tiver outros: um, dois, três, quatro e cada um pega nos cantos e se chama um cooperar com o outro. Então, o mesmo sistema é uma cooperativa. Vamos falar uma língua só, vamos fazer isso, então, muitas vezes, acontece de não ir para frente por causa disso, a discórdia, eu dei a minha cota-parte na COPSANT.

Os desafios e as dificuldades da gestão e gerenciamento de empreendimentos como as cooperativas não é algo que declinou somente na COPSANT, mas de acordo com o entrevistado n.º 02, ele revela que tais problemas são comuns em outras organizações em Marituba e aponta uma solução:

Hoje em Marituba, há quatro associações, todas estão em dívidas, todas estão inadimplentes e houve a necessidade de nós também agricultores, para amparar a agricultura de Marituba tivemos a necessidade de abrir a COOPMARITUBA. Funciona há sete meses, estão trabalhando para subsidiar a merenda escolar. Nesse ano, ninguém está pagando as mensalidades.

Nós temos 36 cooperados, todos com DAP.

Na agricultura de Marituba tudo é vendido nas feiras do município, tudo que tem em Belém sai de Marituba para o Ver-o-Peso, CEASA, o escoamento das produções vão a esses locais.

Tal solução é discordada por um familiar que esteve presente durante a conversa formal com o entrevistado n.º 09, que apresentou desconfiança sobre o empreendimento solidário:

Eu nunca participei de nenhuma cooperativa, mas acredito que é, eu pegar na mão do meu irmão e caminhar juntos. Não dizer: “estou precisando do teu produto” e fazer nome em cima dos produtores.

Se a cooperativa estivesse preocupada com os produtores: “olha! Irmão, quanto de plástico tu precisa?”, às vezes, o cara não está precisando da armação, só do plástico e o cara diz assim: “Eu quero 100 metros de plástico!”, “Não dava uma animada no produtor? Quantas vezes vieram aqui e fizeram essa pergunta para ti? Nunca, ninguém **(Responde o entrevistado n.º 09 ao questionamento do familiar)**. (Os grifos são nossos)

Esse familiar do agricultor não é produtor, mas convive há anos com os agricultores Almir Gabriel, ele é funcionário da entrevistada n.º 05 e fazia contribuições e considerações relevantes no momento da entrevista:

A EMATER dificilmente vem aqui! Durante a pandemia não vinham por causa da pandemia; mas antes já não vinham... Na pandemia, não estava tendo feira, tudo estava restrito, não vieram procurar se o produtor estava passando fome, se estava produzindo, se estavam perdendo mercadoria... Então, isso é muito sério!

A prefeitura e os governantes querem influenciar os produtores, no tempo da política eles vêm aqui, trazer os santinhos, eles sabem os nomes de todos os agricultores.

Ambos ensinam que as ruas das áreas agrícolas sejam asfaltadas. O entrevistado de n.º 08 possui 77 anos e trabalha ativamente com a agricultura, ele tem a perspectiva que caso ocorresse a pavimentação os seus filhos voltariam a morar com ele, pois um filho trabalha como motorista de caminhão e inclusive leva as suas produções de plantas ornamentais para venda no bairro do Distrito Industrial de Ananindeua, na RMB.

Como as ruas não são asfaltadas trafegar pelas vias de veículo torna-se algo desafiador, inclusive no período do inverno amazônico, em abril quando fiz minhas primeiras incursões testemunhei que as ruas de acesso à área agrícola ficam alagadas, vi pessoas andando e enfrentando a água para chegar às suas casas. Durante as entrevistas, ficou evidente que a demanda dos agricultores não está somente relacionada aos incentivos e apoio à agricultura, mas a infraestrutura das vias.

A pista, a rua, a gente tem que tirar a nossa mercadoria daqui, tem tempo que a gente não tem condições de sair daqui, por causa dessa rua, é difícil, essa rua é esquecida.

Para cá, para dentro tem muitos moradores que poderiam muito bem se esforçar para plantar, cultivar, tem uns que tem o terreno grande de 50x100, 50x200 e o pessoal está vendendo... O que eu vou fazer aqui? Se eu não posso nem sair em nenhuma bicicleta! Quanto mais em um carro! Isso é um dos gargalos que muitos não vem e outros perderam a motivação, mas que poderia ter, poderia! Tem muita gente que eu conheço aí para dentro, que tem terrenos grandes, muitos já venderam, entram outras pessoas que só querem fazer piscina, balneários e essas coisas, o terreno está lá, mas não fazem agricultura... Vou fazer agricultura para quê? (Entrevistada de n.º 05).

Somente quatro dos entrevistados estiveram presentes desde o início da ocupação do bairro, os demais compraram de outras pessoas que ocuparam e depois venderam. Inclusive, o entrevistado de n.º 08 contou que comprou o terreno

por R\$1.000,00 de um homem chamado Sérgio; antes de uma área que atualmente é um sítio, ele tinha um armarinho (uma loja de aviamento) do bairro do Distrito Industrial, em Ananindeua – PA. No seu relato ele mencionou que quando veio morar na área “os carros não passavam, só as bicicletas entravam, era bem ruim!”.

A entrevistada de n.º 07 conta que o bairro mudou muito desde a ocupação: “antes não tinham escolas, igrejas, nem ônibus e o pessoal andava até a BR – 316”. De acordo com Nascimento (2008) no processo de ocupação do bairro a Associação dos Moradores do Che Guevara (AMOCHE) reivindicava a construção de um “posto de saúde, praça, feira, escolas e ônibus”, fatores os quais possibilitaram a permanência da população ao local, todavia o local que seria destinado à construção de uma praça e da feira foi ocupado pela população.

Todavia, de acordo com o autor (2008) muitos moradores venderam suas habitações após a conquista. O bairro Almir Gabriel, inicialmente, era chamado de *Gue Guevara*, o nome da ocupação foi idealizado por Babá em uma das reuniões com a associação de moradores, já que, em 1997, fazia 30 anos de falecimento do guerrilheiro argentino; em 2000, a Câmara Municipal aprovou o Decreto n.º 80 o qual altera o nome do bairro Che Guevarra para Almir Gabriel (MARITUBA, 2000).

Em conversas informais durante a pesquisa de campo, um mototaxista me informou que antes quando ele falava que morava no local, as pessoas se espantavam, pois a localidade era conhecida pelo extremo perigo. Nascimento (2008) relata casos de moradores que foram abordados nas suas residências por assaltantes armados, além disso, muitas pessoas deixaram de morar no lugar por causa da constante violência.

O entrevistado de n.º 10 falava que no terreno onde morava, antes do seu atual era comum o furto de porcos, galinhas e coco, ele ressalta que no Almir Gabriel há traficantes a cada esquina de uma rua, “eles só não mexem com ninguém para que a polícia não venha para cá”.

Na minha primeira incursão a campo, uma moradora me falou que a população não saía das suas casas antes das operações policiais iniciarem pelo bairro⁴. Duas agricultoras entrevistadas relataram o furto de galinhas nos seus lotes. Uma outra agricultora, a entrevistada de n.º 05 me contou que três meses antes da entrevista houve um caso de assassinato no terreno adjacente ao seu:

A menina foi ver... Nós ficamos abaixadas... Se alguém me oferecesse uma proposta, eu já tinha vendido e iria para um lugar melhor... Isso são coisas que abalam o psicológico de qualquer ser humano. Aqui (**Almir Gabriel**) está muito dentro da cidade, está muito no urbano, o ladrão passa e acaba se escondendo, a polícia entra e corremos um risco muito grande... São por essas coisas, apesar de ser perto (**da área urbana**) de Marituba, Ananindeua e Belém, perto de todas essas cidades. É muito bom quando você adocece, é rápido que você chega numa UPA, mas para quem quer trabalhar (**com agricultura**) ... (Os grifos são nossos).

Em uma das entrevistas um trabalhador rural me questionou: “Tá fazendo pesquisa?” E comentou: “Ele te falou que já foi roubado?... Aqui acontece muito dessas coisas, a gente tá perto (**da área urbana**) de Marituba”. Esse comentário se refere ao o entrevistado n.º 08 com quem trabalha, que já foi assaltado três vezes. Em um desses episódios ele e sua família foram feitos de refém, inclusive houve o roubo de uma *pickup*, recém-adquirida, do modelo L200 da *Mitsubishi*. (Os grifos são nossos).

Ao longo das conversas informais, duas agricultoras entrevistadas foram unânimes nos seus comentários: “Eu não sei como ele ainda tá aqui!”. Ao questionar sobre isso a ele, ele diz: “Todo mundo fala isso... Já fui assaltado outras vezes... Teve uma vez que um cara apontou uma arma na minha cabeça e eu disse: Jesus te ama! Ele me largou e foi embora”.

O agricultor é evangélico e construiu em uma parte do seu terreno um centro para fazer uma Escola Bíblica de Férias (EBF) às crianças. Todos os agricultores são religiosos e acreditam em Deus, a maioria é evangélico, dois são católicos e um é judeu. A fé cristã é um aspecto predominante nos produtores do Almir Gabriel, apesar disso não há nenhuma organização religiosa dentro da área agrícola; já próximo aos lotes há uma paróquia e ao adentrar o bairro do Almir Gabriel há várias igrejas evangélicas nas localidades onde têm estabelecimentos comerciais.

No bairro do Almir Gabriel há uma potencialidade de explorar e desenvolver ainda mais a agricultura enquanto atividade econômica e social, pois os agricultores que habitam na localidade possuem experiências, mercados consumidores e/ou clientes fixos das suas produções.

Ao longo da pesquisa de campo foram identificadas diferentes demandas não somente relacionada ao acesso as linhas de créditos, ATER, insumos agrícolas, mas obras de infraestruturas, as quais melhorariam a logística para o escoamento

das produções, principalmente na época do inverno amazônico. Portanto, uma rua pavimentada representa uma inclusão e maior dignidade aos moradores do lugar.

A SEDAP, no atual governo promovendo o apoio aos agricultores, todavia os recursos orçamentários e humanos são inferiores, se comparado aos desafios da atividade agrícola e das demandas dos sujeitos sociais. Por vezes, políticas públicas e ações governamentais tendem a apresentarem resultados a médio e longo prazo e não imediatamente.

Os resultados da ausência das políticas públicas durante anos corroboraram para o abandono da atividade, falta de interesse dos filhos dos agricultores a continuar com o ofício, assim como a conversão e o uso da terra para outros empreendimentos não agrícolas, principalmente para fins de moradia, que na totalidade ocorreu por ocupações desordenadas, de uma população que não conseguiu arcar com os custos de permanência na cidade legal.

Tal conversão favorece o cercamento da agricultura pela especulação imobiliária e que a tendência é ocorrer uma mudança de paisagem, assim acarretando perdas na biodiversidade existente em uma localidade próxima à REVIS. Logo, a possibilidade do lugar que outrora desenvolvia atividades agrícolas ficar somente na memória é grande, assim como a trajetória de ocupação do Almir Gabriel e o seu processo de resistência.

Apesar dessas tendências e possibilidades, além das áreas agrícolas, na localidade ao longo do perímetro urbano – na avenida deputado João Batista – nota-se a partir de observações empíricas a presença dos quintais agroflorestais nas residências, com destaque ao açaí, jambú, bananeiras, entre outras espécies. Então, seria possível estimular os moradores através de projetos semelhantes aos quintais agroecológicos em áreas urbanas a explorar cada vez mais a produtividade dos seus espaços de cultivo nas suas casas, contribuindo para uma alimentação mais saudável.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Esta dissertação procurou considerar as características socioeconômicas do município, sobretudo, as referentes à agricultura através do censo agropecuário. A partir das informações descritas no IBGE identifica-se pessoas com pouco acesso às políticas públicas, apresentando uma diversidade nos seus lotes de produção agrícola, que escoam para Ananindeua e Belém há anos, assim resistindo às transformações do tempo e do espaço e se adaptando apesar da ausência de um poder público que por anos não ofereceu o devido suporte à atividade.

No bairro do Almir Gabriel ainda há agricultores desenvolvendo a atividade, apesar de há anos não receberem o devido apoio, por Instituições ligadas à agricultura. A urbanização vem se expandindo pelas áreas destinadas à produção agrícola, além disso a especulação imobiliária pode representar futuramente uma nova configuração ao lugar e dependendo do empreendimento a ser instalado isso pode causar impactos ao meio ambiente, já que a área é adjacente a REVIS. As demandas dos agricultores do bairro não estão restritas somente aos incentivos e apoio à agricultura, mas a infraestrutura e condições urbanas mais dignas.

A urbanização sobre as áreas agrícolas tem suas vantagens e desvantagens, pois para os agricultores que vivem próximo às zonas urbanas a acessibilidade aos serviços públicos e escoamento das suas produções é algo positivo, contudo, ainda estão situadas em áreas das quais o poder público não oferece a devida atenção, locais dominados pela criminalidade, causando insegurança aos que querem continuar produzindo. Além disso, devido aos produtores estarem nas situados ou nas proximidades das zonas urbanas, isso facilita a terem outras atividades para complementar a renda.

Em Marituba, nota-se que gradualmente a agricultura vem recebendo o devido apoio por uma Instituição como a SEDAP, todavia faltam mais recursos humanos e materiais para atender a demanda e o volume que a atividade apresenta no município e também o fortalecimento da mesma, por meio de uma legislação, que em termos ideais, não dependeria da disponibilidade e disposição de cada governante vigente ao promovê-la ou não.

Marituba recebeu a população de Belém e Ananindeua que não conseguiram arcar com os custos da cidade legal e nesse presente momento vem passando por

um processo de regularização fundiária, fato que novamente aumenta os custos de permanência das pessoas aos locais em detrimento da valorização dos imóveis e dos planos de infraestrutura urbana que somente fixa no local os que possuem condições financeiras.

Diante disso, é possível que pelos próximos anos a cidade tenha uma configuração urbana, talvez, se a atividade agrícola não seja fomentada e nem estimulada ocorra uma diminuição devido às conversões e mudanças do uso da terra, então políticas públicas para esse setor é fundamental aos agricultores que desejam produzir.

Então, para futuros estudos e pesquisas sobre o tema no município sugere-se a exploração de outras localidades onde a agricultura é desenvolvida, os circuitos de comercialização e as políticas públicas desenvolvidas pela EMATER e as feiras da agricultura familiar no município.

REFERÊNCIAS:

ABUD, Glenda Maria Braga *Et Al.* Agricultura Urbana e Perirurbana: Potencialidades e Limitações para o Desenvolvimento do Município de Benevides (PA). **Revista em Agronegócio e Meio Ambiente, Maringá (PR)**, v.12, n. 4, 2019. Disponível em: <http://repositorio.ufra.edu.br/jspui/handle/123456789/973>. Acesso em: 20 dez. 2021.

AGRICULTURA familiar teve um ano de grandes conquistas em 2021. **Prefeitura Municipal de Marituba**. Marituba, PA, 11 jan. 2022. Disponível em: <https://marituba.pa.gov.br/site/agricultura-familiar-teve-um-ano-de-grandes-conquistas-em-2021/>. Acesso em: 22 jun. 2022.

ALBURQUERQUE, Kleberson Almeida de; BARBOSA, Antônia do Socorro Aleixo; SILVEIRA, Rosângela Caetano da. Projeto Quintais Produtivos Agroecológicos: Diagnóstico Inicial. *In*: SIMPÓSIO INTERNACIONAL: INTERDISCIPLINARIEDADE, SUSTENTABILIDADE E DESENVOLVIMENTO, 02, 2018, p. Belém. **Anais[...]**. Pará: UFPA, 2018. p.26. Disponível em: https://livroaberto.ufpa.br/jspui/bitstream/prefix/760/1/Livro_AnaisSimposioInternacional2.pdf. Acesso em: 03 dez. 2021.

ALMEIDA, Daniela Adil Oliveira de; COSTA, Heloisa Soares de Moura. Agricultura urbana: uma aproximação possível entre a questão ambiental e a questão urbana. *In*: SEMINÁRIO NACIONAL SOBRE O TRATAMENTO DE ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE EM MEIO URBANO E RESTRIÇÕES AMBIENTAIS AO PARCELAMENTO DO SOLO, 03, 2014. Belém. **Anais [...]** Pará: UFPA, 2014, p. 1 - 18. Disponível em: <http://anpur.org.br/app-urbana-2014/anais/ARQUIVOS/GT1-220-63-20140522075553.pdf>. Acesso em: 03 dez. 2021.

ALTIERI, Miguel A. Et Al. The greening of the “barrios”: urban agriculture for food security in Cuba. **Agriculture and Human Values**, n.16, p. 131 – 140, 1999. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1023/A:1007545304561>. Acesso em: 03 dez. 2021.

AMENDOLA, G. Los excluidos del sueño y la ciudad blindada. *In*: AMENDOLA, G. **La ciudad postmoderna**. Madrid: Celeste Ediciones, 2000. p. 309-347.

ARRAES, Nilson Arraes Modesto; CARVALHO, Yara Maria Chagas de. Agricultura Urbana e Agricultura Familiar: interfaces conceituais e práticas. **Informações Econômicas**, SP, v. 45, n. 6, p. 30 – 44. nov./dez. 2015. Disponível em: <http://www.iea.sp.gov.br/ftp/iea/publicacoes/ie/2015/tec2-1215.pdf>. Acesso em: 03 dez. 2021.

AQUINO, A. M.; MONTEIRO, D. Agricultura Urbana. *In*: AQUINO, A. M.; MONTEIRO, D. (org.). **Agroecologia: Princípios e Técnicas para uma Agricultura Orgânica Sustentável**. Brasília: Embrapa, 2005. p. 186 – 198.

BAHIA, M. C. **O Lazer e as relações socioambientais em Belém - Pará.** Orientador: Silvio José de Lima Figueiredo. 300 f. 2012. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) – UFPA, Belém, 2012.

BELIK, Walter. Perspectivas para segurança alimentar e nutricional no Brasil. **Saúde e Sociedade**. v. 12. p. 12 – 20. 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sausoc/a/y9DcgRjXh7V9YDPDKqdqrHCk/abstract/?lang=pt&format=html>. Acesso em: 03 dez. 2021.

BEZERRA, Francisco de Assis Pinto. Declínio da Produção de Mandioca: os impactos econômicos do município de Santa Izabel, Estado do Pará. **Agroecossistemas**, v. 6, n.1, p. 17 – 41, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/agroecossistemas/article/view/1480>. Acesso em: 20 dez. 2021.

BEZERRA, M. C. L.; CHAER, T. M. S. Formação da cidade informal. *In*: BEZERRA, M. C. L.; CHAER, T. M. S. (org.). **O que avançou na regularização fundiária urbana**: conceitos, marco legal, metodologia e prática. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2020. p. 19 – 50.

BRANCO, Marina Castelo; ALCÂNTARA, Flávia A. Hortas urbanas e periurbanas: o que nos diz a literatura brasileira? **Horticultura Brasileira**. v.29. n. 3, jul. – set. 2011 p. 421 – 428. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/hb/a/BBhZ9hvsDdRCbwd9mQF87ZQ/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 03 dez. 2021.

BRASIL. Lei complementar n.º 14, de junho de 1973. Estabelece as regiões metropolitanas de São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador, Curitiba, Belém e Fortaleza. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 8 jun. 1973. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp14.htm#:~:text=LEI%20COMPLEMENTAR%20N%C2%BA%2014%20DE,%20Curitiba%20Bel%C3%A9m%20e%20Fortaleza. Acesso em: 20 dez. 2021.

BRASIL. Resolução n.º 335, de 3 de abril de 2003 do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA). Dispõe sobre o licenciamento de cemitérios. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 3 jun. 2003. Disponível em: <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=99465>. Acesso em: 4 jun. 2022.

BRASIL. Lei n.º 10.831, de 23 de dezembro de 2003. Dispõe sobre a agricultura orgânica e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 23 dez. 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.831.htm. Acesso em: 03 dez. 2021.

BRASIL. Resolução n.º 369, de 28 de março de 2006 do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA). Dispõe sobre os casos excepcionais, de utilidade pública, interesse social ou baixo impacto ambiental, que possibilitam a intervenção ou supressão de vegetação em Área de Preservação Permanente. **Diário Oficial [da]**

República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 28 mar. 2006. Disponível em: <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=104080>. Acesso em: 04 jun. 2022.

BRASIL. Lei n.º 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 24 jul. 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm. Acesso em: 03 dez. 2021.

BRASIL. Lei n.º 11.947, de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis n.ºs 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória n.º 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei n.º 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 16 jun. 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11947.htm. Acesso em: 16 mai. 2022.

BRASIL. Lei n.º 12.188, de 11 de janeiro de 2010. Institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária - PNATER e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária - PRONATER, altera a Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 11 jan. 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12188.htm. Acesso em: 24 mai. 2022.

BRASIL. Lei N.º 12.651, de 25 de maio de 2012. Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa... E dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 25 mai. 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12651.htm. Acesso em: 03 dez. 2021.

BRASIL. Decreto n.º 7.794, de 20 de agosto de 2012. Institui a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 20 ago. 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/decreto/d7794.htm. Acesso em: 03 dez. 2021.

BRASIL. Portaria n.º 467, de 7 de fevereiro de 2018. Institui o Programa Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 7 fev. 2018. Disponível em: https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/2979433/do1-2018-02-09-portaria-n-467-de-7-de-fevereiro-de-2018-2979429. Acesso em: 03 dez. 2021.

BRASIL. Decreto n.º 10.688, de 26 de abril de 2021. Altera o Decreto n.º 9.064, de 31 de maio de 2017, que dispõe sobre a Unidade Familiar de Produção Agrária, institui o Cadastro Nacional da Agricultura Familiar e regulamenta a Lei n.º 11.326, de 24 de julho de 2006, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional

da Agricultura Familiar e empreendimentos familiares rurais. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 26 abr. 2021. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20192022/2021/Decreto/D10688.htm#:~:text=NR\),%E2%80%9CArt.,de%20organiza%C3%A7%C3%A3o%20da%20agricultura%20familiar](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20192022/2021/Decreto/D10688.htm#:~:text=NR),%E2%80%9CArt.,de%20organiza%C3%A7%C3%A3o%20da%20agricultura%20familiar). Acesso em: 24 mai. 2022.

CALDAS, Ágata Maise de Jesus; PONTES, Altem Nascimento. Práticas Sustentáveis de Comerciantes e Consumidores de Feiras Agroecológicas na Cidade de Belém – PA. **Research, Society and Development**, v. 9, n.9, p. 1 – 17, 2020. Disponível em: <file:///C:/Users/Positivo/Downloads/7088-Article-108364-1-10-20200823.pdf>. Acesso em: 03 dez. 2021.

CANUTO, João Carlos *ET. AL.* Quintais Agroflorestais e Reprodução Social – Reflexões a Partir de um Monitoramento Econômico no Assentamento Fazenda Pirituba, Itapeva – SP. **Cadernos de Agroecologia**. V. 9. N.4. p. 1 – 12. nov. 2014. Disponível em: <https://www.alice.cnptia.embrapa.br/handle/doc/1035813>. Acesso em: 03 dez. 2021.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. Espaço público e nova urbanidade no contexto do direito à cidade. **Confins - Revista franco-brasileira de geografia**, São Paulo, n. 18, não paginado, 2013. Disponível em: <http://confins.revues.org/8391>. Disponível em: Acesso em: 20 dez. 2021.

CARVALHO, Jiane. Guerra na Ucrânia: os possíveis riscos para a economia global e do Brasil caso o conflito se prolongue. **BBC News Brasil**, São Paulo, 26 jun. 2022. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-61930676>. Acesso em: 29 jul. 2022.

CASTRO, Milene de Cássia Santos de *Et Al.* Análise do uso turístico da unidade de conservação Refúgio de Vida Silvestre Metrópole da Amazônia (PA). *Revista Brasileira de Ecoturismo*, São Paulo, v 13, n.2, mai.-jul. 2020, pp. 277-292. Disponível em: <https://periodicos.unifesp.br/index.php/ecoturismo/article/view/6760#:~:text=Os%20resultados%20obtidos%20apontam%20que,uma%20infraestrutura%20adequada%20para%20visita%C3%A7%C3%A3o>. Acesso em: 09 jun. 2022.

CEPAL – FAO. Informe COVID – 19: Cómo evitar que la crisis del COVID-19 se transforme en una crisis alimentaria Acciones urgentes contra el hambre en América Latina y el Caribe. **COVID – 19 Respuesta**, abr. 2020. Disponível em: <https://www.cepal.org/es/publicaciones/45702-como-evitar-que-la-crisis-covid-19-se-transforme-crisis-alimentaria-acciones>. Acesso em: 20 dez. 2021.

CORRÊA, Deivid Silvado da Silva; FERREIRA, Rosivaldo Galvão. Movimentos sociais e agroecologia na Amazônia: um estudo de caso sobre o assentamento Paulo Fontelles na Ilha do Mosqueiro em Belém – PA. *In: CONGRESSO NACIONAL DE GEOGRAFIA FÍSICA*, 1, 2017, Campinas. **Anais [...]** São Paulo: UNICAMP, 2017. p. 7342 – 7346. Disponível em: <https://ocs.ige.unicamp.br/ojs/sbgfa/article/view/2298>. Acesso em: 03 dez. 2021.

CORRÊA, Carina Júlia Pensa *ET AL.* Semeando a Cidade: Histórico e atualidades da agricultura urbana. **Ambiente & Sociedade**, p. 1 – 22. São Paulo, v.23,2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/asoc/a/D9jj4kzfltzqKwWqbkxVhnc/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 03 dez. 2021.

COSTA, Aelton Dias *ET. AL.* Circuitos agroecológicos: a experiência da feira de produtos orgânicos da praça Brasil em Belém – PA. *In: FÓRUM AMBIENTAL PAULISTA: ALTA PAULISTA*, 14, São Paulo. **Anais[...]** São Paulo: ENAP, 2020. p. 116 – 129. Disponível em: https://publicacoes.amigosdanatureza.org.br/index.php/cidades_verdes/article/view/2529/2273. Acesso em: 03 dez. 2021.

DIAS, O. C *ET AL.* Quintais Agroflorestais Amazônicos: o protagonismo das mulheres quilombolas no Baixo Tocantins, PA. **Desenvolvimento Rural Interdisciplinar**. Porto Alegre, v.3, n.1, p. 46 – 73. maio/2020 - novembro/2020. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/revpgdr/article/view/111912>. Acesso em: 03 dez. 2021.

EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO ESTADO DO PARÁ. **PROATER MUNICIPAL 2019**: Escritório local de Marituba – Regional das Ilhas. Marituba: EMATER, 2019.

EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO ESTADO DO PARÁ. **TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA N.º 001/2020**: Termo de Cooperação Técnica, que entre si celebram a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Pará – EMATER-PARÁ e a Prefeitura Municipal de Marituba, com a finalidade de implementar o Programa de Assistência Técnica e Extensão Rural no Município. Marituba: EMATER, 2020.

EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO ESTADO DO PARÁ. **PROATER MUNICIPAL 2021**: Escritório local de Marituba – Regional das Ilhas. Marituba: EMATER, 2021.

FAO. **Profitabilityandsustainabilityofurbanandperi-urbanagriculture**. Italy, 2007. 108 p.

FIGUEIROA, Yohane Honda; GOMES, Sergio Castro; CABRAL, Eugênia Rosa. Agricultura Familiar em Área Periurbana no município de Ananindeua: Práticas e Estratégias Desenvolvidas. **Horizonte Científico**, v.10, n.1, 2016. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/horizontecientifico/article/view/33468>. Acesso em: 20 dez. 2021.

FLEXA, Márcio. Marituba dá o passo inicial para regularização fundiária urbana no município. **Prefeitura Municipal de Marituba**. Marituba, 12 abr. 2021. Disponível em: <https://marituba.pa.gov.br/site/marituba-da-o-passo-inicial-para-regularizacao-fundiaria-urbana-no-municipio/>. Acesso em: 25 jun. 2022.

FRAGELUS, K.; LIMA, R. Â. P. Agricultura urbana e periurbana em Marituba – PA: estratégias de produção e sua contribuição no desenvolvimento local. *In: AMORIM,*

Joana Gabriela Barbosa (ORG.). **Caminhos para o desenvolvimento sustentável: perspectivas interdisciplinares**. São Paulo: Editora Dialética, 2022. V.1.

FOLHES, Ricardo Teófilo Folhes *ET AL*. Agricultura e produção do espaço urbano: reflexões para uma agenda de pesquisa. **Novos Cadernos NAEA**. V. 24. N.2, p. 241 – 267, mai. – ago. 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/10537>. Acesso em: 03 dez. 2021.

GALINDO, Erika *ET AL*. Efeitos da pandemia na alimentação e na situação da segurança alimentar no Brasil. **Food for Justice: Power, Politics, and Food Inequalities in a Bioeconomy**, n. 1. 2021. Disponível em: https://refubium.fu-berlin.de/bitstream/handle/fub188/29813/WP_%234_final_version.pdf?sequence=2. Acesso em: 04 dez. 2021.

GONZAGA, Noel Bastos.; GUERRA, Gutemberg Armando Diniz; ROCHA, André Carlos de Oliveira. GRUCA (Grupo para Consumo Agroecológico): autogestão e cooperação entre consumidores e produtores da Feira Orgânica de Belém e do Assentamento Mártires de Abril (Mosqueiro – Belém – Pará). **Cadernos de Agroecologia**, vol. 10, n. 3, 2015. Disponível em: <https://revistas.aba-agroecologia.org.br/index.php/cad/article/view/17381/14195>. Acesso em: 03 dez. 2021.

HARVEY, D. **Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. Trabalhos científicos. *In*: LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos da Metodologia Científica**. São Paulo: Atlas, 2003. P. 234 – 251.

LEFÈBVRE, H. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

LEFÈBVRE, H. **Espaço e política: o direito à cidade II**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2016.

LEITE, R. P. Política dos usos: a construção dos lugares no espaço públicos. *In*: LEITE, R. P. **Contra – usos da cidade: lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea**. Campinas: Editora da Unicamp, 2004. p. 284 – 319.

LIMA, R.C.A; MUNHOZ, L. **Programas de Regularização ambiental: um guia para orientar e impulsionar o processo de regulamentação dos PRAs nos Estados brasileiros**. São Paulo: Agoicone, 2016.

LOWENKRON, Laura; FERREIRA, Laura. Antropological Perspectives on documents. Ethnographic dialogues on the trail of police papers. **Vibrant: Virtual Brazilian Anthropology**. v.1, n.2, dez. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/vb/a/3jnYPgTxPknzVBNqh7Jr5yt/?lang=en>. Acesso em: 02 jul. 2022.

MACHADO, Altair Toledo; MACHADO, Cynthia Torres de Toledo. Agricultura Urbana. **Documentos**, Planaltina, DF, Jun. 2002. Disponível em: <https://www.embrapa.br/busca-de-publicacoes/-/publicacao/565842/agricultura-urbana>. Acesso em: 03 dez. 2021.

MARITUBA. Decreto Legislativo n.º 080/2000. Denomina Bairro do Almir Gabriel o atual bairro Che Guevarra, neste município, e dá outras providências. **Câmara Municipal de Marituba**. Marituba, PA, 14 de dezembro de 2000. Disponível em: http://repositorio.ufpa.br/jspui/bitstream/2011/4308/1/Dissertacao_HistoriaCidadeCompondo.pdf. Acesso em: 27 jul. 2022.

MARITUBA. Lei n.º 327 de 23 de dezembro 2015. Dispõe sobre a criação da Secretaria Municipal de Desenvolvimento da Agricultura, Aquicultura, Abastecimento e Pesca (SEDAP) e dá outras providências. **Prefeitura de Marituba**: Procuradoria Geral. Marituba, PA, 27 jan. 2016. Disponível em: <https://marituba.pa.gov.br/site/lei-n-327-2015-de-23-de-dezembro-de-2015/>. Acesso em: 09 jun. 2022.

MARITUBA. Lei n.º 398 de 18 de outubro de 2017. Altera a Lei n.º 324/2015, de 23 de dezembro de 2015, que dispõe sobre o funcionamento dos mercados e feiras livres no município de Marituba, transferindo atribuições da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Turismo, Trabalho, Emprego e Renda – SEDETER, para a Secretaria Municipal de Desenvolvimento da Agricultura, Aquicultura, Abastecimento e Pesca – SEDAP. **Prefeitura de Marituba**: Procuradoria Geral. Marituba, PA, 31 out. 2017. Disponível em: <https://www.camaramarituba.pa.gov.br/wp-content/uploads/2017/12/Lei-Municipal-n%C2%BA-398-2017.pdf>. Acesso em: 23 jun. 2022.

MARITUBA. Decreto n.º 300 de 14 de abril de 2020. Regulamenta o procedimento de regularização fundiária urbana (REURB) no município de Marituba, e dá outras providências. **Prefeitura Municipal de Marituba**: Gabinete do Prefeito. Marituba, PA, 14 abr. 2020. Disponível em: <https://www.marituba.pa.gov.br/site/wp-content/uploads/2020/01/DECRETO-300.pdf>. Acesso em: 25 jun. 2022.

MARITUBA. Lei municipal n.º 483 de 13 de novembro de 2020. Dispõe sobre a atualização do Plano Diretor Participativo do Município de Marituba, o sistema e processo de planejamento e gestão do desenvolvimento urbano. **Gabinete do prefeito Municipal de Marituba**. Marituba, PA, 13 nov. 2020. Disponível em: <https://www.camaramarituba.pa.gov.br/wp-content/uploads/2020/03/Lei-n%C2%BA-483.2020.pdf>. Acesso em: 03 dez. 2021.

MELLO, Cláudia Souza de. Leituras e Discursos sobre a Agricultura Urbana: Um debate em construção. *In*: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO DE PÓS – GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL, 18, 2019, Natal. **Anais [...] Rio Grande do Norte: UFRN, 2019. p. 1 – 15.** Disponível em: <http://anpur.org.br/xviiienanpur/anaisadmin/capapdf.php?reqid=806>. Acesso em: 03 dez. 2021.

MERCÊS, S. *ET AL.* **Acordo de Cooperação entre Universidade Federal do Pará e Prefeitura Municipal de Marituba (Produto 1)**: Diagnóstico Socioeconômico,

Urbanístico-ambiental e Fundiário do Município de Marituba – PA. Belém: UFPA, 2020. 186 p.

MIRANDA, S. B. **Contribuição dos quintais agroflorestais para a segurança alimentar de agricultores familiares no Baixo Irituia, Nordeste Paraense.**

Orientador: Osvaldo Ryohei Kato. 102 f. 2011. Dissertação (Mestrado em Agricultras Amazônicas) – NCADR, Belém, 2011.

MORAES, I. P. **Mulheres da Horta:** um estudo sobre os impactos causados pelo “lixão” em uma comunidade de agricultura familiar no Uriboca, Marituba, Pará.

Orientador: Thiago Broni Mesquita. 28 f. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em História Agrária da Amazônia Contemporânea) – UFPA, Ananindeua, 2019.

MOUGEOT, Luc J. A. Agricultura Urbana conceito e definição. **Revista de Agricultura Urbana.** V. 1, n.1, p. 8 – 15. jul. 2000. Disponível em:

https://ruaf.org/assets/2000/10/rau01_total.pdf. Acesso em: 03 dez. 2021

MOTTA, D.; MATA, D. Crescimento das Cidades Médias. *In: Boletim Regional e Urbano.* Brasília: Instituto de Pesquisas Econômicas e Aplicadas. v.1. n.1. p. 33 – 38. 2008.

NASCIMENTO, Ana Paula Branco do; ALVES, Marcelo Corrêa; MOLINA, Sílvia Maria Guerra. Quintais domésticos e sua relação com estado nutricional de crianças rurais, migrantes e urbanas. **Multiciência,** out. 2005. Disponível em:

<https://repositorio.usp.br/item/001683703>. Acesso em: 03 dez. 2021.

NASCIMENTO, J. R. C. **História e Cidade:** Compondo lugar de moradias na ocupação “Che Guevara” Percursos pela História, Memória e Antropologia.

Orientador: Pedro Petit Peñarrocha. 129.f. Dissertação (Mestrado em História) - UFPA, Belém, 2008.

OLIVEIRA, Jamile Rabelo. *ET. AL.* Aspectos da Cadeia Produtiva de Produtos Orgânicos Comercializados em Belém – PA. **Cadernos de Agroecologia,** vol. 10, n. 3, 2015. Disponível em: <https://revistas.aba-agroecologia.org.br/index.php/cad/article/view/18398>. Acesso em: 03 dez. 2021.

ORSINI, Francesco *ET. AL.* Urbanagriculture in the developing World: a Review.

Agron. Sustain. Dev. 2013. Disponível em:

https://www.researchgate.net/publication/257305405_Urban_agriculture_in_the_developing_world_A_review. Acesso em: 03 dez. 2021.

PACHECO, Laila Brabo *ET. AL.* Avaliação das potencialidades para a agricultura urbana no entorno da Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA), município de Belém (PA). **Agrarian Academic,** Centro Científico Conhecer, Goiânia, v. 05, n. 10, p. 1 – 16, 2018. Disponível em:

<http://repositorio.ufra.edu.br/jspui/handle/123456789/805>. Acesso em: 03 dez. 2021.

PANTOJA, G. F. **A Agrobiodiversidade dos Agroecossistemas no Assentamento Abril Vermelho – Santa Bárbara – PA.** Orientadora: Ruth Almeida Cristo. 53 f.

2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Zootecnia) – UFRA, Belém, 2019.

PARÁ. Lei complementar n.º 027, de 19 de outubro de 1995. Institui a Região Metropolitana de Belém e dá outras providências. **Diário Oficial [do] Estado do Pará**, Belém, PA, 22 dez. 1995. Disponível em: <https://fnembrasil.org/regiao-metropolitana-de-belem-pa/>. Acesso em: 20 dez. 2021.

PARÁ. Decreto n.º 141, de 10 de junho de 2019. Institui a Política de Inclusão Social e Redução da Violência - “Territórios pela Paz”, no Estado do Pará. **Diário Oficial [do] Estado do Pará**. Belém, PA, 10 jun. 2019. Disponível em: <https://www.sistemas.pa.gov.br/sisleis/legislacao/4870>. Acesso em: 25 jul. 2022.

PLOEG, J. V. D. O modo de produção camponês revisitado. *In*: SCHNEIDER, Sergio. (Org.). **A diversidade da agricultura familiar**. Porto Alegre: UFRGS, 2006. p. 13-54.

PRADO, E. S. A. C. **Cooperativa Agrícola Santo Antônio**: uma ação coletiva bem sucedida no município de Marituba – PA. Orientador: Heribert Schmitz. 125 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - UFPA, Belém, 2008.

QUEIROZ, V. A. V. B. **O ambiente periférico metropolitano**: O caso de Marituba – PA. Orientadora: Ana Cláudia Duarte Cardoso. 78 f. 2019. (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – UFPA, Belém, 2019.

REDE BRASILEIRA DE PESQUISA EM SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR (REDE PENSSAN). **VIGISAN**: Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil. Rio de Janeiro: Rede PENSSAN, 2021. Disponível em: <https://pesquisassan.net.br/olheparaafome/>. Acesso em: 04 dez. 2021.

REIS, J. J. S. *ET AL*. Cadastro ambiental rural do estabelecimento agrícola sítio Santo Antônio e desenvolvimento rural sustentável, “Comunidade Uriboca” município de Marituba – PA. *In*: CONGRESSO INTERNACIONAL DAS CIÊNCIAS AGRÁRIAS, 9, 2019. **Anais** [...]. Disponível em: <https://doi.org/10.31692/2526-7701.IVCOINTERPDVAgro.2019.0090>. Acesso em: 16 dez. 2020.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social**: métodos e técnicas. São Paulo: Atlas, 2014.

RODRIGUES, Jovenildo Cardoso; SOBREIRO FILHO, José; OLIVEIRA NETO, Adolfo. O rural e o urbano na Amazônia metropolitana: reflexões a partir de Ananindeua, Pará. **Revista NERA**, ano 21, n. 42, p.256-280, Dossiê, 2018. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/5695>. Acesso em: 20 dez. 2021.

ROESE, A. D. **Agricultura Urbana**. Corumbá: Embrapa Pantanal, 2003. Disponível em: <https://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/handle/doc/812707>. Acesso em: 03 dez. 2021.

ROSA, Ciria; SABLAYRROLES, Philippe. Reflexões sobre uma agricultura da zona periurbana da amazônia: um estudo de caso em Marituba – PA. **Colóquio Organizações, Desenvolvimento e Sustentabilidade**, v. 11, p. 1 – 19, 2021. Disponível em: <http://revistas.unama.br/index.php/coloquio/article/view/2196>. Acesso em: 20 dez. 2021.

RUAF. **Revista de Agricultura Urbana**. [S.L]: RUAF Foundation, n. 31, set, 2006.

SÁ, Tatiana Deane de Abreu. Caminhos à soberania e segurança alimentar e nutricional no campo e nas cidades: iniciativas viáveis para a Amazônia. Belém: EMBRAPA ORIENTAL, 30 mar. 2022. 1 vídeo (86 min.). **Live**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=P269i4rad-M&t=3590s>. Acesso em: 12 mai. 2022. Participação de Merilene Silva Costa, Clara Brandão, Katuscia Miranda e Maria Nazaré Reis Ghirardi.

SABOURIN, E. *ET AL*. **Construção de Políticas Estaduais de agroecologia e produção orgânica no Brasil: avanços, obstáculos e efeitos das dinâmicas subnacionais**. Curitiba: Editora CRV, 2019.

SANTOS, Marcos Antônio Souza; SILVA, Moore Yckxxda. Agricultura Urbana e Periurbana na Região Metropolitana de Belém: um estudo exploratório com produtores de hortaliças no município de Marituba. **Movendo Ideias**. Belém, v. 12, n. 1, p. 85 – 93, jun. 2007. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/319288957_Agricultura_urbana_e_periurbana_na_Regiao_Metropolitana_de_Belem_um_estudo_exploratorio_com_produtores_de_hortaliças_no_município_de_Marituba. Acesso em: 09 jun. 2022.

SANTOS, Joana. Projeto criado em Marituba é exposto na 7ª edição da Feira Pará Negócios 2018. **Prefeitura Municipal de Marituba**. Marituba, 26 nov. 2018. Disponível em: <https://marituba.pa.gov.br/site/projeto-criado-em-marituba-e-exposto-na-7a-edicao-da-feira-para-negocios-2018/>. Acesso em: 10 jun. 2022.

SANTOS, Joana. Projeto Quintais Amazônicos é destaque na Feira Estadual de Agricultura. **Prefeitura Municipal de Marituba**. Marituba, 19 mar. 2019. Disponível em: <https://marituba.pa.gov.br/site/projeto-quintais-amazonicos-e-destaque-na-feira-estadual-de-agricultura/>. Acesso em: 10 jun. 2022.

SANTOS, Daniel Silva do Carmo *Et. Al*. Desempenho de agricultores familiares na comercialização de produtos orgânicos e agroecológicos no Estado do Pará. **Acta Biológica Catarinense**; v.4, n. 2, p. 16-29, jul. – set. 2020. Disponível em: <http://periodicos.univille.br/index.php/ABC/article/view/412>. Acesso em: 03 dez. 2021.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. **Cadastro Ambiental Rural: como regularizar sua propriedade**. Cuiabá: SEBRAE, 2017.

SILVA, J. S. **Caracterização Socioeconômica e Estudo de Valoração dos Quintais Rurais no Município de Marituba – PA**. Orientadora: Marta Cristina

Marjotta-Maistro. 76 f. 2019. Dissertação (Mestrado em Agroecologia e Desenvolvimento Rural) – UFSCAR, Araras, 2019.

SILVA, J. R. S. **Caracterização Socioeconômica e Ambiental de Quintais Urbanos em Marituba, Estado do Pará**. Orientador: Marcos Antônio Souza Santos. 40f. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Engenharia Agrônoma) – UFRA, Belém, 2019.

SILVA, Adriella Camila Gabriela Furtado.; ANJOS, Mônica de Caldas Rosa dos.; ANJOS, Adilson dos. Quintais produtivos: para além do acesso à alimentação saudável, um espaço de resgate do ser. **Guaju**. Matinhos. V.01. N. 02. 77 – 101 p. jan./jun. 2016. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/guaju/article/view/46738>. Acesso em: 03 dez. 2021.

SILVA, Josiane Santos *ET AL*. Comportamento de preços de hortaliças folhosas na Região Metropolitana de Belém. **Centro Científico Conhecer: Enciclopédia do Saber**. Goiânia, v. 14. n.26. 2017. Disponível em: <http://repositorio.ufra.edu.br/jspui/handle/123456789/653>. Acesso em: 18 mai. 2022.

SILVA, Josi Santos *ET AL*. Caracterização Socioeconômica dos Quintais de Marituba – PA. *In*: CONGRESSO: SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 57, 2019. Ilhéus. **Anais [...]** Bahia: UESC, 2019. Disponível em: <https://icongresso.itarget.com.br/useradm/anais/?clt=ser.9&lng=P>. Acesso em: 03 dez. 2021

SOUZA, M. L. **Mudar a cidade**: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos. 6. Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

VÍCTORA, C. G.; KNAUTH, D.R.; HASSEN, M. N. A. Metodologias Qualitativa e Quantitativa. *In*: **Pesquisa Qualitativa em Saúde**: Uma Introdução ao Tema. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2000. p 33 – 44.

VINHOLI, Ana Carolina; MARTINS, Pedro. Agricultura Urbana e Exôdo Rural. **Revista Ciências Sociais**. Fortaleza. V.43. N.1.p. 66 – 79. jan./jun. 2012. Disponível em: <http://www.periodicos.ufc.br/revcienso/article/view/421>. Acesso em: 03 dez. 2021.

WANDERLEY, Maria Nazaré Baudel. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. **Estudos, Sociedade e Agricultura**. Rio de Janeiro – RJ, n. 1, out. 2003, p. 42 – 61. Disponível em: <https://www.unifal-mg.edu.br/geres/files/Texto%206.pdf>. Acesso em: 29 jul. 2022.

WANDSCHEER, Elvis Albert Robe; MEDEIROS, Rosa Maria Vieira. Agricultura urbana em Belém do Pará: Atividade produtiva, dinâmicas socioeconômicas e organização espacial. **Geo UERJ**. n. 23. v. 01. 192 – 222 p. jan./ jun. 2012. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/geouerj/article/view/3707>. Acesso em: 03 dez. 2021.

APÊNDICES

APÊNDICE A: ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA COM OS TÉCNICOS DA SEDAP

- 1 Qual o diferencial de Marituba possuir uma Instituição como a SEDAP? A(O) senhor(a) saberia me informar quais demandas/reivindicações levaram à criação dessa Secretaria?
- 2 Quais ações a SEDAP vem realizando no município? Quantos agricultores são atendidos atualmente?
- 3 Quais as características socioeconômicas desses agricultores? Quais são as atividades e os alimentos que eles produzem?
- 4 Com base nas suas experiências como a(o) senhor(a) analisa a importância da agricultura urbana (espaços urbanos e periurbanos) em um município como Marituba?
- 5 Além da SEDAP como a(o) senhor(a) acredita que a agricultura urbana poderia ser fortalecida por outras Instituições municipais (ou se já é)?
- 6 A(O) senhor(a) poderia me descrever quais as suas percepções acerca da agricultura urbana em Marituba no período antes da pandemia da COVID-19 e até esse presente momento?
- 7 Pelos seus conhecimentos em Marituba há casos relacionados à insegurança alimentar (obesidade, desnutrição, fome)? De que forma a(o) senhor(a) acredita que a agricultura urbana poderia ser usada como estratégia?
- 8 O que a(o) senhor(a) acha sobre o avanço da urbanização rumo às áreas agrícolas? Na sua opinião esse fato representa um risco e/ou ameaça ao desenvolvimento da agricultura no município? Ou existem outros fatores?

APÊNDICE B: ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA COM OS AGRICULTORES

Nome:

Idade:

ORIGENS:

1 Qual é o seu local de nascimento? Ou a(o) senhor(a) mora há quanto tempo em Marituba? Qual foi o último local ao qual a(o) senhor(a) morou?

2 O seu lote/terreno é da sua família ou a(o) senhor(a) comprou?

TRAJETÓRIA COM A ATIVIDADE AGRÍCOLA:

3 Desde quando a(o) senhor(a) trabalha com a agricultura? No seu trabalho a(o) senhor(a) contrata outras pessoas?

4 Quais são os produtos que o(a) senhor(a) cultiva?

5 Qual o destino da sua produção (consumo próprio e/ou comercialização)? A comercialização é feita através de atravessadores e/ou as pessoas compram diretamente com a(o) senhor(a)?

6 Além da agricultura o(a) senhor(a) tem outros trabalhos? Quais?

7 Na agricultura além do(a) senhor(a) existem outros familiares que o(a) ajudam com o trabalho?

PERCEPÇÃO ACERCA DO ESPAÇO URBANO:

8 Quais foram as mudanças que o(a) senhor(a) percebeu nos últimos dez anos que aconteceram aqui onde mora?

9 O(A) senhor(a) poderia me informar se os lotes/terrenos que antes eram de agricultores estão deixando de fazer agricultura?